

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR SOCIEDADE E
DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

EDIVANA DE ALBUQUERQUE CANTO VOLANTE

**A RELAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA
FEDERAL DO PARANÁ, *CAMPUS* CAMPO MOURÃO (UTFPR-CM), COM O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2019-2022)**

**CAMPO MOURÃO – PR
2024**

EDIVANA DE ALBUQUERQUE CANTO VOLANTE

**A RELAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA
FEDERAL DO PARANÁ, *CAMPUS* CAMPO MOURÃO (UTFPR-CM), COM O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2019-2022)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre(a) em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço.

Orientadora: Prof^a. Dra. Aurea Andrade Viana de Andrade

**CAMPO MOURÃO- PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Volante, Edivana de Albuquerque Canto
A Relação das Ações de Extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Campo Mourão (UTFPR-CM), com o Desenvolvimento Territorial (2019-2022) / Edivana de Albuquerque Canto Volante. -- Campo Mourão-PR, 2024.
114 f.: il.

Orientador: . Aurea Andrade Viana de Andrade.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Extensão Universitária na UTFPR. 2. Desenvolvimento territorial. I - Andrade, . Aurea Andrade Viana de (orient). II - Título.

EDIVANA DE ALBUQUERQUE CANTO VOLANTE

**A RELAÇÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA
FEDERAL DO PARANÁ, CAMPUS CAMPO MOURÃO (UTFPR-CM), COM O
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2019-2022)**

BANCA EXAMINADORA



Profª Dra. Aurea Andrade Viana de Andrade (Orientadora) - Unespar, Campo Mourão



Profª Dra. Rosimeiri Darc Cardoso - Unespar, Apucarana



Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa - Unespar, Campo Mourão



Profª Dra. Natalia Neves Macedo Deimling - UTFPR, Campo Mourão

Data de Aprovação

22/02/2024

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

À minha filha Ana Beatriz Canto Volante por me ensinar todos os dias o que é o amor incondicional e para que no futuro ela possa olhar esta pesquisa e se orgulhar das batalhas e conquistas da mãe dela.

Aos meus pais José Edinaldo e Elza Maria, por mesmo não tendo concluído o Ensino Fundamental, sempre me incentivarem a estudar, mostrando que a Educação é um bem que ninguém tira e que pode nos levar a voar alto.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem ele nada disso seria possível.

Ao meu esposo Giulio Wagner Volante, por todo incentivo, apoio emocional e suporte para estudar, por contribuir em meus momentos de leitura e produção, por ouvir meus desabafos com paciência, sem julgamento.

A minha amada filha Ana Beatriz Canto Volante, por entender meus momentos de concentração, pela maturidade em aceitar que a mãe precisava de espaço pra estudar e por não ter desenhado seus gatinhos nos meus materiais de estudo.

Ao meu pai José Edinaldo Leão Canto e a minha mãe Elza Maria Albuquerque Canto por serem meus exemplos de luta e persistência. Esse título de mestre também é de vocês.

Aos meus irmãos Manoel José, Edinelza, Edimar, Edinaldo e Edimilson, ao meu cunhado Jozimo, às minhas cunhadas Cleonice, Géssica e Patrícia, às minhas sobrinhas Dienne, Danielle, Hayanna, Victória, Gabriela, Eduarda e aos sobrinhos Lucas e Diego (*in memoriam*) pela torcida, admiração e incentivo.

Ao meu sogro Arnaldo Roque Volante e a minha sogra Edna da Silva Pereira Volante, por todo apoio, orações e torcida.

A toda minha família, tios, tias, primos e primas que sempre torceram e oraram por mim.

Às minhas amigas e meus amigos que sempre torceram e vibraram com esta conquista.

Aos meus colegas(amigos) de trabalho em especial a Elenice Koziel e Vitor Queiroga que me motivaram e me impulsionaram a embarcar nesta jornada, ao Otávio Dometerco e ao Rafael Pequito pela compreensão e parceria.

Aos/as meus/minhas colegas (alguns viraram amigos/as) do mestrado pelas caronas, pelos papos, risadas e pela partilha do conhecimento.

A minha amiga Marli Pedro, pela correção do meu resumo e por todo apoio emocional ao longo do mestrado.

Aos meus professores e professoras por todos os ensinamentos e teorias compartilhadas com tanta maestria.

À minha orientadora, professora Áurea Andrade, pelo acompanhamento, pelas horas de orientação, pelos livros emprestados e por sempre responder minhas mensagens, mesmo as enviadas fora de hora no calor da produção.

Aos/as coordenadores/as de projetos de extensão do Câmpus da UTFPR-CM que aceitaram fazer parte da pesquisa, que doaram um pouco do seu tempo para uma conversa amigável e muito produtiva.

Por fim, agradeço aos membros da Banca Prof^a Natália Deimling, Prof^a Rosimeire Darc e Prof^o Fábio Costa, pelas contribuições e dicas que sem dúvida enriqueceram ainda mais esta pesquisa.

VOLANTE, Edivana de Albuquerque Canto. **A relação das ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Campo Mourão (UTFPR-CM), com o desenvolvimento territorial (2019-2022)**. 114f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *Campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

RESUMO

As universidades públicas, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, têm um papel fundamental no desenvolvimento territorial. Esta pesquisa objetivou analisar como as ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *Campus* de Campo Mourão – contribuíram para esse desenvolvimento no período de 2019 a 2022. A pesquisa é qualitativa e desenvolveu-se por intermédio de análise de referencial teórico, documental e empírico, bem como de estudo das Legislações e Normas da Extensão Universitária no Brasil, e de documentos oficiais da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, tais como: Regulamentos, Instruções Normativas, Editais, Plano de Desenvolvimento Institucional, Relatórios de Gestão, entre outros. Do *Campus* de Campo Mourão, foram analisados dezesseis projetos classificados em editais da UTFPR que receberam incentivo através de bolsas. Na investigação empírica, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com coordenadores/as selecionados/as a partir de critérios como: área temática, recebimento de bolsa, alcance do projeto e relação com uma das dimensões do Patrimônio Territorial. O estudo mostrou que os projetos de extensão da UTFPR-CM, objetos desta pesquisa, contribuíram, de algum modo, para o desenvolvimento territorial, pois devolveram à sociedade seus conhecimentos científicos, interagiram com ela, levaram discentes para fora dos muros da universidade e possibilitaram ao público-alvo pensar e desenvolver ações reconhecendo-se como sujeitos capazes de transformar o local onde vivem.

Palavras-chave: Extensão universitária, Desenvolvimento territorial, UTFPR.

VOLANTE, Edivana de Albuquerque Canto. **The relationship of the extension actions of the Federal Technological University of Paraná, Campo Mourão *Campus* (UTFPR-CM), with Territorial Development (2019-2022)**. 114f. Dissertation (Master's) - Interdisciplinary Society and Development Postgraduate Program, State University of Paraná, Campo Mourão *Campus*, Campo Mourão, 2024.

ABSTRACT

Public universities, through teaching, research and extension, play a fundamental role in territorial development. This research aimed to analyze how the extension actions of the Federal Technological University of Paraná – Campo Mourão *Campus* – contributed to this development in the period from 2019 to 2022. The research is qualitative and quantitative and was developed through analysis of theoretical references, documentary and empirical, as well as studying the Legislation and Standards of University Extension in Brazil, and official documents from the Federal Technological University of Paraná - UTFPR, such as: Regulations, Normative Instructions, Notices, Institutional Development Plan, Management Reports, between others. From the Campo Mourão *Campus*, sixteen projects classified in UTFPR notices that received incentives through grants were analyzed. In the empirical investigation, semi-structured interviews were carried out with coordinators selected based on criteria such as: thematic area, receipt of a grant, scope of the project and relationship with one of the dimensions of Territorial Heritage. The study showed that the UTFPR-CM extension projects, objects of this research, contributed, in some way, to territorial development, as they returned their scientific knowledge to society, interacted with it, took students outside the university walls and enabled for the target audience to think and develop actions, recognizing themselves as individuals capable of transforming the place where they live.

Keywords: University extension, Territorial development, UTFPR.

VOLANTE, Edivana de Albuquerque Canto. **La relación de las acciones de extensión de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná, Campus Campo Mourão (UTFPR-CM), con el Desarrollo Territorial (2019-2022)**. 114f. Disertación (Maestría) - Programa Interdisciplinario de Posgrado en Sociedad y Desarrollo, Universidad Estadual de Paraná, *Campus* Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

RESUMEN

Las universidades públicas, a través de la docencia, la investigación y la extensión, juegan un papel fundamental en el desarrollo territorial. Esta investigación tuvo como objetivo analizar cómo las acciones de extensión de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná – Campus Campo Mourão – contribuyeron para ese desarrollo en el período de 2019 a 2022. La investigación es cuali-cuantitativa y se desarrolló a través del análisis de referencias teóricas, documentales y empíricas, así como del estudio de Legislación y Normas para la Extensión Universitaria en Brasil, y documentos oficiales de la Universidad Tecnológica Federal de Paraná - UTFPR, tales como: Reglamentos, Instructivos Normativos, Avisos, Plan de Desarrollo Institucional, Informes de Gestión, entre otros. Desde el Campus Campo Mourão, fueron analizados dieciséis proyectos clasificados en convocatorias UTFPR que recibieron incentivos a través de subvenciones. En la investigación empírica se realizaron entrevistas semiestructuradas a coordinadores seleccionados en función de criterios como: área temática, recepción de una subvención, alcance del proyecto y relación con alguna de las dimensiones del Patrimonio Territorial. El estudio demostró que los proyectos de extensión de la UTFPR-CM, objeto de esta investigación, contribuyeron, de alguna manera, al desarrollo territorial, en la medida que devolvieron sus conocimientos científicos a la sociedad, interactuaron con ella, sacaron a los estudiantes de los muros universitarios y habilitaron para el objetivo. audiencia a pensar y desarrollar acciones, reconociéndose como individuos capaces de transformar el lugar donde viven.

Palabras clave: Extensión universitaria, Desarrollo territorial, UTFPR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Investimento do MEC em educação (2010-2021)	50
Figura 2 - Localização dos 13 <i>campi</i> da UTFPR (Paraná)	53
Figura 3 - Localização da UTFPR-CM	54
Figura 4 - Página inicial de cadastro de projetos de extensão	65
Figura 5 - Nº de bolsas destinadas a projetos de extensão na UTFPR (2010-2022)	70
Figura 6 - Demonstrativo dos projetos de extensão da UTFPR-CM aprovados em Editais (2010-2022)	73
Figura 7 - Áreas temáticas delimitadas nos projetos de extensão da UTFPR-CM.....	74
Figura 8 - Princípios da Extensão em relação ao número de projetos de extensão da UTFPR-CM.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões Territoriais.....	21
Quadro 2 – Quantidade de projetos classificados em editais (2019-2022).....	23
Quadro 3 – Análise semântica do termo extensão.....	27
Quadro 4 – Indicação do percentual de Atividades de Extensão nos cursos de graduação nas Normativas Brasileiras a partir do ano 2001.	41
Quadro 5 – Documentos Institucionais da UTFPR consultados	56
Quadro 6 – Documentos – Políticas de Extensão.....	59
Quadro 7 – Modalidades de ações de extensão da UTFPR.....	66
Quadro 8 – Projetos de extensão do Campus de CM classificados em editais da UTFPR	72
Quadro 9 – Caracterização do Projeto de Extensão- Editais PROREC 2022 e 2023.....	77
Quadro 10 – Projetos selecionados para análise na pesquisa.....	79
Quadro 11 – Análise dos projetos de extensão da UTFPR-CM.....	81
Quadro 12 – Destaques da pergunta 1 da entrevista.....	84
Quadro 13 - Destaques da pergunta 4 da entrevista.....	86
Quadro 14 - Destaque da pergunta 7 da entrevista.....	87
Quadro 15 - Destaque da pergunta 9 da entrevista.....	88
Quadro 16 - Destaque da pergunta 10 da entrevista.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Critérios de seleção dos projetos de extensão da UTFPR-CM (2019-2022).....	24
Tabela 2 – Dados gerais da UTFPR	55
Tabela 3 – Total de recursos recebidos pela UTFPR por meio do ProExt (MEC/SESu).....	69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAEs – Atividades acadêmicas de extensão

ASCOM – CM – Assessoria de Comunicação do *Campus* da UTFPR de Campo Mourão

CEFET-PR – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

CES – Câmara de Educação Superior

CM – Campo Mourão

CNE – Conselho Nacional de Educação

CODAE – Coordenação das Atividades de Extensão

COGEP – Conselho de Graduação e Educação Profissional

COUNI – Conselho Universitário

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CRUTAC – Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária

DEPEC - Departamento de Estágios e Cursos de Qualificação Profissional

DEPEX – Departamento de Extensão

DIREC – Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias

DIREXT – Diretoria de Extensão

DIRGRAD – Diretoria de Graduação e Educação Profissional

DOU – Diário Oficial da União

FA – Fundação Araucária

FORPROEX – Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras

IES – Instituição de Ensino Superior

IN – Instrução Normativa

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MD – Ministério da Defesa

MEC – Ministério da Educação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PNE – Plano Nacional de Educação

PNEU – Política Nacional de Extensão Universitária

PNext – Plano Nacional de Extensão Universitária

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPGSeD – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento

PRAEXT – Professor Responsável pelas Atividades de Extensão

PROEXT – Programa de Extensão Universitária

PROREC – Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação e Educação Profissional

RENEX – Rede Nacional de Extensão

SAP – Sistema de Acompanhamento de Projetos

SEC – Serviço de Extensão Cultural

SISPEQ – Sistema de homologação de Projetos de Pesquisa

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNE – União Nacional dos Estudantes

Unespar – Universidade Estadual do Paraná

UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

UTFPR-CM – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *Campus* Campo Mourão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: O CAMINHO TRILHADO NA PESQUISA	18
2.1 Conceito de território e seus desdobramentos para a pesquisa.....	18
2.2 Estratégias metodológicas da investigação.....	22
3 EVOLUÇÃO CONCEITUAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL	27
3.1 Surgimento da extensão universitária no Brasil.....	29
3.2 Marco Legal e Conceitual da Extensão Universitária.....	36
3.3 Mudanças de paradigmas da extensão universitária com o FORPROEX.....	43
3.4 Principais investimentos nos programas e projetos e de extensão universitária	49
4 ABORDAGEM DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UTFPR.....	52
4.1 Extensão Universitária na UTFPR	55
4.2 Extensão Universitária no <i>Campus</i> da UTFPR-CM.....	71
5 A RELAÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UTFPR-CM COM OS PRINCÍPIOS DA EXTENSÃO E COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL ..	75
5.1 Análise das normativas da extensão da UTFPR-CM e dos relatórios dos projetos ...	75
5.2 Análise das entrevistas	83
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICES	103
ANEXOS	106

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada teve como objetivo realizar um estudo sobre a relação das ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* de Campo Mourão (UTFPR-CM), com os princípios da extensão e com o desenvolvimento territorial, entre os anos de 2019 e 2022, nos municípios atendidos diretamente pelos projetos de extensão. Este estudo, por sua vez, faz parte da linha de pesquisa *Formação humana, políticas públicas e produção do espaço* do Programa Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), da Universidade Estadual do Paraná (Unespar) – *Campus* de Campo Mourão.

A temática sobre a relação das ações de extensão com o desenvolvimento territorial foi motivada em atendimento à precária existência de trabalhos científicos sobre este tema, conforme indicou a busca feita nas Plataformas da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e SciELO Brasil a partir da utilização como filtro do recorte temporal de 2019 a 2022 e o título. A pesquisa averiguou as expressões “extensão universitária”, “desenvolvimento territorial” e “extensão universitária e desenvolvimento territorial”, cujas imagens encontram-se nos Anexos B e C.

Como resultado, constatou-se que ao pesquisar a expressão “extensão universitária e desenvolvimento territorial”, tanto na plataforma BDTD quanto na SciELO, o resultado foi nulo, já quando pesquisadas separadamente as expressões “extensão universitária” e “desenvolvimento territorial”, encontrou-se, respectivamente, o seguinte resultado: 67 indicações na BDTD e 7 na SciELO e 41 na BDTD e 5 na SciELO.

Essa ausência torna-se relevante porquanto o estado do Paraná é um território que abriga elevado número de instituições públicas (estadual e federal) e privadas de ensino superior, atores fundamentais no processo de desenvolvimento territorial e regional. Nesse sentido, esta pesquisa buscou responder a um questionamento eminente: Os projetos de extensão desenvolvidos pela UTFPR-CM estão em consonância com os princípios da extensão universitária (Interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação do estudante e impacto e transformação social) e contribuem para o desenvolvimento territorial?

Além disso, a motivação também se pauta em questões pessoais, relacionadas à história de vida, à vivência social, aos princípios e valores da autora. Nesse sentido, o interesse pela pesquisa é perpassado pela formação e atuação profissional em uma Instituição de Ensino Superior (IES), inicialmente na Universidade Federal do Oeste do Pará, e, atualmente, na

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – *Campus* de Campo Mourão. Nesta, é atuante, desde 2016, no Departamento de Extensão, e, especialmente a partir de janeiro de 2021, na coordenação desse Departamento, no qual se desenvolvem atividades que vão desde o registro e avaliação até o encerramento das ações de extensão do *Campus*.

A trajetória da extensão universitária explorada nesta pesquisa parte de sua criação e inserção em documentos oficiais no ano de 1931 até sua definição estabelecida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX em 2012, cujo conceito amplia o entendimento do que é extensão universitária, quando a dispõe com base nos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecidos na Constituição Federal de 1988.

Esse conceito se tornou um orientador não só para a elaboração de documentos oficiais nas IES do País, como também serviu para direcionar a prática dessa modalidade, que por muito tempo foi deixada em segundo plano em virtude de se priorizar o ensino e a pesquisa nas IES.

O conceito de extensão universitária está diretamente ligado ao de desenvolvimento territorial, entendido nesta pesquisa como um espaço multidimensional de relações sociais, como bem destaca Dallabrida (2007) nos seguintes termos: “conjunto de ações relacionadas ao processo de desenvolvimento, empreendidas por atores/agentes, organizações/instituições de uma sociedade identificada histórica e territorialmente” (DALLABRIDA, 2007, p. 47).

Assim, partindo dos pressupostos de desenvolvimento territorial, percebeu-se que as universidades públicas são naturalmente agentes de desenvolvimento por exercerem papel social importante para melhoria da qualidade de vida da sociedade, na produção de conhecimento e na formação profissional e humana.

Desse modo, analisou-se como as ações, especialmente os projetos, de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* de Campo Mourão (UTFPR-CM), contribuíram para o desenvolvimento territorial, e se estão em sintonia com a Política Nacional de Extensão Universitária.

Pesquisar sobre extensão universitária é dar destaque a um dos pilares da Universidade, que, desde sua origem, foi considerado por muitos como “o primo pobre” da tríade ensino/pesquisa/extensão. Esta pesquisa mostra-se relevante especialmente neste período (2022/2023), quando todas as Instituições de Ensino Superior têm que adequar as matrizes curriculares de seus cursos para atender à estratégia 12.7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação que preconiza o dever destas em “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão

universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (BRASIL, 2014).

Além disso, a relevância desta pesquisa deve-se também ao fato desta estar em consonância com o Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná, do qual ela faz parte, especialmente no que diz respeito à interdisciplinaridade, uma vez que o próprio conceito de extensão universitária, definido em 2012 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), traz explícito que a extensão “[...] é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28, grifo do autor).

Destarte, não é possível pesquisar sobre extensão universitária sem trilhar o caminho da interdisciplinaridade, especialmente se considerarmos que esta pesquisa será realizada em uma Universidade, cujos projetos de extensão são desenvolvidos em diferentes cursos, áreas temáticas e por docentes com formações distintas. Nesse sentido, com base em um levantamento bibliográfico preliminar, destacamos as seguintes áreas que estão diretamente envolvidas nesta pesquisa: Educação, Economia, História e Geografia.

Esta pesquisa foi estruturada em cinco Seções, além das Considerações Finais. A Primeira é a Introdução, que traz como elementos constitutivos a contextualização do tema da pesquisa, a motivação, justificativa, os objetivos e o problema da pesquisa. A Segunda apresenta o percurso teórico-metodológico, explicitando alguns conceitos norteadores e os procedimentos operacionais da pesquisa. A Terceira Seção trata da evolução da extensão universitária traçando uma trajetória desde seu surgimento no Brasil até os dias atuais. A Quarta versa sobre a extensão na UTFPR e no *Campus* de Campo Mourão.

Por fim, a Quinta Seção apresenta os resultados da pesquisa documental e empírica, trazendo a análise dos projetos e a sistematização das entrevistas realizadas com coordenadores de Projetos de extensão. Esta etapa da pesquisa foi fundamental para destacar a importância de se conhecer os princípios da extensão universitária e os conceitos de desenvolvimento territorial para uma implementação consciente, na prática, desse pilar tão significativo no processo de formação do discente e na aproximação da Universidade com a sociedade (comunidade externa).

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: O CAMINHO TRILHADO NA PESQUISA

A presente seção está estruturada em dois itens: no primeiro, apresentam-se os principais conceitos de território e suas dimensões, pano de fundo deste trabalho e, no segundo, os procedimentos metodológicos da pesquisa.

2.1 Conceito de território e seus desdobramentos para a pesquisa

Não se pode abordar a relação da extensão universitária com o desenvolvimento territorial sem antes entender qual o conceito de território foi considerado neste trabalho. Segundo Dallabrida, na atualidade, cada vez mais concebe-se o território “como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, lugar e expressão de relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais” (DALLABRIDA, 2016, p. 20).

Desse modo, o território deixa de ser visto como algo estático, e sim como algo dinâmico, em constante evolução, como afirma Saquet,

No território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, *no e com o* lugar e *com outros* lugares e pessoas; identidade. Os elementos basilares do território, ou seja, as redes de circulação de comunicação, as relações de poder, as contradições e a identidade, interligam-se, fundem-se umas nas outras numa trama relacional (multitemporal e multiescalar) indissociável (SAQUET, 2007, p. 158).

Segundo Saquet (2011), no Brasil, a partir dos anos 1970, a geografia passou a incorporar “princípios do materialismo histórico e dialético, especialmente através da atuação acadêmica e científica de professores da USP” (SAQUET, 2011, p. 4), destacando o pioneirismo de Manuel Correia de Andrade ¹, um estudioso cuja obra contribuiu substancialmente de forma efetiva e sistemática para a renovação da geografia no Brasil, principalmente para “substantivação de uma perspectiva crítica e reflexiva, uma geografia de denúncia e propositiva em relação à formação histórica brasileira centrada num processo concentrador e centralizador [...]” (SAQUET, 2011, p. 12), que serve para mostrar e explicar

¹ “Manuel Correia de Andrade publicou mais de 100 livros. O grande número de artigos, os cursos que ministrou, as palestras que proferiu e os eventos científicos dos quais participou, demonstram sua contribuição extraordinária para a Geografia, História, Sociologia, Antropologia e sobretudo para os estudos sobre o Nordeste. Era um defensor da interdisciplinaridade que praticava, criticando a fragmentação das Ciências Sociais, segundo ele, capaz de prejudicar a visão de totalidade [...]” Disponível em: <https://www.sbsociologia.com.br/project/manuel-correia-de-andrade/>. Acesso em: 15 mar. 2023

como funcionam os jogos de poder e as diversas formas de controle tanto da população quanto do território de nosso País.

Ainda de acordo com Saquet, para o estudioso Manuel Correia Andrade, no Brasil, especialmente no período compreendido entre os anos 1960 e 1980, a região “era uma realidade histórica e administrativa, com polos de crescimento e determinados recursos naturais” (SAQUET, 2011, p. 4), no entanto, pouco a pouco na França e outros países, inclusive no Brasil, foram tendo destaque as questões humanas e históricas frente às questões naturais em determinadas áreas (Saquet, 2011). Assim,

Das regiões naturais passa-se às regiões econômicas e/ou administrativas, com determinados gêneros de vida. Ganha força, cada vez mais, na geografia, a organização e a diferenciação do espaço geográfico, como compartimento para ser classificado, descrito e explicado (SAQUET, 2011, p. 4).

Feitas as devidas considerações sobre a renovação da conceituação da geografia no Brasil e de tudo que está relacionado a esta temática, passa-se agora a discorrer sobre a abordagem territorial do desenvolvimento. Dalabrida (2021) registra que o debate sobre essa abordagem surgiu no Brasil na década de 1990, alavancado por “um contexto de recuperação organizacional e política dos movimentos sociais e outras instâncias da sociedade civil” (DALABRIDA, 2021, p. 50), apresentando-se como uma alternativa de superação da abordagem setorial da economia, buscando atenuar “a dicotomia espacial entre o rural e o urbano, o campo versus cidade, além de reconhecer o protagonismo dos atores emergentes da sociedade civil” (DALABRIDA, 2021, p. 50).

Neste sentido, Saquet (2018) afirma que a análise territorial situada no conceito de território necessita levar em conta sua composição em formato de “redes curtas, intermediárias e longas, virtuais, efêmeras e duradouras, potencializando as redes de cooperação e solidariedade ancoradas localmente e em processos ecológicos e culturais” (SAQUET, 2018, p. 49). Para o autor, em um território, essas redes estão permanentemente presentes e representam conflitos, contradições e lutas de classe, numa clara relação de poder, na qual surgem mais conflitos do que consensos.

São nessas relações de poder que se constituem e se modificam os espaços territoriais, entendidos aqui não como espaço físico, mas como um local onde convivem pessoas com diferentes interesses econômicos e sociais, cujas desigualdades econômicas, sociais e culturais são cada vez mais visíveis.

Ainda na abordagem sobre desenvolvimento territorial, Dalabrida (2022), “parafraseando o professor Arilson Favareto”, diz que,

entende-se serem três as principais condições para sua prática efetiva: (i) a necessidade de se tecer coalizões plurais entre os atores territoriais; (ii) **o desafio de se construir pactos sociais, que impliquem uma distribuição minimamente equitativa dos recursos territoriais, ou melhor dizendo, os bens públicos (recursos naturais – terra, ar, água, ambiente...) –, tecnologias geradas nas universidades públicas (ciência e tecnologia a serviço de toda a sociedade) e oportunidades de promoção (pessoal, profissional e social, dentre outras), entre a pluralidade de atores do território;** além (iii) da presença de institucionalidades integradas escalarmente, voltadas ao planejamento e gestão do território (DALLABRIDA *et al.*, 2022, p. 71, grifo nosso).

Nesse contexto, destaca-se a segunda condição grifada na citação acima, pelo significado que representa quando se fala da extensão universitária nas IES, entendendo seu papel relevante para o desenvolvimento territorial. Acredita-se que essas instituições através do ensino, de suas pesquisas e projetos, especialmente os de extensão, têm muito a contribuir com o desenvolvimento territorial, desde que se disponham a ouvir a sociedade, perceber seus anseios e dificuldades.

Todavia, sem o envolvimento desses atores e a clareza do papel de cada um nesse processo de construção e reconstrução do espaço onde vivem, o avanço será lento rumo a um desenvolvimento territorial que de fato considere todas as dimensões imbricadas nesse processo. Afinal, não há desenvolvimento nestes parâmetros sem a participação dos seres humanos que ali vivem, pois são eles os atores que dão sentido a tudo, que movimentam todos os processos e jogos de poder, que, direta ou indiretamente, têm responsabilidade sobre tudo o que acontece nesse espaço, sobre todos os ganhos e também as perdas econômicas, sociais, ambientais, culturais, entre outras.

Ainda nesse contexto, e aprofundando suas pesquisas em torno da temática do território, Dallabrida (2020) apresenta várias discussões sobre o tema Patrimônio territorial, definindo-o como:

o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, que se acumularam ao longo da história num determinado território, representados pelo sistema produtivo e de infraestrutura, o ambiente natural, a formação humana e intelectual, as expressões culturais e a cultura empresarial, os valores sociais, as configurações de associativismo e as redes de relações, além das institucionalidades públicas, sociais e corporativas, presentes num determinado território (DALLABRIDA, 2020, p. 13).

A partir dessa definição conceitual, resultante, segundo o próprio autor, de outros conceitos, entre eles o de território, territorialidade, identidade territorial, ativos e recursos

territoriais (DALLABRIDA, 2017), são definidos os seis componentes territoriais, que são: 1) **Produtivo**: envolve recursos financeiros, maquinário, infraestruturas etc. ; 2) **Natural**: diz respeito a tudo que se encontra na natureza, como solo, fauna, flora etc.; 3) **Humano e Intelectual**: refere-se à formação ao conhecimento, a criatividade do indivíduo; 4) **Cultural**: Trata de valores e normas de conduta, patrimônio cultural etc.; 5) **Social**: ações compartilhadas em sociedade, contatos e redes criadas; e 6) **Institucional**: envolve instituições públicas e privadas (DALLABRIDA, 2017, p. 33).

Esses componentes, também chamados de dimensões, têm sido alvo de várias pesquisas, com destaque para o grupo de pesquisadores coordenados pelo professor Dallabrida, que conta com pessoas de vários lugares do Brasil e de outros países, entre eles a orientadora desta pesquisa, professora Aurea Andrade Viana da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Campo Mourão, cujo trabalho mais recente foi publicado em julho de 2023, servindo de base para a apreensão do significado de cada dimensão.

Quadro 1 - Dimensões Territoriais

Tipos de Dimensão	Destaques da autora
Dimensão Produtiva	Os sistemas produtivos em âmbito local têm se apresentado de inúmeras formas, desde sistemas produtivos locais a sistemas agroalimentares localizados, a economia social e solidária, além de apresentarem-se sob a forma de variados arranjos formais ou informais de produção e distribuição da riqueza ou produto de uma sociedade (Büttenbender <i>et al.</i> , 2023, p. 5).
Dimensão Natural	[...] É amplamente reconhecido que as questões ambientais são fundamentais para compor as diferentes dimensões que caracterizam o desenvolvimento de uma região, e a conservação e gestão ambiental figura como importante pacto para qualquer experiência de desenvolvimento territorial, que deve engajar os envolvidos na gestão pública, organizações do terceiro setor, sociedade civil organizada e entidades empresariais (Denardin <i>et al.</i> , 2023, p. 2-3).
Dimensão Humana e Intelectual	A Dimensão Humana e Intelectual é constituída por dois componentes, que, por sua vez, se subdividem em subcomponentes. Os componentes são: 1) Saberes e 2) Grupos Humanos. Os subcomponentes são, respectivamente: Saberes Formais, Saberes Informais, Grupos Verticais e Grupos Horizontais (Mueller <i>et al.</i> , 2023, p. 3).
Dimensão Cultural	A cultura apresenta relação intrínseca com o território. Sua produção e reprodução está associada às atividades econômicas e sociais presentes no território. A sua materialização e representação implicam uma dialética contínua entre os processos territorializados e as experiências culturais (Carniello <i>et al.</i> , 2023, p. 2).
Dimensão Social	A dimensão social compreende as diferentes relações e estruturas constituídas pelos seres humanos nas interações que estabelecem entre si e com a natureza (Andrade <i>et al.</i> , 2023, p. 1).
Dimensão Institucional	A análise da dimensão institucional considera as instituições intermediadoras no processo de conversação entre o poder público e os atores sociais nos territórios, na definição de políticas públicas para o desenvolvimento do territorial. Para tal,

	propõe-se orientar o referencial metodológico da dimensão institucional em três componentes: (i) capacidade administrativa da estatalidade no território; (ii) políticas públicas de apoio ao desenvolvimento e (iii) atores, instituições e arenas de concertação (Gumiero <i>et al.</i> , 2023, p. 2).
--	--

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base nos artigos do grupo de pesquisa ProPat

As definições acima serviram de base tanto para o entendimento conceitual do patrimônio territorial quanto de suas dimensões, abrindo um leque de possibilidades para a percepção da importância e das várias possibilidades que os projetos desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) podem contribuir para o desenvolvimento dos territórios onde estão inseridos.

2.2 Estratégias metodológicas da investigação

Em termos da abordagem metodológica, foi adotada para esta pesquisa a análise quanti-qualitativa, tendo como debate central a extensão universitária, em especial as ações da UTFPR-CM para o desenvolvimento territorial, situando este conceito como pano de fundo das discussões. A opção por essa abordagem fundamenta-se em Minayo (1993), que a descreve como:

A primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis [...]. A segunda adequa-se a aprofundar a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO, 1993, p. 247).

Desse modo, a presente pesquisa foi dividida em cinco etapas: Na primeira, fez-se uma revisão bibliográfica das obras que trazem discussão de território, desenvolvimento e patrimônio territorial, foram utilizadas as obras dos autores Dallabrida (2007, 2016, 2017, 2023), Raffestin (1993), Saquet (2007, 2011) e os artigos publicados pelo grupo de pesquisa ProPAT, conforme apresentado anteriormente. Do mesmo modo, fez-se um estudo das obras que tratam das concepções e evoluções históricas da extensão universitária, com destaque para os seguintes autores: Freire (2021), Gadotti (2017), Deus (2020), Souza (2007), Sousa (2000), Lisboa (2022), Fagundes (1986), Gonçalves e Quimelli (2016), Nogueira (2013), entre outros, discutidas na seção 3.

Para a segunda etapa, procedeu-se ao levantamento e análise documental de teses e dissertações do banco da Capes, e de artigos, em portais de domínio público e nas plataformas de conteúdos científicos relacionados à temática, bem como consulta aos relatórios e

publicações do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Ainda, consultaram-se leis e decretos federais, além de documentos da UTFPR, tais como: editais, resoluções, diretrizes, manual de extensão, relatórios de gestão e Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Para Bardin (2011) o objetivo da análise documental

[...] é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (BARDIN, 2011, p. 52).

Na terceira etapa, foi realizada a seleção dos projetos de extensão da UTFPR- CM do período de 2019 a 2022, período tal definido pelo fato de que a partir de abril de 2019, toda a tramitação das ações de extensão da UTFPR passou a ser informatizada dentro de um Sistema próprio de Acompanhamento de Projetos (SAP).

Para definir os projetos de extensão do *Campus* que seriam analisados dentro do intervalo proposto, utilizou-se a amostragem não probabilística, cujas características “não apresentam fundamentação matemática ou estatística, dependendo unicamente de critérios do pesquisador” (GIL, 2008, p. 91). Para a respectiva seleção, utilizaram-se os seguintes critérios qualitativos:

- a) Número de projetos classificados em editais da UTFPR;

Quadro 2 - Quantidade de projetos classificados em editais (2019-2022)

Ano	Quant. de Projetos	Edital
2019	38	Edital PROREC-Extensão 01/2019
2020	33	Edital nº 02/2020 PROREC-Extensão
2021	27	Edital nº 03/2021 PROREC-Extensão
2022	27	Edital nº 01/2022 -PROREC/PROGRAD- Extensão
TOTAL	125	

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

- b) Projetos que receberam fomento (bolsa); e

c) Número de projetos por área temática extensão² (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho).

² Áreas definidas no Plano Nacional de Extensão Universitária Edição Atualizada 2000/2011 e reafirmadas nas Diretrizes de extensão da UTFPR.

Ainda para escolha dos projetos, outro aspecto foi levado em conta, ou seja, no ano que havia mais que um projeto em uma das áreas de aplicação, foi selecionado o projeto com abrangência regional, ou que constava como projeto finalizado e com o relatório recomendado no Sistema de Acompanhamento de Projetos -SAP, conforme pode-se observar na tabela abaixo.

Tabela 1 - Critérios de seleção dos projetos de extensão da UTFPR-CM (2019-2022)

Áreas Temáticas	PERÍODO							
	2019	P.c/bolsa	2020	P.c/bolsa	2021 ³	P.c/bolsa	2022	P.c/bolsa
Comunicação	1	0	2	2	0	0	0	0
Cultura	0	0	1	0	0	0	0	0
Direitos Humanos	0	0	1	1	0	0	0	0
Educação	16	8	17	8	11	11	15	15
Meio Ambiente	8	1	6	5	7	7	4	4
Saúde	0	0	1	1	1	1	0	0
Tecnologia e Produção	13	2	5	4	8	8	8	8
Trabalho	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	38	11	33	21	27	27	27	27
16 projetos (1 por área)		3		6		4		3

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Com base nesses critérios, selecionaram-se dezesseis projetos de extensão, dos quais três são do ano de 2019, seis de 2020, quatro de 2021 e três de 2022, todos identificados por letras do alfabeto de “A” a “P” e pelo ano de execução, cujo resultado de análise encontra-se na seção 5.

Na quarta etapa, tratou-se da pesquisa empírica na qual realizou-se entrevista com seis docentes que coordenaram um dos dezesseis projetos selecionados. Destaca-se que antes de contatar os/s entrevistados/as, cumpriram-se todos os protocolos e normas do Conselho de Ética da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), e a pesquisa foi aprovada pelo Parecer nº 5.804.811, Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 65467322.8.0000.9247.

Para chegar ao número de entrevistados, foi feita uma triagem entre os dezesseis projetos já selecionados, incluindo ainda como critérios:

- a) Objetivo do projeto – aquele voltado ao desenvolvimento territorial;
- b) Alcance regional dos projetos e;

³ Nos anos de 2021 e 2022, todos os projetos do Campus da UTFPR-CM, classificados nos editais da PROREC, receberam bolsas, oriundas da PROREC, Fundação Araucária e do próprio *Campus*.

c) Relação dos projetos com uma ou mais dimensões do Patrimônio Territorial (Dimensões Produtiva, Natural, Humana e Intelectual, Cultural, Social e Institucional).

A entrevista é considerada uma forma de interação social, de diálogo assimétrico “em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (Gil, 2008, p. 109). Nesse sentido, utilizou-se a entrevista semiestruturada para permitir maior interação com os participantes, uma vez que essa técnica apresenta certa flexibilidade, tendo como principal característica um roteiro com perguntas abertas, possibilitando o estudo de um fenômeno com um público específico, como: grupo de professores, de alunos etc. (MANZINI, 2012, p. 156)

As entrevistas foram realizadas por meio de videochamada nos meses de julho e agosto de 2023, utilizando-se a plataforma digital *Google Meet*, e duraram, em média, de 21 a 56 minutos. Os/as entrevistados/as foram identificados com letras do alfabeto, número e ano, ficando assim dispostos: E1,2023, E2,2023, E3,2023, E4,2023, E5,2023 e E6,2023. Todos/as os entrevistados/as autorizaram as gravações das mesmas.

Antes de iniciada a entrevista, leu-se para os participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B), que, posteriormente, foi assinado por todos/as e enviado à pesquisadora.

Para as entrevistas, elaborou-se um roteiro com 10 questões. No entanto, as questões não foram realizadas na ordem sequencial, iniciando-se pela questão 3, deixando-se as questões 1 e 2 para serem efetuadas após a questão 9. No que diz respeito à pergunta 10, antes de fazê-la foi explicado aos/as entrevistados/as qual o conceito de território está sendo abordado nesta pesquisa.

Na quinta etapa, foi realizada a análise de editais dos anos de 2019 a 2022, dos 16 projetos selecionados e dos seus respectivos relatórios e da sistematização e análise das entrevistas, objetivando responder à questão-problema da pesquisa: “Os projetos de extensão desenvolvidos pela UTFPR-CM estão em consonância com os princípios da extensão universitária (Interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação do estudante e impacto e transformação social) e contribuem para o desenvolvimento territorial?”

Optou-se por analisar inicialmente os editais, pois são eles que orientam a elaboração dos projetos, e mais especificamente, o intuito era perceber se havia algum indicativo para que os projetos atendessem, de algum modo, aos princípios da extensão e planejassem suas ações voltadas para o desenvolvimento territorial. Os resultados desse levantamento encontram-se na seção 5.

Em sequência, buscou-se identificar nos dezesseis projetos e relatórios a ocorrência das expressões: “princípio/s” “diretriz”. Após essa verificação, foi executada uma leitura na íntegra de todos os projetos e relatórios buscando outras evidências que indicassem a questão pesquisada.

No âmbito das entrevistas, fez-se a transcrição fidedigna da fala dos coordenadores e análise de discurso, sendo destacados na sistematização fragmentos de fala que respondem às perguntas efetuadas.

3 EVOLUÇÃO CONCEITUAL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL

A Extensão Universitária significa a comunicação que se estabelece entre a universidade e a sociedade, objetivando a produção de conhecimentos e o diálogo das atividades acadêmicas, por meio de ações ativas que impliquem a partilha direta entre a academia e a sociedade, em que ambas são, de algum modo, impactadas (UFRB, 2023)⁴.

Para se entender a evolução da extensão nas universidades públicas brasileiras, faz-se necessário conhecer seu significado e seu percurso histórico na educação brasileira, partindo da etimologia da palavra *extensão*, que vem do latim *extensione* – que significa ação de estender, ou, ainda, a “qualidade do que é extenso; vastidão; porção de espaço ou de tempo; propriedade de ocupar espaço; dimensão; ampliação; engrandecimento; aumento relativo de comprimento” (EXTENSÃO, 2023, *on-line*).

Paulo Freire, em sua obra *Extensão ou comunicação?*, faz uma análise crítica desta palavra, especialmente no significado de “estender algo a” (Freire, 2021, p. 16), pois, segundo o autor, quem estende, estende algo ou alguma coisa à outra pessoa. Nesse sentido, a extensão seria o ato de levar algo (conhecimento) a alguém que, muitas das vezes, não quer receber. Ainda nessa reflexão, o referido autor estabelece relações associativas do termo, concluindo que a extensão pode significar no plural, como observou-se no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Análise semântica do termo extensão

EXTENSÃO	Transmissão
	Sujeito ativo (o que estende)
	Conteúdo (escolhido por quem estende)
	Recipiente (do conteúdo)
	Entrega (de algo que é levado por um sujeito que se encontra “atrás do muro” àqueles que se encontram “além do muro”, “fora do muro”. Daí que se fale em atividades extramuros)
	Messianismo (por parte de quem estende)
	Superioridade (do conteúdo de quem entrega)
	Inferioridade (dos que recebem)
	Mecanismo (na ação de quem estende)
	Invasão cultural (através do conteúdo levado, que reflete a visão do mundo daqueles que levam, que se superpõe à daqueles que passivamente recebem)

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base no livro *Extensão ou Comunicação?* (2021)

Para o autor supracitado, em uma visão simples de significado da palavra, extensão não remete a uma ação educativa de caráter libertador, pois:

⁴ Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/cetens/extensao>. Acesso em: 15 de mar. 2023

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a ‘sede do saber’ até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com este saber, os que habitam nesta.

Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberda/de, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem – por isso sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2021, p. 45).

Nesse sentido, Paulo Freire propõe que a extensão deva ir além de apenas “estender” conhecimentos, deve ser dialógica no sentido de empenhar-se na transformação permanente da realidade. Para ele, “ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não ‘sloganizar’” (FREIRE, 2021, p. 51).

Flavi Ferreira (2022), em seu livro intitulado *Extensão universitária: Gestão, Comunicação e Desenvolvimento Regional*, aponta que no Brasil é possível delimitar três grandes períodos para a evolução da extensão. O primeiro, que vai até meados da década de 1960, é marcado pelo assistencialismo, a fim de suprir a ausência de políticas públicas. Nesse período, para o autor, a omissão do Estado levou várias IES a abraçarem as demandas sociais, dando início a um trabalho de grande importância que serviu para diminuir as mazelas provenientes das desigualdades sociais e econômicas presentes na sociedade.

O segundo momento inicia-se na década de 1970 e marca, segundo Ferreira (2022), um período de transição da extensão, cuja evolução deixa de ter um caráter assistencialista para uma perspectiva mais transformadora. É nesse período que começa o estímulo para um despertar da consciência popular pelos seus direitos. Surgindo, em âmbito nacional, o Projeto Rondon⁵ (1967 a 1989), que até hoje desenvolve ações em parceria com as universidades nas mais diversas regiões do país. Destaca-se, nessa etapa, a reforma universitária, que, entre outras reivindicações, buscava melhorias nas condições de vida e no desenvolvimento social, inspirada em autores como Paulo Freire.

O terceiro período descrito por Ferreira (2022) inicia-se nos anos de 1980 e se estende até a atualidade, e é marcado pela “especialização da extensão”, com destaque nos marcos históricos, como a Criação do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX); a comemoração de uma Constituição Cidadã brasileira; e os 100 anos da Reforma de Córdoba, cujo Manifesto de Córdoba marca a busca

⁵ Originalmente, o Projeto Rondon (PRO) foi um empreendimento do Regime Militar (1964-1985) com o objetivo de promover a participação de universitários no processo de integração econômica e social das regiões norte e nordeste do país (INFOESCOLA).

das universidades por um compromisso social. Para o autor, nesta etapa, a ação extensionista passa a ser projetada a partir da transformação social, da valorização dos sujeitos e de sua independência crítica (Ferreira, 2022).

3.1 Surgimento da extensão universitária no Brasil

Antes de discorrer sobre o surgimento da extensão universitária no Brasil, discorrer-se-á sobre o início dos cursos superiores e das Universidades Brasileiras. Estes começaram a ser instalados no Brasil a partir de 1808 com a chegada de D. João VI, com destaque para os cursos de Engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia) (1817) e o Curso de Desenho Técnico (1818) (Saviani, 2010, p. 5).

Por sua vez, a primeira Universidade foi criada em 1920 por meio do Decreto nº 14.343, na cidade do Rio de Janeiro, seguindo o modelo das universidades francesas, cuja preocupação principal era a especialização do ensino, o que ensejava como afirma Fagundes (1995, p. 17), “uma faculdade para cada profissão”. Segundo o autor, foram estas universidades, formadas por várias escolas superiores isoladas e que não se relacionavam entre si, que serviram de base para a criação das brasileiras.

Nesse sentido, a universidade francesa moderna, que embasou a criação dessas Instituições no Brasil,

[...] foi um caso típico de universidade voltada exclusivamente para o ensino, uma vez que as atividades de pesquisa se desenvolviam fora dela; extensão como a conhecemos, não chegou a se constituir em objeto de suas preocupações. Seu compromisso social foi antes de tudo com o estado, enquanto provedor e administrador da política educacional (FAGUNDES, 1985, p. 17).

No Brasil, segundo Gadotti (2017)

A universidade brasileira nasceu, tardiamente, na primeira metade do século XX e foi só a partir dos anos 1950 e 1960 que ela despertou para o seu compromisso social, muito por influência dos movimentos sociais, particularmente, com a participação da União Nacional dos Estudantes (UNE) com seu projeto UNE Volante, que previa uma mobilização nacional a partir de caravanas. Destaque-se, nesse período, o trabalho de Paulo Freire, criando o Serviço de Extensão Cultural, na Universidade do Recife, bem como o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE (GADOTTI, 2017, p. 1).

Somente onze anos depois da criação da Universidade do Rio de Janeiro (1ª do Brasil)⁶, em 11 de abril de 1931, no governo do Presidente Getúlio Vargas, foi publicado o Estatuto das Universidades Brasileiras, conhecido como “Reforma Francisco Campos”. Este estatuto marca a primeira referência oficial à expressão “extensão universitária” nas legislações brasileiras, expressão que, posteriormente, aparece em várias leis e decretos referentes à educação no país, com destaque para a Constituição Federal de 1988.

Vários pesquisadores indicam que a extensão universitária surgiu na Inglaterra em meados do século XIX, em meio a uma nova concepção de educação que pressupunha uma preocupação das universidades em oferecer uma prestação de serviços para a sociedade, por exemplo, uma educação continuada. Esta dimensão, que faz parte do tripé da universidade (ensino, pesquisa e extensão), foi a última a surgir no Brasil, uma vez que as instituições de educação superior brasileiras sempre tiveram como foco principal o ensino, tendo em vista que, mesmo se apresentassem eventuais preocupações com a extensão, esta não era uma função reconhecida e tampouco institucionalizada como é hoje. As primeiras experiências na área da extensão foram oriundas de interesses e de atos de alguns segmentos da comunidade acadêmica que não se configuravam como respostas às demandas da sociedade (Sousa, 2000).

Mesmo que a primeira aparição do termo extensão em um documento oficial date do ano de 1931, alguns autores afirmam que desde 1911 “atividades de extensão têm se dado em instituições de ensino superior no Brasil, reproduzindo aqui as vertentes típicas da tradição europeia de extensão” (PAULA, 2013, p. 13), principalmente nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Viçosa e Lavras, em Minas Gerais.

A extensão ganha espaço nas universidades brasileiras em meio a vários movimentos de luta pela redemocratização do ensino, como os seminários organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE): o 1º Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado em Salvador no ano de 1960; o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, realizado em Curitiba, em 1962, que resultou na elaboração da “Carta do Paraná”, responsável pela inclusão da Reforma Universitária nas Reformas de Base propostas pelo governo João Goulart; e o 3º Seminário realizado em 1963 em Minas Gerais (PAULA, 2013).

Para Paula (2013),

⁶ Optou-se por mencionar a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) como a 1ª Universidade do Brasil por aparecer em larga escala nos livros pesquisados, porém, algumas publicações indicam a Universidade de Manaus, que foi criada em 1909, como a mais antiga, outros indicam a Universidade do Paraná, denominada hoje como UFPR, fundada em 1912.

A luta pela Reforma Universitária, tal como desenvolvida pela UNE, foi parte de uma progressiva aproximação das lutas estudantis e das lutas gerais pela transformação brasileira num movimento que incluiu tanto o que se chamou aliança operário-estudantil e aliança operário-camponesa [...] (PAULA, 2013, p. 15).

Um reforço às reivindicações dos estudantes pode ser percebido na Universidade de Recife⁷, quando, em 1961, Paulo Freire criou e coordenou o Serviço de Extensão Cultural (SEC), um órgão específico para efetivação da extensão universitária, e “tratava-se de uma iniciativa institucional, mas que contava com o engajamento dos estudantes” (Sousa, 2000, p. 41).

É nesse contexto de intensa mobilização política e social que a extensão universitária, aos poucos, ganha espaço nas IES brasileiras. Sousa (1992) aponta que isso se deu a partir de 1985,

[...] ‘com um novo quadro de forças emergentes’ no país, ocorrendo a eleição de dirigentes universitários pelo voto direto e, portanto, sendo colocadas no poder pessoas comprometidas em situar a Universidade mais próxima dos anseios da população, que começaram a surgir novas iniciativas com relação à Extensão Universitária. O compromisso com a população passou a ser o eixo das atividades e a extensão passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa, ‘vinculando-as ao exercício de transformação da sociedade (SOUSA, 2000, p. 97).

Paula (2013) afirma ainda que, em uma perspectiva cronológica, a extensão universitária no Brasil

[...] pode ser vista como tendo três grandes etapas: I) a anterior à 1964, cuja centralidade foi dada pela campanha pela Escola Pública e pela aproximação com o movimento das Reformas de Base, a partir de obra e de prática de Paulo Freire; II) a etapa que vai de 1964 a 1985, polarizada pela emergência e demandas dos movimentos sociais urbanos; III) a terceira etapa corresponde ao período pós-ditadura e se caracteriza pela emergência de três grandes novos elencos de demandas: 1) as decorrentes do avanço dos movimentos sociais urbanos e rurais; 2) as que expressam a emergência de novos sujeitos e direitos, que ampliaram o conceito de cidadania; 3) as demandas do setor produtivo nos campos da tecnologia e da prestação de serviços (PAULA, 2013, p. 19-20).

Na Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU), no item “caminhos percorridos”, aborda-se a importante luta do movimento estudantil, porém, o documento afirma

⁷ Antigo nome da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

que isso trouxe pouca contribuição para a institucionalização da extensão universitária (BRASIL, 2012, p. 6). Desse modo,

No âmbito da educação, houve três iniciativas importantes. As duas primeiras referem-se à criação, em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e do Projeto Rondon^o. Apesar de sua subordinação à política de segurança nacional e de seu caráter cooptativo, esses dois projetos tiveram o mérito de propiciar ao universitário brasileiro experiências importantes junto às comunidades rurais, descortinando-lhe novos horizontes e possibilitando-lhe espaços para contribuir para a melhoria das condições de vida da população do meio rural.

A terceira iniciativa refere-se à promulgação da Lei Básica da Reforma Universitária (Lei nº 5.540/68) [...] (BRASIL, 2012, p. 6-7).

A PNEU (2012) também destaca como importante, nesse percurso de implementação da extensão, a criação, em 1970, de uma Comissão Mista entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Ministério do Interior, chamada CRUTAC/MEC – *Campus* avançado. Esta tinha como missão a proposição de medidas destinadas à institucionalização e fortalecimento da extensão universitária, destacando-se a criação da Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), em 1975, que elaborou o Plano de Extensão Universitária (BRASIL, 2012, p. 13).

Segundo Souza (2000, p. 73), as funções da CODAE “eram coordenar, em nível nacional, a política de Extensão Universitária e atuar na sua disseminação nas universidades”, promovendo a articulação dos *Campi* avançados e dos Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária, conhecidos como CRUTAC. Esta coordenação foi extinta em 1979.

No que diz respeito ao Plano de Extensão Universitária, Nogueira (1999) destaca que este representou um importante marco político para o MEC, pois trouxe para si a incumbência de propor a política de extensão para as universidades brasileiras. Porém, de acordo com a autora, este plano não pode ser considerado como uma proposição de um ator social, pois, na visão dela, representa muito mais uma “briga” por espaço do MEC, uma demarcação de lugar de atuação, uma vez que alguns ministérios vinham desenvolvendo programas extensionistas com estudantes sem o envolvimento direto das universidades (NOGUEIRA, 1999, p. 234).

O Plano de Trabalho Extensão Universitária apresentou um conceito de extensão que, segundo a autora, superou todas as outras definições encontradas nas legislações até aquele ano de 1975 (NOGUEIRA, 1999, p. 236), uma vez que neste Plano a Extensão é descrita como

[...] a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior, estende sua área de atendimento às Organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebem um influxo no sentido de retroalimentação dos demais componentes, ou seja, o ensino e a pesquisa (Brasil, 1975, p. 1).

Nessa perspectiva, pode-se citar como exemplos de programas de extensão, institucionalizados nessa época, o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto Rondon. O primeiro foi criado em 1965/1966, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e pretendia ser uma Universidade extensionista, vinculando a extensão à obrigatoriedade curricular do estágio, abrangendo cursos como medicina, educação, engenharia, entre outros. O segundo surgiu em 1967, a partir de uma ideia do Professor Wilson Choeri, cujo principal objetivo era fazer com que os universitários conhecessem a realidade do Brasil e participassem de seu desenvolvimento (ANDRADE; SALVADORI; MASSOQUIN, 2012).

Fagundes (1986) resume esses dois programas, afirmando que:

O CRUTAC, juntamente com o Projeto RONDON, é um dos organismos que desenvolve atividades de extensão, mais sistematicamente, procurando colocar os estudantes concluintes das diversas áreas em contato com comunidades-problema, pobres e atrasadas. Tal contato visa a uma complementação profissional daqueles e, ao mesmo tempo, uma prestação de serviços a estas (FAGUNDES, 1986, p. 86).

O projeto Rondon foi extinto em 1989, por meio da Lei nº 7.732, tendo sido retomado em 2005, a partir de uma proposta de reedição feita pela UNE e enviada, em novembro de 2003, ao presidente da República da época, senhor Luiz Inácio Lula da Silva. A partir dessa proposta, foi criado pelo presidente, em 2004, um grupo de trabalho interministerial com o propósito de definir diretrizes e orientações gerais para o projeto, o que resultou em um plano estratégico que foi aprovado pelo Presidente Lula em 20 de agosto de 2004. A operação de retorno efetivo do Rondon aconteceu em 2005.⁸

O referido Projeto perdura até os dias atuais, organizado pelo governo federal por meio do Ministério da Defesa-MD e em parceria com IES de todo país. Anualmente, publica-se um edital que regulamenta a participação das universidades nesse projeto, considerado pelo MD o maior projeto de extensão do país. Chama a atenção nesse edital o fato de que todo o recurso, tanto humano quanto financeiro, fica a cargo das IES participantes, conforme expresso no item 2.2 do Edital nº 1/2022 que rege a execução do projeto para julho de 2023:

⁸ Nossa História. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20210119234339/https://projektorondon.defesa.gov.br/portal/index/pagina/id/9718/area/C>. Acesso em: 26 abr. 2023.

Para a execução do objeto do presente edital não haverá o repasse de recursos financeiros ou pagamento, a qualquer título, entre o MD e as IES, cabendo a cada um prover os recursos financeiros, humanos e materiais necessários ao exercício das respectivas atividades (CGPR/DPS/SEPESD/SG-MD, 2022).

Atualmente, o Projeto Rondon se desenvolve em locais previamente definidos nos editais de chamamento do MD, os quais definem critérios para elaboração das propostas de trabalhos das IES, a saber:

4.1 As IES deverão propor ações com caráter de extensão, que contribuam para o desenvolvimento sustentável das comunidades, para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania do estudante universitário, o bem-estar social e a qualidade de vida nas comunidades menos assistidas, usando as habilidades universitárias.

4.2 As ações propostas deverão ser direcionadas, prioritariamente, a um público capaz de reproduzi-las e multiplicá-las no seio da comunidade, tornando-as permanentes.

4.2.1 Poderão ser realizadas oficinas complementares visando viabilizar, apoiar ou dar suporte às ações de capacitação, com a participação da comunidade em geral.

4.3 As Propostas de Trabalho deverão seguir as orientações expressas no Anexo “B” - Modelos de Estrutura de Proposta de Trabalho, deste edital e deverão abranger as seguintes áreas temáticas, conforme o Conjunto de ações escolhido, a saber: – Conjunto “A”: Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação e Saúde.

Conjunto “B”: Comunicação, Meio Ambiente, Tecnologia e Produção e Trabalho. – Conjunto “C”: Cobertura Jornalística e Produção de conteúdo (CGPR/DPS/SEPESD/SG-MD, 2022).

Nesse percurso histórico da extensão no Brasil, destaca-se a criação do Fórum de Pró-reitores da Extensão (FORPROEX), em 1987⁹, considerado por muitos autores como um divisor de águas na legitimação da extensão universitária. Segundo Sousa (2000, p. 99), na ocasião da constituição desse Fórum, “havia uma necessidade premente de se conhecer a Extensão Universitária”, pois a extensão nas IES necessitava de uma conceituação que norteasse as práticas efetivadas nas universidades, que muitas vezes estavam desvinculadas da vida acadêmica.

Soma-se a esse cenário a criação, em 2003, do Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado para as Políticas Públicas (PROEXT), criado pelo MEC, em conformidade com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001 a 2011). Esse programa foi resultante de uma ampla discussão dos diversos atores sociais envolvidos no

⁹A trajetória do FORPROEX será detalhada no item 3.3, intitulado “Mudanças de paradigmas da extensão universitária com o FORPROEX”.

processo de valorização das IES e contou com um investimento de R\$ 4.500.000,00, contemplando cerca de 89 programas e projetos em todo o País: “Embora o tema prioritário tenha sido a alfabetização de jovens e adultos, a preocupação que perpassa todos os projetos é, sem dúvida, a de inclusão social” (BRASIL, PNE, 2005, p. 7).

Atualmente, no Brasil, vive-se um momento de consolidação e institucionalização da extensão nas IES, especialmente com a exigência imposta no PNE (2014 a 2024), corroborada pela Resolução do MEC nº 7, de 18 de dezembro de 2018, definindo que as IES devem garantir, “no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social” (Brasil, PNE, 2014, Meta 12, estratégia 12.7).

O prazo final para as IES adequarem seus Projetos Políticos Pedagógicos foi definido para dezembro de 2021, na Res. nº 7/2018, porém, devido à pandemia da Covid 19, que assolou todo o mundo, o governo federal publicou um despacho em 24 de dezembro de 2020, prorrogando este prazo para até 19 de dezembro de 2022.

Com essas medidas, espera-se que a extensão, antes vista como uma ação de assistencialismo, possa de fato ser exercida pelas IES, cumprindo o que pressupõem as diretrizes estabelecidas para extensão universitária no Brasil.

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, CNE/CES, 2018).

Desse modo, espera-se que tenham como propósito não só a adequação de seus Projetos Políticos-Pedagógicos, como também a implementação de ações de extensão que proporcionem: interação dialógica (Comunidade acadêmica x sociedade); formação cidadã dos estudantes; produção de mudanças, tanto nas IES quanto nos demais setores da sociedade partícipes desse processo; e articulação entre ensino, extensão e pesquisa aportada “em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (BRASIL, 2018, art. 5).

3.2 Marco Legal e Conceitual da Extensão Universitária

A extensão universitária no Brasil, desde sua primeira inserção em documentos oficiais, enfrentou diversas interpretações e alterações quanto à sua efetividade. Ao longo do tempo, em especial no tocante à legislação brasileira, inúmeros foram os conceitos de extensão, normalmente alinhados apenas ao contexto socioeconômico de cada período. Nesse sentido, pontua Fagundes: “A universidade, enquanto instituição social – quer em outros países, quer no Brasil – é perpassada pela lógica do contexto socioeconômico, político e cultural que a circunscreve” (FAGUNDES, 1986, p. 2).

Desse modo, nesta subseção realizar-se-á uma explanação de forma cronológica sobre o que está preceituado acerca da extensão em leis, decretos, planos, política e na lei maior brasileira, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Para início, resgata-se o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, conhecido como o Estatuto das Universidades Brasileiras e considerado o primeiro documento legal que faz referência ao termo extensão (SOUSA, 2020). Este documento preceitua, entre outras questões, o seguinte:

Art. 42. A extensão universitaria será effectivada por meio de cursos e conferencias de character educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitario.

Art. 109. A extensão universitaria destina-se à diffusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo (BRASIL, 1931 - [sic]).

Em outras palavras, a prática da extensão nas universidades se resumia, basicamente, ao oferecimento de cursos e conferências que objetivavam difundir os conhecimentos preceituados no art. 109 citado acima.

Ainda acerca da extensão, esta foi percebida como a possibilidade de oferta de cursos somente na Lei nº 4.024, publicada em 1961, que, em seu Art. 69, alínea “c”, define o seguinte: “Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos: [...] c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.” Ressalta-se que esta Lei foi revogada, no ano de 1996, com a publicação da Lei nº 9.394, com exceção dos seus artigos 6º ao 9º.

Entre as normativas nacionais da extensão, é necessária, para o objetivo desta pesquisa, a menção ao Decreto Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966. Ainda que ele fosse um decreto que fixava princípios e normas de organização para as universidades federais, não fez menção à extensão universitária em nenhum de seus artigos. Tal menção somente aparece novamente em fevereiro de 1967, com a promulgação do Decreto Lei nº 252, o qual estabeleceu normas complementares ao Decreto Lei nº 53, trazendo um artigo e parágrafo único sobre extensão, resumindo-a em disponibilização de cursos e serviços:

Art. 10. A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.

Parágrafo único. Os cursos e serviços de extensão universitária podem ter coordenação própria e devem ser desenvolvidos mediante a plena utilização dos recursos materiais e humanos da Universidade, na forma do que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei número 53, de 18 de novembro de 1966 (Brasil, 1967).

Seguindo um pouco mais nas legislações brasileiras, tem-se a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, mas que muito pouco avançou em relação ao entendimento do que seja extensão universitária. Destaque para o Art. 40, alínea “a”, que preceitua que as IES, “por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento” (Brasil, 1968).

Neste artigo, há, portanto, uma menção ao envolvimento dos discentes em atividades de extensão, com vistas à melhoria da qualidade de vida da sociedade, configurando-se, assim, um pequeno avanço em relação às legislações anteriores. Tal avanço se destaca na nossa Lei pátria, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988, que traz três artigos referentes à extensão universitária. São eles:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

[...]

§ 2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público¹⁰.

¹⁰ Redação dada pela Emenda Constitucional N. 85, de 2015.

Art. 18 [...]

§ 3º O Estado apoiará a formação de recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa, tecnologia e inovação, inclusive por meio do apoio às atividades de extensão tecnológica, e concederá aos que delas se ocupem meios e condições especiais de trabalho¹¹ (BRASIL, 1988).

Nesse momento, há o registro do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades, além de pressupor o apoio do Estado às atividades de extensão tecnológica. Esses acréscimos são considerados, por muitos autores, um marco para a extensão universitária no Brasil, porém, para Sousa (2000, p. 16), a CF “restringe-se a uma repetição de palavras, sem apresentar o novo”.

Assim, nesse ínterim, entre a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394, em dezembro de 1996, e da CF (1988), Fagundes (1986) destaca o papel do MEC no intuito de institucionalizar a extensão universitária, afirmando que:

Com o intento de sistematizar e institucionalizar as atividades de extensão – articulando-as com o ensino e a pesquisa e vinculando-as à missão social da universidade – o MEC chamou para si a responsabilidade de coordenar, em nível nacional, a política de extensão universitária. Nesse sentido, foi elaborado, em 1975, o **Plano de Trabalho de Extensão Universitária**, a ser executado pelo Departamento de Assuntos Universitários (DAU), por meio de sua Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE), criada nesse mesmo ano (FAGUNDES, 1986, p. 75, grifo nosso).

Segundo o autor, o referido plano concebia a extensão como uma modalidade de atendimento das universidades tanto a outras instituições quanto à própria comunidade, tendo como retorno “o influxo da retroalimentação para o ensino e pesquisa” (FAGUNDES, 1986, p. 75).

Nessa perspectiva, perscrutando a extensão nas legislações brasileiras, tem-se a Lei nº 9.394/ 1996¹², que também faz referências à extensão, com destaque aos artigos 43, 44, 53 e 77, sendo que este último trata do apoio financeiro do Poder Público às atividades de extensão:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

[...]

VII - promover a **extensão**, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de **atividades de extensão** que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

¹¹ Redação dada pela Emenda Constitucional N. 85, de 2015

¹² Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a mais recente publicada no Brasil.

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

[...]

IV - de **extensão**, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

[...]

III - estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e **atividades de extensão**;

Art. 77 - § 2º As atividades universitárias de pesquisa e **extensão** poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Nota-se que a atual LDB amplia o conceito de extensão, indo além do oferecimento de cursos, tratando-a como um possível elo entre a Universidade e a sociedade no desenvolvimento de atividades abertas à participação popular, objetivando a propagação dos conhecimentos adquiridos na academia. Isso se evidencia na finalidade da educação superior abordada no Art. 43 da referida lei, exposto acima.

Ainda nessa perspectiva acerca do percurso histórico da extensão na legislação brasileira, há o Plano Nacional de Extensão Universitária (PNExt), elaborado pelo FORPROEX e pela Secretaria de Educação Superior do MEC, entre os anos 2000 e 2001. Este Plano traz um conceito abrangente da expressão extensão universitária, definindo-a como um:

[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORPROEX, 2000/2001, p. 5).

O Plano ainda aponta que, após a execução de atividades de extensão fora dos muros da Universidade, os/as professores/as e os/as alunos/as voltarão com um aprendizado que, por meio de uma reflexão teórica, será somado ao conhecimento acadêmico, em uma intensa troca de saberes sistematizados entre a academia e a sociedade. Disso resulta a “democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade” (BRASIL, 2000, 2001, p. 5).

No que tange à significação e à importância desse Plano, destaca-se o que está expresso no próprio documento:

Este Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, é importante também porque permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- o reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país (FORPROEX, 2000/2001, p. 8).

Acredita-se que esse Plano consolida ainda mais a prática da extensão universitária nas IES brasileiras, pois demonstra claramente o entendimento dos benefícios dessa prática tanto para a academia quanto para os atores envolvidos direta e indiretamente nesse processo de mão dupla.

Ainda no ano de 2001, no dia 9 de janeiro, foi sancionada a Lei nº 10.172 que aprovava o Plano Nacional de Educação (PNE) para os próximos 10 anos (2001-2010). O referido Plano incluía todos os níveis de ensino brasileiros, desde a Educação Básica até a Superior.

Nesse sentido, no que tange à extensão universitária, destaca-se o que estabelecia em seus objetivos e metas:

6. Institucionalizar um amplo e diversificado sistema de avaliação interna e externa que englobe os setores público e privado, e promova a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, **da extensão** e da gestão acadêmica.

7. Instituir programas de fomento para que as instituições de educação superior constituam sistemas próprios e sempre que possível nacionalmente articulados, de avaliação institucional e de cursos, capazes de possibilitar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, **de extensão** e no caso das universidades, também de pesquisa.

[...]

21. Garantir, nas instituições de educação superior, a oferta de **cursos de extensão**, para atender às necessidades da educação continuada de adultos, com ou sem formação superior, na perspectiva de integrar o necessário esforço nacional de resgate da dívida social e educacional.

22. Garantir a criação de conselhos com a participação da comunidade e de entidades da sociedade civil organizada, para acompanhamento e controle social das atividades universitárias, com o objetivo de assegurar o retorno à sociedade dos resultados das pesquisas, do ensino e **da extensão**.

23. Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, **10% do total de créditos exigidos para a graduação** no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos **em ações extensionistas** (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Do que foi citado acima, ponderam-se duas questões presentes nessas metas: a primeira faz referência à oferta de cursos de extensão especificamente para atender às necessidades de educação continuada de adultos (meta 7); e a segunda diz respeito à implantação de um Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária com vistas a assegurar no mínimo 10% do total de créditos dos cursos de graduação para atuação dos alunos em atividades de extensão (meta 23). A definição desse percentual foi retomada no Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, na Lei nº 13.005, de 2014, e na Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, conforme Quadro a seguir.

Quadro 4 – Indicação do percentual de Atividades de Extensão nos cursos de graduação nas Normativas Brasileiras a partir do ano 2001

Ano	Norma	Indicação do Percentual de Atividades de Extensão
2001	Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2001-2010	[...] assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas (grifo nosso);
2011	Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020	Estratégia 12.7) Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (grifo nosso);
2014	Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) - decênio 2014-2024	Estratégia 12.7) assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (grifo nosso);
2018	Resolução nº 7 CNE/CES, de 18 de dezembro de 2018 ¹³	Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (grifo nosso);

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

As normativas citadas no Quadro acima, especialmente a Res. nº 7 do CNE/CES/2018, ensejaram um esforço de todas as IES brasileiras a fim de cumprirem o prazo de adequação de seus PPCs para atender à estratégia 12.7 do PNE, previsto para encerrar em 18 de dezembro de 2021. Com o advento da pandemia da Covid-19, este prazo foi estendido, pelo Parecer CNE/CES nº 498, de 6 de agosto 2020 até 19 de dezembro de 2022¹⁴.

Para Deus (2020),

¹³ Esta Lei estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei N. 13.005/2014, que aprovou o PNE para o decênio 2014-2024.

O grande desafio que se coloca para que a relação universidade-sociedade seja mais linear é encontrar motivações que desacomodem docentes e estudantes para atuarem em atividades que não sejam apenas aquelas obrigatórias no currículo, uma vez que todos estão com muita pressa de cumprir apenas o exigido. Embora a estrutura dos currículos dos cursos de graduação seja rígida, a maioria das universidades brasileiras oferece inúmeras atividades – muitas destas com auxílio financeiro – que, além de possibilitarem, aos estudantes, a realização de atividades fora dos currículos, fornecem outro ‘brilho’ para a formação profissional (DEUS, 2020, p. 20).

Considerando esta cronologia dos documentos oficiais sobre extensão e as informações constantes no Quadro 3, em função do tema em comum, alterou-se a sequência cronológica construída com a finalidade de citar a Política Nacional de Extensão Universitária que foi elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), em 2012, e será detalhada na seção 3.

Por fim, destaca-se, novamente, a Resolução nº 7/2018, pois traz importantes aportes sobre as diretrizes da extensão, como o que preceitua os artigos abaixo descritos:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Art. 17 As atividades de extensão podem ser realizadas com parceria entre instituições de ensino superior, de modo que estimule a mobilidade interinstitucional de estudantes e docentes.

Art. 18 As instituições de ensino superior devem estabelecer a forma de participação, registro e valorização do corpo técnico-administrativo nas atividades de extensão (BRASIL, 2018).

Depreende-se, desses artigos, uma clara evolução do conceito de extensão universitária, visto não mais somente como um braço da universidade que se prestava ao papel de oferecer cursos e serviços à comunidade, mas, sim, como um importante elo das IES, capaz de integrar saberes e modificar o território onde estão inseridas. Dessa forma, a extensão tem o potencial de contribuir significativamente para o fortalecimento dos processos efetivos de aprendizagem e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade de vida de todos os envolvidos.

3.3 Mudanças de paradigmas da extensão universitária com o FORPROEX

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, atualmente denominado Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, foi criado em 1987, conforme citado anteriormente, em meio ao enfraquecimento da ditadura militar e ressurgimento de movimentos sociais. Reivindica, entre outras questões, a redemocratização das instituições políticas e sociais, e a valorização das universidades públicas, destacando o papel social e o fortalecimento da extensão universitária (OLIVEIRA; GOULART, 2015, p. 13).

Para Nogueira (2013),

A criação do Fórum de Pró-reitores de Extensão não pode ser vista como uma ação independente, isolada do contexto histórico-político do país, menos ainda como uma decisão governamental. A ação que culminou na sua criação foi, na verdade, fruto de um processo de articulação em nível nacional, a partir de discussões bastante semelhantes, em torno de temas comuns, que vinham ocorrendo nas universidades públicas de todo o país. Nas várias regiões começaram a se registrar, mesmo que de forma diferenciada, experiências que visavam a discussão e a articulação das universidades em torno da questão de sua relação com a sociedade (NOGUEIRA, 2013, p. 38).

Nesse contexto, Paula (2013) afirma que a criação deste Fórum foi fundamental na elaboração de uma política de extensão que está em vigor até os dias atuais, tanto no que se refere ao conceito de extensão universitária quanto na formulação de instrumentos capazes de avaliar e acompanhar as ações de extensão. Além disso, é importante “na efetiva institucionalização da extensão como dimensão indescartável da atuação universitária”, desempenhando papel “como principal interlocutor na definição das políticas públicas de fomento à extensão” (PAULA, 2013, p. 20).

De acordo com o regimento aprovado em 26 de novembro de 2010,

Art. 1º - O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) é uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometido com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia (Brasil, 2010).

E tem como objetivos:

I – propor políticas e diretrizes básicas que permitam a institucionalização, a articulação e o fortalecimento de ações comuns das Pró-Reitorias de Extensão

e órgãos equivalentes das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras;

II – manter articulação permanente com representações dos Dirigentes de Instituições de Educação Superior, visando encaminhamento das questões referentes às proposições do FORPROEX;

III – manter articulação permanente com os demais Fóruns de Pró-Reitores, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas que visem à real integração da prática acadêmica;

IV – manter articulação permanente com instituições da sociedade civil, do setor produtivo e dos poderes constituídos, com vistas à constante ampliação da inserção social das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras;

V – incentivar o desenvolvimento da informação, avaliação, gestão e divulgação das ações de extensão realizadas pelas Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (BRASIL, 2010).

Desde a Fundação do Fórum, em 1987, já foram realizados cinquenta encontros oficiais até 2022, duas vezes ao ano em locais e datas definidas pelo Fórum. Desses resultam documentos denominados de “Cartas”, que registram o que foi discutido e definido nos Fóruns. A primeira reunião do FORPROEX aconteceu nos dias 4 e 5 de novembro de 1987 na Universidade de Brasília, com a participação de 33 universidades públicas, representadas por seus pró-reitores ou representantes. No documento final deste evento, publicado pelo Fórum, o conceito de extensão universitária foi definido como um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987, p. 11).

O conceito definido no 1º Encontro do Fórum foi se aprimorando nos encontros que se seguiram, resultando em um conceito mais abrangente, publicado em 2012 no documento *Política Nacional de Extensão Universitária*, que definiu:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012, p. 28).

Além da definição desse conceito, o referido documento também apresenta as diretrizes para as ações de extensão universitária, as quais, segundo a PNEU, devem servir de orientação na elaboração e implementação das ações de extensão universitária em todas as IES do País. São elas:

- **Interação Dialógica** – pressupõe uma relação com base no diálogo e na troca de conhecimento entre a Universidade e a Sociedade. Segundo Marinho, esta interação pode ser entendida “como uma ruptura com o modelo clássico de ‘extensão como transmissão’, do polo produtor do

conhecimento – a Instituição de Ensino Superior – o polo passivo receptor – a Sociedade” (MARINHO *et al.*, 2019, p. 132).

- **Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade** – esta diretriz aborda “que a combinação de especialização e visão holísticas pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento [...]” (FORPROEX, 2012, p. 31-32), construindo alianças e rompendo, portanto, com a visão fragmentada do conhecimento.
- **Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão** – princípio expresso no Art. 207 da Lei pátria e disposto na PNEU, que “reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico” (FORPROEX, 2012, p.32), pressupondo que as ações de extensão terão maior efetividade se estiverem ligadas ao ensino e à pesquisa, em um processo contínuo de formação humana e de produção do conhecimento.
- **Impacto na Formação do Estudante** – sabe-se que as atividades de extensão, se bem direcionadas, impactam diretamente na formação do discente. Isso porque possibilitam a este um contato próximo com questões sociais e a oportunidade de intervir e de modificar a realidade que se lhe defronta, levando-o a uma verdadeira reflexão-ação-reflexão que, simultaneamente, resulta em um processo de afirmação dos conhecimentos recebidos na academia e na percepção do seu papel cidadão na comunidade em que está inserido.
- **Impacto e Transformação Social** – segundo Marinho *et al.* (2019, p. 135), essa é uma importante diretriz pedagógica, mas, acima de tudo, é uma diretriz política. Na PNEU (FORPROEX, 2012) esta diretriz vem expressa,

[...] como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas (FORPROEX, 2012, p. 35).

Nesse sentido, conforme consta no livro *Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária* (2016), organizado por Nádia Gonçalves e Gisele Quimelli, essas diretrizes ou princípios servem para fundamentar as práticas extensionistas, fortalecendo-as nas IES de todo país e contribuindo para a

[...] consolidação de uma concepção de Extensão Universitária que assuma o rigor acadêmico e teórico como uma condição necessária pra sua consolidação como dimensão formativa imprescindível aos estudantes, no também necessário dialogo e construção do conhecimento juntamente com outros

segmentos da sociedade, na qual ele atuará futuramente, como profissional, e na qual ele pode atuar, desde esta formação, como cidadão (GONÇALVES; QUIMELLI, 2013, p. 7).

Assim, conhecer e entender esses princípios é condição *sine qua non* para que o extensionista desenvolva ações que verdadeiramente façam a diferença na vida de todos os atores envolvidos, principalmente porque estes cinco princípios expressam claramente os preceitos da extensão conhecidos nacionalmente.

Cabe ressaltar que a PNEU, elaborada pelo FORPROEX, pode ser considerada um dos documentos mais completos em relação à extensão universitária, pois além do que já foi apresentado acima, ainda traz tópicos como: Fortalecimento da Extensão Universitária; Financiamento da Extensão Universitária; Universalização da Extensão Universitária; Avaliação da Extensão Universitária; e, por fim, uma proposta de agenda estratégica.

No item “Fortalecimento da extensão Universitária”, são abordados seis princípios básicos norteadores das ações de extensão, que são:

1. A ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do País;
2. A Universidade não pode imaginar-se proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, ela deve ser sensível a seus problemas e apelos, sejam os expressos pelos grupos sociais com os quais interage, sejam aqueles definidos ou apreendidos por meio de suas atividades próprias de Ensino, Pesquisa e Extensão;
3. A Universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação da desigualdade e da exclusão social existentes no Brasil;
4. A ação cidadã das Universidades não pode prescindir da efetiva difusão e democratização dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações, cujos problemas se tornam objeto da pesquisa acadêmica, sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
5. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da (e sobre a) realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
6. A atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania (FORPROEX, 2012, p. 37-38).

Como o próprio Fórum salienta, esses princípios fortalecem a extensão universitária, integrando-a diretamente com o fazer acadêmico do ensino e da pesquisa (FORPROEX, 2012, p. 38).

Este mesmo item traz também 13 (treze) desafios para a extensão universitária, todos importantíssimos nesse processo de valorização da universidade, porém, apenas três deles são destacados por estarem diretamente ligados ao tema da pesquisa, que objetiva compreender a relação das Ações de Extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Campo Mourão, com o Desenvolvimento Territorial (2019-2022). São eles:

[...]

Exercitar o papel transformador da Extensão na relação da Universidade Pública com todos os outros setores da sociedade, no sentido da mudança social, de superação das desigualdades, eliminando, nesse exercício, ações meramente reprodutoras do status quo;

[...]

11. Priorizar o desenvolvimento da Extensão Universitária enquanto produção de conhecimentos sistematizados, voltados para a emancipação dos atores nela envolvidos e da sociedade como um todo;

[...]

13. Contribuir para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação, com destaque para as tecnologias sociais produzidas na interação com a sociedade, visando à inclusão social e à melhoria das condições de vida (FORPROEX, 2012, p. 40-41).

Estes desafios corroboram com o que este trabalho se propôs a identificar na pesquisa de campo, que foi verificar se, de fato, os projetos de extensão, no caso específico os efetivados pela UTFPR-*Campus* de Campo Mourão, estão fazendo diferença na comunidade em que se desenvolvem, contribuindo para a melhoria das condições de vida do público atendido. Acredita-se que as IES, através de suas pesquisas e projetos, especialmente os de extensão, têm muito a contribuir com o desenvolvimento territorial, desde que se disponham a ouvir a comunidade, identificar seus anseios e dificuldades e efetivar ações pontuais que respondam ao que foi identificado.

Geralmente, o Fórum se reúne duas vezes ao ano, a princípio, nos meses de maio e novembro, em data e local pré-definido, tendo um número variável de participantes. O 50º encontro aconteceu entre 29 de novembro e 1 de dezembro de 2022, em Salvador na Bahia, e teve como tema “Extensão: Consolidando Paradigmas no Ensino Superior”. Como todos os encontros, este também resultou em um documento denominado “Carta de Salvador”, no qual consta um resumo do que foi discutido durante o Fórum e as proposições e recomendações para as instâncias responsáveis.

No referido encontro, foram propostas 15 pautas, a saber:

A. Criação de coordenação/setor no Ministério da Educação que acompanhe a extensão universitária no país;

- B. Reinserção da extensão no Censo da Educação Superior, alinhada aos indicadores de extensão propostos pelo FORPROEX e endossados pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão 461/2022), a ser conduzido pelo INEP a fim de fazer coletas dos dados da extensão;
- C. Reorganização da inserção social da pós-graduação a partir do envolvimento dos programas em **ações estratégicas de extensão de desenvolvimento dos territórios**;
- D. Estabelecimento de um pacto federativo entre estados, municípios e união para garantir o desenvolvimento de projetos integradores que envolvam instituições de ensino superior públicas (federais, municipais e estaduais e distrital) com outros setores sociais;
- E. Orçamentação regular da extensão universitária a partir de incrementos na matriz de distribuição orçamentária das instituições;
- F. Orçamentação urgente e específica às instituições para execução dos novos projetos pedagógicos aprovados pela inserção curricular da extensão e cumprimento do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014);
- G. Redimensionamento do PROEXT como programa de fomento complementar à extensão;
- H. Participação da extensão nas linhas de fomento das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e dos fundos públicos;
- I. Retomada dos Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) vinculados ao PRONATEC (Lei 12.513/2011);
- J. Ampliação dos Programas de Formação Continuada de Professores, em cumprimento à meta 16 do Plano Nacional de Educação;
- K. Criação de linhas de fomento na CAPES e no CNPq para ampliar a atuação dos programas de pesquisa e pós-graduação em projetos de extensão em articulação com a graduação;
- L. Redimensionamento da FINEP para abarcar o fomento a programas de extensão e de extensão em interface com a pesquisa e tecnologia para o desenvolvimento social nos territórios;
- M. Criação de ações interministeriais que articulem o ensino, a pesquisa e a extensão, e que estejam vinculadas a programas de distribuição de renda, como o Bolsa-Família;
- Nº Criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Extensão (PIBIEX) no MEC/CAPES;
- O. Representação de gestores/gestoras da extensão em espaços de diálogo e grupos de trabalho nos ministérios para construção de programas estratégicos de combate à fome e à desigualdade social, como também a promoção da saúde, do bem-estar social, da educação, do meio ambiente, da cultura, da segurança alimentar, da economia solidária, da promoção das mulheres, dos povos originários, das comunidades quilombolas e outros grupos vulneráveis (FORPROEX, 2022, p. 2-3, grifo nosso).

Observa-se que, dos 15 pontos de pauta, quase a metade deles (7 pontos) diz respeito à garantia de fomentos para a extensão universitária, em tempo de ampliação da oferta de atividades de extensão nos cursos de graduação e em cumprimento ao que pressupõe a meta 12, estratégia 12.7 do PNE¹⁵. Ressalta-se essa proposição tendo em vista que, mesmo que haja a

¹⁵ Estratégia 12.7 – assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

difusão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, esta última continua com a necessidade de provar seu valor e seu papel fundamental nas IES brasileiras.

Por fim, destaca-se, a partir desta pesquisa, que tanto o conceito quanto os princípios da extensão universitária são utilizados em larga escala em documentos oficiais das IES brasileiras e do próprio MEC, unificando, ao menos em termos conceituais, o que se internaliza hoje como extensão universitária. O que, evidentemente, é um avanço frente ao que se tinha nas décadas anteriores.

3.4 Principais investimentos nos programas e projetos e de extensão universitária

Ao longo do tempo, vários estudos apontam que a extensão universitária no país, considerada por alguns autores como a “prima pobre” da universidade, ficou relegada a segundo plano e não recebeu o mesmo apoio governamental dado ao ensino e à pesquisa. Apoio esse diretamente conectado a investimentos financeiros, cuja questão vem sendo recorrente nos documentos do FORPROEX, que pedem a garantia de recursos. Sobre o assunto, está definido no PNExt (2001) que “o financiamento das metas da organização da extensão universitária terá como fonte de recursos os órgãos federais e estaduais de educação e as próprias universidades” (BRASIL, 2001, p. 12).

No âmbito do governo federal, o principal aporte financeiro para extensão nas universidades deu-se a partir da criação, pelo MEC, do Programa de Extensão Universitária (ProExt) em 2003. Este programa objetivava dar apoio às IES públicas no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que colaborassem para a prática de políticas públicas, com ênfase na inclusão social (PORTAL MEC)¹⁶.

No entanto, ainda que criado em 2003, o referido Programa somente foi instituído legalmente em 2008, por meio do Decreto nº 6.495, de 30 de junho, e o resultado de seu edital publicado em 2009. Antes da formalização do ProExt via edital, anos 2003 a 2018, o financiamento aos projetos e programas de extensão universitária era efetivado via cadastro de projetos feito pelas IES diretamente no MEC (RODRIGUES, 2018).

Segundo Rodrigues, no período de 2003 a 2015, é possível perceber um “aumento significativo, de quase 19 vezes, nos recursos disponibilizados pelo governo federal para as práticas extensionistas por todo o país. Investimento que cai pela metade entre os anos de 2015

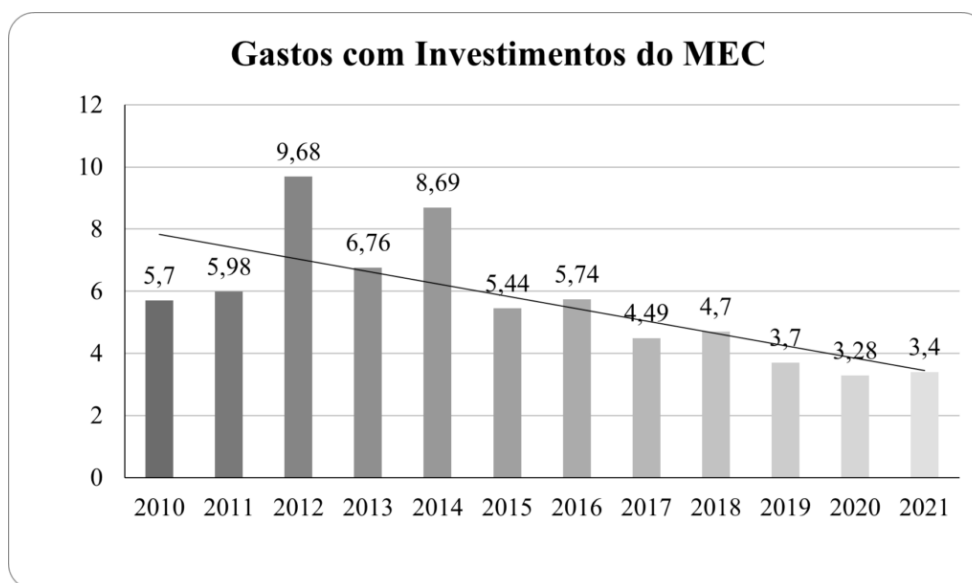
¹⁶ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487/proext-apresentacao. Acesso em: 26 abr. 2023.

e 2016, período de crise econômica e de contenção de gastos públicos” (Rodrigues, 2018, p. 198). Na página oficial do MEC, estão disponíveis editais até o ano de 2016, neste último, o aporte para as IES foi até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por projeto e de até R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por programa.

Ainda na linha de investimentos governamentais para a educação brasileira, abre-se um parêntese para abordar um período nebuloso para a educação, vivido na gestão do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), no qual se assistiu uma queda vertiginosa de investimentos, e, conseqüentemente, na extensão universitária. A Figura 1, elaborada por Ivan Martins Cintra, permite uma visão geral desse “prejuízo” orçamentário, que reflete diretamente nas IES públicas brasileiras.

Figura 1 - Investimento do MEC em educação (2010-2021)



Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Ministério da Economia (SIOP), (Cintra, 2022)

Segundo o autor, há uma regressão nos investimentos em educação, em média, 15,3% por ano no governo de Jair Bolsonaro: “A média anual de recursos aplicados nos três primeiros anos do mandato é 32% menor do que o gasto médio anual do governo anterior (Dilma Rousseff/Michel Temer)” (CINTRA, 2022 on-line).

Desse modo, o investimento na educação, conseqüentemente no Ensino Superior, viveu períodos precários que repercutiram diretamente no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e especialmente de extensão. Esta última, nos dois últimos anos, além dos cortes orçamentários, passou por um estado de emergência de saúde pública, provocada pela pandemia

da Covid-19. A UTFPR, assim como outras IES, sentiu os reflexos, tanto desses cortes quanto da pandemia.

Nas próximas seções abordam-se as ações de extensão da UTFPR, especialmente as desenvolvidas no *Campus* Campo Mourão.

4 ABORDAGEM DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UTFPR

A UTFPR é a primeira universidade tecnológica federal no Brasil. Lievore *et al.* (2018) apontam que uma das principais características de uma universidade tecnológica é “a simbiose entre ensino, pesquisa e mercado, além da forte proximidade da universidade com o setor industrial” (LIEVORE *et al.*, 2018, p. 136). Segundo os autores,

Embora as UTs¹⁷ existam desde o século XVIII, ainda não há um conceito amplamente difundido e aceito de UT, mesmo existindo características que permitam distinguir esse modelo das UCs¹⁸. As UTs são direcionadas ao ensino tecnológico e prático, atuando prevalentemente nos cursos de engenharia e tecnologia (LIEVORE *et al.*, 2018, p. 136).

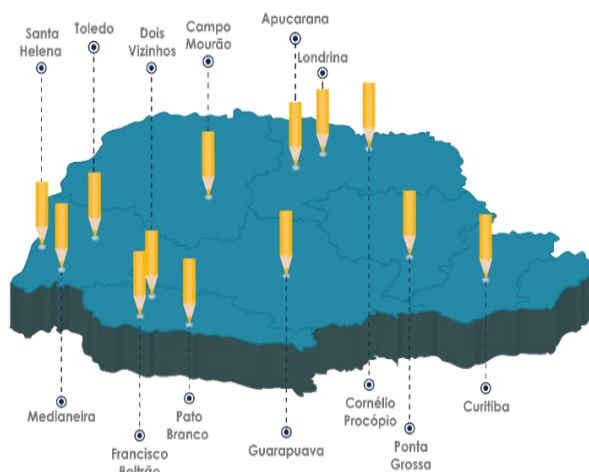
A UTFPR teve sua origem na criação das Escolas de Aprendizes Artífices, criadas no governo do presidente Nilo Peçanha em várias capitais do Brasil. Na capital paranaense, essa escola foi criada em 23 de setembro de 1909. A nomenclatura atual – UTFPR apenas foi definida em 2005, por meio da Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005. Antes deste ano, a Universidade foi conhecida como: Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (1909); Liceu Industrial do Paraná (1937); Escola Técnica de Curitiba (1942); Escola Técnica Federal do Paraná (1974); Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR) (1978) (UTFPR-PDI, 2018-2022).

Esta Universidade possui uma estrutura multicampi, atualmente com 13 *campi* no território paranaense. O primeiro *Campus* a ser criado no interior foi o de Medianeira em 1989 e o mais recente é o de Santa Helena, que teve seu funcionamento iniciado em 2014.

¹⁷ UTs- Universidades Tecnológicas

¹⁸ UCs – Universidades Clássicas

Figura 2 - Localização dos 13 *campi* da UTFPR (Paraná)



Fonte: Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (2017)

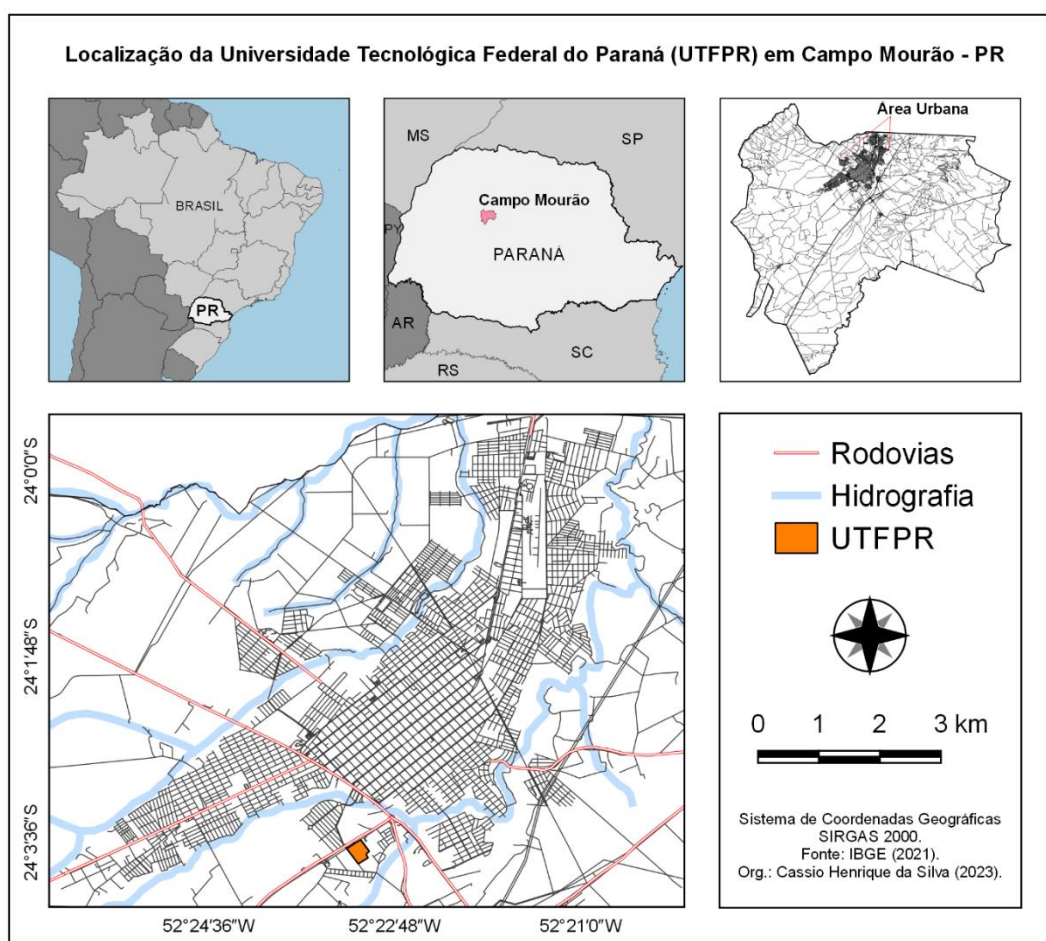
O *Campus* de Campo Mourão foi o quinto do interior a ser criado. Sua história inicia-se com a implantação de uma unidade do CEFET-PR por meio da assinatura de protocolo e intenções firmadas entre o MEC, a Prefeitura Municipal de Campo Mourão e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, no dia 8 de junho de 1993. A implantação da Unidade do CEFET em Campo Mourão fazia parte do plano de interiorização do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico (PROTEC), estabelecido pelo governo federal, as chamadas Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs).

O primeiro exame de seleção para o CEFET-CM foi realizado mais de um ano depois da assinatura do referido protocolo, em março de 1995. Desse modo, as primeiras seis turmas começaram suas atividades efetivamente no dia 10 de abril de 1995, com 240 discentes nos cursos Técnico em Alimentos e Técnico em Edificações.

Doze anos depois da implantação desta Unidade em Campo Mourão, em 2005, o CEFET tornou-se a primeira Universidade Federal Tecnológica do Brasil e, conseqüentemente, o *Campus* de Campo Mourão deixou de ser CEFET para tornar-se um dos 13 *Campi* da UTFPR. Atualmente, este *Campus* possui uma estrutura consolidada, tanto física quanto funcionalmente, tendo alocado, em seu quadro de servidores, 157 (cento e cinquenta e sete) docentes e 77 (setenta e sete) técnicos administrativos e conta com mais de 1.700 discentes regularmente matriculados (ASCOM-CM 2023).

No *Campus*, atualmente, são ofertados, além do Curso Técnico Integrado em Informática para a Internet (nível médio)¹⁹, os cursos superiores de: Ciência da Computação, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos, Engenharia Eletrônica, Engenharia Química, Licenciatura em Química e Tecnologia de Alimentos e Cursos de pós-graduação, dos quais três em nível de especialização: Aperfeiçoamento em Engenharia Elétrica com Ênfase em Eletrônica, Especialização em Matemática e Engenharia de Segurança do Trabalho e três mestrados: Tecnologia de Alimentos, Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física e Mestrado Profissional em Inovações Tecnológicas e um Doutorado em Tecnologia de Alimentos em parceria com o *Campus* de Medianeira.

Figura 3 - Localização da UTFPR-CM



Fonte: Silva (2023)

Oferta, ainda, três Doutorados Interinstitucionais (DINTERs): em Computação, em parceria com a USP/SP; em Engenharia Elétrica e Computação, em parceria com a UNICAMP;

¹⁹ Único *Campus* da UTFPR que oferece curso nessa modalidade.

e em Letras, em parceria com a UFPR. Também oferta turmas do Programa Especial de Formação Pedagógica - Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CALEM).

A UTFPR completou em 2023, 114 anos de existência e 18 anos como a 1ª Universidade Tecnológica do país, conforme discutido anteriormente. O Relatório de Gestão da UTFPR referente ao ano de 2022, aprovado na 84ª reunião extraordinária do Conselho Universitário (Couni) da UTFPR, realizada no dia 29 de março de 2023, aponta que esta apresenta os seguintes dados:

Tabela 2 - Dados gerais da UTFPR

Nº de <i>Campi</i>	Quantidade de cursos				Discentes		Servidores	
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	Grad.	Pós-Grad.	Docentes	Téc.Adm.
13	119	28	59	14	34.273	5.136	2.546	1.107

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base no Relatório de Gestão da UTFPR -2022

4.1 Extensão Universitária na UTFPR

A UTFPR tem como missão “Desenvolver **a educação tecnológica de excelência** por meio do ensino, pesquisa e extensão, interagindo de forma **ética, sustentável, produtiva e inovadora** com a comunidade para o avanço do conhecimento e da sociedade” (UTFPR-PDI, 2018-2022, p. 17, grifo no original). O trecho em destaque evidencia a existência de um alinhamento da missão da UTFPR com o conceito de Extensão Universitária, definido pelo FORPROEX, especialmente quando este trata da “interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 28.).

Essa perspectiva motiva esta pesquisa e proporciona o desafio de identificar se, de fato, os documentos institucionais elaborados e as práticas extensionistas desenvolvidas pela UTFPR- *Campus* de Campo Mourão, no caso específico do objetivo desta dissertação, estão alinhadas com essas definições.

Destarte, considerando a evolução na Legislação Brasileira ligada à temática da extensão, especialmente em documentos institucionais, faz-se necessária uma análise acerca do arcabouço legal existente na UTFPR. Este é responsável pelo direcionamento e regulamentação de sua atuação na sociedade. Para tanto, foram analisados os principais documentos institucionais da UTFPR, especialmente os voltados para extensão universitária, conforme listados no quadro abaixo:

Quadro 5 - Documentos Institucionais da UTFPR consultados

Documento	Ano (publicação/última alteração)
Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005 - Lei de Criação da UTFPR	2005
Estatuto da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (Aprovado pela Portaria SESu nº 303, de 16/04/2008, publicada no DOU, de 17/04/2008)	2008/ 2018
Regimento Geral da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2009/2018
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	2004- 2008 a 2018-2022
Regimento dos <i>Campus</i> da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2009/2017
Diretrizes de Extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2011/2012
Regulamento de Programas e Projetos de Extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2011/2012
Instrução Normativa PROREC nº 1, de 29 de março de 2019) Procedimentos de Homologação de Projetos de Extensão	2019
Resolução nº 10/2019, de 31 de outubro de 2019 - Regulamento para os Cursos de Extensão da UTFPR	2019
Instrução Normativa PROREC nº 01/2020, de 3 de setembro de 2020 - Dispõe sobre a caracterização de atividades de extensão no âmbito da UTFPR e respectivo procedimento de registro.	2020
Manual de Procedimentos, Trâmites e Operacionalizações das Atividades dos Departamentos de Extensão (DEPEXs) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	2020
Resolução COGEP/UTFPR nº 167 - Regulamenta as atividades acadêmicas de extensão (AAEs) dos cursos de graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.	2022

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A Lei de criação da UTFPR menciona a extensão em seus princípios e objetivos:

Art. 2º A UTFPR reger-se-á pelos seguintes princípios:

[...]

IV - desenvolvimento de cultura que estimule as funções do pensar e do fazer, associando-as às atividades de ensino, pesquisa e **extensão**; (grifo nosso)

[...]

VII - organização descentralizada mediante a possibilidade de implantação de diversos **campi**, inserindo-se na realidade regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho de ensino, da pesquisa aplicada e **extensão**;

Art. 4º A UTFPR tem os seguintes objetivos:

[...]

V - desenvolver atividades de **extensão** de acordo com os princípios e finalidades da educação tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais (UTFPR, 2005, p. 8-9, grifo nosso).

Dois anos depois, em 2007, foi elaborado o Estatuto da UTFPR, aprovado pela Deliberação do COUNI nº 6, no dia 29 de junho de 2007, referendado pela Portaria SESu nº 303, de 16/04/2008, publicada no DOU, de 17/04/2008. Esse Estatuto sofreu várias alterações nos últimos anos, sendo que a última alteração foi deliberada pelo COUNI em 17 de dezembro de 2018.

No referido Estatuto, há referência à extensão nos artigos abaixo listados:

Art. 2º – A Universidade goza de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e reger-se-á pelos seguintes princípios:

[...]

VIII. desenvolvimento de cultura que estimule as funções do pensar e do fazer, associando-as às atividades de ensino, pesquisa e **extensão**;

XI. organização descentralizada mediante a possibilidade de implantação de diversos Campi, inserindo-se na realidade regional, oferecendo suas contribuições e serviços resultantes do trabalho do ensino, da pesquisa aplicada e **extensão**;

Art. 3º – A UTFPR tem por finalidade:

[...]

VII. promover a **extensão**, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

Art. 4º – A UTFPR tem os seguintes objetivos:

[...]

V. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação tecnológica, em articulação com o setor produtivo e os segmentos sociais (UTFPR, 2008, p. 15-18).

Ainda nesse documento, há um capítulo exclusivo sobre extensão vinculado à transferência de tecnologia, com os seguintes destaques:

Capítulo III DA EXTENSÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

Art. 43 – As atividades de extensão e de transferência de tecnologia na UTFPR têm como objetivo criar e intensificar as relações entre a Universidade e a sociedade, abrangendo diversas atividades que serão realizadas em programas e projetos específicos.

Art. 44 – As atividades de extensão e transferência de tecnologia serão desenvolvidas, considerando o Regimento Geral e Regulamentos específicos relativos à área de Relações Empresariais e Comunitárias (UTFPR, 2008, p. 32).

Para Lievore *et al.* (2018, p. 153), “os processos de extensão e transferência de tecnologia são vistos como portas de entrada das demandas sociais, possibilitando o desenvolvimento regional e a melhoria na qualidade de vida”. Para tanto, na perspectiva do

autor, as ações de extensão (empresarial e comunitária), implementadas na UTFPR, objetivam, principalmente, a promoção da transferência de tecnologia que garanta a proteção ao conhecimento produzido na universidade.

Nesse sentido, observa-se que, nos artigos e incisos citados acima, o primeiro documento oficial da UTFPR mostra que a extensão está voltada, basicamente, para estreitar os laços e divulgar o ensino e a pesquisa na comunidade. Desse modo, é desenvolvida, juntamente com a transferência de tecnologia, por meio de programas e projetos.

A definição da extensão está presente tanto no Regimento Geral da UTFPR quanto no Regimento dos *Campi*, ambos publicados em 2009. No Regimento Geral, encontram-se as definições dos órgãos que compõem a UTFPR, entre os quais estão os que tratarão de questões diretamente vinculadas à extensão universitária. Assim, na estrutura funcional tem-se a Pró-reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC), definida como:

Art. 63. A Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias é o órgão superior da Reitoria, responsável por planejar, coordenar e supervisionar a execução das ações de **extensão**, a gestão da inovação e das relações interinstitucionais, bem como promover a interação entre a Instituição, o setor produtivo e a comunidade (UTFPR, 2009, p. 61, grifo nosso).

A UTFPR é uma das raríssimas, talvez a única, universidade do país que não dispõem de uma Pró-reitora de Extensão, e sim uma Pró-reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (Lievore *et al.*, 2018, p. 154). A PROREC conta em sua estrutura funcional com dois setores que tratam diretamente da extensão, que são: a Diretoria de Extensão e o Departamento de extensão, cada um com competências definidas no Regimento Geral da UTFPR, que são:

Art. 71. Compete à Diretoria de Extensão:

- I. assegurar a participação da Instituição em ações de extensão, conforme as áreas temáticas, definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária;
- II. estabelecer as diretrizes para implementação da política de desenvolvimento de ações de extensão, na Instituição;
- III. planejar, apoiar, supervisionar e avaliar as ações de extensão, no âmbito da Instituição;
- IV. estabelecer ações que visem à melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento pessoal e profissional da comunidade;
- V. fomentar a formulação de uma política institucional inclusiva;
- VI. caracterizar áreas, perfis e competências, na Instituição, com potencial para desenvolvimento de ações de extensão.

Art. 72. Compete ao Departamento de Extensão:

- I. prospectar mecanismos de fomento, doações e outros fundos para viabilizar recursos para execução das ações de extensão universitária;
- II. apoiar a elaboração e a submissão de projetos em editais de órgãos de fomento para o desenvolvimento de ações de extensão universitária;
- III. representar a Instituição em eventos de extensão, em âmbito nacional e internacional, na impossibilidade da participação da Direção de Extensão e/ou Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias;
- IV. compilar registro das ações de extensão dos Câmpus da UTFPR (UTFPR, 2009, p. 64-65).

No âmbito dos *Câmpus*, dentro da estrutura organizacional da UTFPR, o Departamento de Extensão (DEPEX) faz parte da Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias, que “é o órgão responsável por promover e fortalecer a interação entre a Instituição, as empresas e a comunidade” (UTFPR, 2009, p. 127). Cada *campus* tem um departamento de extensão com atribuições específicas que serão vistas no item 4.2.

Em relação aos **Planos de Desenvolvimento Institucional** (PDI) da UTFPR, foram consultados os referentes aos períodos: 2004-2008; 2009-2013; 2013-2017 e 2018-2022. Em todos os PDIs da UTFPR, elaborados até 2022, consta um tópico denominado “Políticas de extensão”. Este item traz um breve relato sobre o entendimento do que é extensão na Universidade destacando, de modo geral, alguns pressupostos que devem ser seguidos pela UTFPR, por meio da Pró-reitoria de Relações Empresariais e Comunitárias (PROREC) ao longo dos cinco anos do plano. Seguem as definições em cada PDI:

Quadro 6 - Documentos – Políticas de Extensão

Documento	Políticas de Extensão
PDI 2004-2008	Dentro dos objetivos da UTFPR, as atividades de extensão e transferência de tecnologia atuam com diversos mecanismos, visando à promoção e ao fortalecimento da interação da UTFPR com instituições, empresas e comunidades, em consonância com os valores estabelecidos em seu planejamento estratégico, os quais são: - Persistência – Promover e fortalecer a interação da UTFPR com instituições, empresas e comunidades, por meio da pesquisa e extensão, contribuindo para a educação e a qualidade de vida da sociedade, com compromisso, determinação e otimismo. - Dinamismo – Promover, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, a interação UTFPR - empresa - comunidade, proporcionando um melhoramento contínuo, social e tecnológico, com objetividade, criatividade e proatividade. - Objetividade – Promover a interação entre instituição - empresa - comunidade, por meio da pesquisa e extensão, contribuindo para a qualidade do ensino, desenvolvimento social e tecnológico, com otimização do tempo, planejamento e visão (UTFPR-PDI, 2004, p. 39, grifo nosso).
PDI 2009-2013	Portanto, a política de extensão da UTFPR, envolve: a. manutenção no envolvimento da UTFPR com a comunidade empresarial visando ao constante desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Espera-se com isto que ocorra o aprimoramento do perfil dos profissionais a partir da aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos; b. atendimento aos pressupostos do Plano Nacional de Extensão, com foco nos oito eixos temáticos (comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho), visando assegurar que a UTFPR estreite sua

Documento	Políticas de Extensão
	<p>relação com a sociedade, enquanto instituição pública, buscando a superação das atuais condições de desigualdade e exclusão, em consonância às políticas públicas; e</p> <p>c. Consolidação da UTFPR como um Centro de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia envolvendo: (i) suportes e apoios tecnológicos para demandas específicas (como ensaios diversos e apoios para portadores de necessidade especiais); (ii) promoção de cursos de extensão e treinamentos específicos; (iii) emprego intensivo de mecanismos para proteção da propriedade intelectual desenvolvida na instituição; e (iv) aprimoramento dos instrumentos para licenciamento das tecnologias desenvolvidas na Instituição (UTFPR-PDI, 2009, p. 59-60).</p>
PDI 2013-2017 ²⁰	<p>Portanto, a política de extensão da UTFPR, contempla:</p> <p>a manutenção no envolvimento da UTFPR com a comunidade empresarial visando ao constante desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. A política possibilita o aprimoramento do perfil dos profissionais a partir da aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos;</p> <p>b) o atendimento aos pressupostos do Plano Nacional de Extensão, com foco nos oito eixos temáticos (comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho), visando assegurar que a UTFPR estreite sua relação com a sociedade, enquanto instituição pública, buscando a superação das atuais condições de desigualdade e exclusão, em consonância às políticas públicas;</p> <p>c) a consolidação da UTFPR como um Centro de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia envolvendo: (i) suportes e apoios tecnológicos para demandas específicas; (ii) promoção de cursos de qualificação profissional e treinamentos específicos; (iii) emprego intensivo de mecanismos para proteção da propriedade intelectual desenvolvida na instituição; e (iv) aprimoramento dos instrumentos para licenciamento das tecnologias desenvolvidas na Instituição</p>
PDI 2018-2022	<p>Por fim, a extensão universitária, que atua em suas oito frentes (Comunicação; Cultura; Direitos humanos e justiça; Educação; Meio ambiente; Saúde; Tecnologia e produção; e, Trabalho), é responsável por diversas categorias de atividades de interação bidirecional com a sociedade: extensão tecnológica, extensão social, sustentabilidade, atividades culturais, ações governamentais de desenvolvimento e cidadania, caracterizando importante vertente de inserção da UTFPR no ecossistema comunitário. [...]</p> <p>Como Universidade Tecnológica, a Instituição, com consistente atuação na extensão tecnológica empresarial, tem buscado maior participação na extensão social. Como ações efetivas neste âmbito, estão: a) participação no Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das universidades públicas brasileiras;</p> <p>b) cadastro na Rede Nacional de Extensão (RENEX), que divulga ações extensionistas universitárias e coordena o Sistema Nacional de Informações de Extensão (SIEX)(Brasil);</p> <p>c) fortalecimento da Diretoria de Extensão (DIREXT);</p> <p>d) fomento à extensão.</p> <p>A extensão universitária está sendo continuamente expandida e fortalecida na UTFPR. Diversas ações são fomentadas pela DIREXT da PROREC, apoiadas pelas DIRECs dos 13 câmpus da UTFPR. Estas ações visam à consolidação das atividades e das políticas extensionistas, devendo atender a uma gama mais ampla de problemas e de pessoas, em especial àquelas parcelas da sociedade que não têm acesso aos bens científicos e culturais, produzidos ou sistematizados pelo saber humano. No intuito de adequar-se ao aumento das propostas de extensão em programas, projetos, cursos e eventos, estabeleceu-se em 2017 como meta a análise, a revisão e a atualização de todos os regulamentos pertinentes à extensão (UTFPR-PDI, 2018, p 52-53).</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base nos PDIs da UTFPR

²⁰ No documento encontrado, observa-se que este PDI inicia em 2013 o que coincide com o final do PDI anterior (2009-2013), fugindo à regra de iniciar no ano seguinte ao período estipulado, como os outros PDIs da UTFPR.

Com base no Quadro acima, observa-se que o primeiro PDI (2004-2008) aborda timidamente a extensão na UTFPR, expressando que esta deve ser realizada em consonância com os objetivos e os valores estabelecidos em seu planejamento estratégico – Persistência, Dinamismo e Objetividade –, sem detalhar como isso dever ser feito. O segundo e o terceiro PDI, respectivamente dos períodos (2009-2013 e 2013-2017), trazem um texto idêntico, mas já com definições mais claras da Política de Extensão da UTFPR, abordando o atendimento ao que pressupõe o Plano Nacional de Extensão no que se refere aos oito eixos temáticos da extensão e a consolidação da UTFPR como um Centro de Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia.

Por fim, tem-se o PDI (2018-2022). O texto expresso no item Políticas de Extensão apresenta de uma forma mais consistente como vem se desenvolvendo a extensão na UTFPR, afirmando, inclusive, que esta atua nos oito eixos definidos pelo PNE e com o quais se comprometia o PDI anterior (Comunicação; Cultura; Direitos humanos e justiça; Educação; Meio ambiente; Saúde; Tecnologia e produção; e, Trabalho). O texto indica algumas ações efetivas, tais como a participação no FORPROEX, cadastro na Rede Nacional de Extensão (RENEX), fortalecimento da Diretoria de Extensão e recursos para extensão. Uma novidade desse PDI é o estabelecimento da meta visando analisar, revisar e atualizar os regulamentos da UTFPR referentes à extensão. Entende-se essa ação como fundamental para acompanhar as mudanças ocorridas em âmbito nacional, consolidando cada vez mais a extensão universitária como um importante vetor dentro e fora da IES.

Existem documentos que regulam exclusivamente as ações de extensão na universidade, como as “Diretrizes de Extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná”, elaborada em 2017, que está em estrita concordância com as diretrizes estabelecidas pelo FORPROEX (UTFPR, 2017a). Este documento tem disposto doze capítulos, iniciando pela conceituação da extensão e finalizando com as disposições gerais. Traz, ainda, um anexo com as linhas programáticas de extensão na UTFPR.

No que tange à conceituação da extensão, disposto no capítulo I das Diretrizes da UTFPR, reproduz o que foi definido pelo FORPROEX, reafirmando que:

A extensão universitária não abrange assistencialismo, intervenção pontual com relação aos problemas sociais, balcão de negócios nem atividade acadêmica no interior da universidade sem a comunidade externa, mas, sim um canal de interlocução entre a sociedade e a universidade, trazendo as demandas da população e os desafios colocados para o desenvolvimento do país para o centro da pesquisa e desta para a sociedade (UTFPR, 2017a, cap. I, p. 1).

Definindo ainda, que a extensão na UTFPR é um dos pilares “que permite incrementar o ensino por meio de uma prática direcionada à realidade e comprometida com a minimização dos problemas sociais [...]” ampliando “o capital cultural da população, especialmente dos setores que não têm acesso à educação formal” (UTFPR 2017, p. 1). No Capítulo II, dessas diretrizes, são definidos os princípios da Extensão Universitária na UTFPR. São eles:

1º - Articulação entre as ações de extensão, ensino e pesquisa – A ligação entre a tríade ensino, pesquisa e extensão, fundamental em um processo de democratização do saber, no qual se desenrolam diversas possibilidades de uma construção coletiva, de um aprendizado significativo tanto para a comunidade acadêmica quanto para a sociedade, que é parte diretamente envolvida nesse processo.

2º Impacto na formação do estudante – Segundo as diretrizes, “Uma ação de extensão universitária, pela sua natureza, deve necessariamente gerar impacto técnico-científico e sócio-pessoal na formação do aluno” (UTFPR, 2017a, p. 2). O documento afirma, também, que a consolidação desse impacto na vida acadêmica do discente “pode ser viabilizada por meio de atribuição de créditos, facilitando a flexibilização da formação e a integralização curricular” (UTFPR, 2017a, p. 2.)

3º Interdisciplinaridade – De todas as atividades desenvolvidas em uma universidade, entende-se que a extensão universitária é umas das mais propícias para efetivar a interdisciplinaridade, pois possibilita

[...] intensas trocas entre áreas distintas do conhecimento, interação de conceitos e modelos complementares, além da integração e convergência de instrumentos e técnicas para uma consistência teórica e operacional que estrutura o trabalho coletivo e contribui para uma nova forma de fazer ciência, revertendo a tendência comum, nas universidades, de compartimentação do conhecimento da realidade (UTFPR, 2017a, p. 3).

4º Produção de conhecimento – Neste tópico, faz-se uma recomendação para que resultem, das ações de extensão, a produção de conhecimentos e metodologias e que estas possam ser registradas e divulgadas por meio de livros, CD, vídeos, participação em eventos etc.

Nesse sentido, a UTFPR, por meio da PROREC em conjunto com as DIRECs dos seus 13 *Campi*, realiza anualmente um evento específico para socialização de resultados de projetos de extensão e inovação. Esse evento denomina-se “Seminário de Extensão e Inovação” (SEI), realizado a cada ano em um dos *Campi* da UTFPR, previamente selecionado.

5º Relação social de impacto – Considera-se que a universidade tem papel fundamental na melhoria da qualidade de vida da população por ela atendida, uma vez que é um espaço de produção de conhecimento e geração de produtos que podem, de algum modo, ajudar a diminuir as desigualdades e a exclusão social (UTFPR, 2017a, p. 3).

6º Relação dialógica entre universidade e sociedade – Neste tópico, aborda-se o processo de interação entre teoria e prática, no qual as ações de extensão são potencializadoras, porque promovem “a interação entre os saberes sistematizados, acadêmicos e populares”, abrindo caminhos para a construção de novos conhecimentos enquanto expressão do movimento de mão dupla entre a universidade e a sociedade (UTFPR, 2017a, p. 3).

O Capítulo III do referido documento discorre sobre as diretrizes internas da UTFPR, definindo a missão e a visão da extensão como:

[...] a **missão** da extensão na UTFPR é: Proporcionar a educação de excelência articulando o ensino e a pesquisa, promovendo o desenvolvimento social e tecnológico sustentável da comunidade. Por consequência, a extensão na UTFPR tem **por visão**: Ser referência na formação e interação do ser humano social e profissional no âmbito educativo, cultural, científico e tecnológico (UTFPR, 2017a, p. 4, grifo nosso).

Assim como definido no Plano Nacional de Extensão, as áreas temáticas da extensão na UTFPR são: Comunicação, Cultura, Direitos humanos, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e produção e Trabalho. Essas áreas devem ser inseridas nas ações de extensão que podem ser desenvolvidas por meio de Programa e Projeto; estes, por sua vez, de acordo com sua caracterização, podem desenvolver ações como: Apoio Tecnológico; Estágio e Emprego; Curso de qualificação profissional; Evento de extensão; Acompanhamento de Egressos e Pesquisa e Produção.

No mesmo ano da publicação das diretrizes, a UTFPR elabora também o seu Regulamento de programas e projetos de extensão, definindo os objetivos, os conceitos e as tramitações internas, conforme se observa nos destaques dos artigos 2º e 3º do referido regulamento (2017):

Art. 2º - Os programas e/ou projetos terão como objetivos:

I - realimentar o ensino e a pesquisa, contribuindo para a reflexão crítica de concepções e práticas curriculares e para a sistematização do conhecimento produzido;

II - dinamizar o exercício profissional concreto, em função das exigências da realidade, indispensável na formação do cidadão;

III - participar no processo de desenvolvimento da sociedade, de forma dinâmica e qualitativa, buscando caminhos alternativos que atendam aos interesses e necessidades das comunidades (UTFPR, 2017b, p. 1).

Art. 3º - Os programas e projetos obedecem às seguintes definições:

I - serão considerados programas o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos e apoio tecnológico), integrando preferencialmente as ações de extensão, pesquisa e ensino, de ação continuada, de caráter orgânico-institucional, voltados a um objetivo comum; II - serão considerados projetos as ações processuais e específicas, com duração determinada, de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, que propiciem a relação teoria/prática e envolvam servidores, discentes, e a comunidade (UTFPR, 2017b, p. 1).

Ao que se refere aos demais capítulos (capítulo III da iniciativa, participação e acompanhamento; capítulo IV da tramitação e aprovação; capítulo V do comitê de extensão e capítulo VI da comprovação), estes sofreram significativas mudanças com a promulgação da Instrução Normativa (IN), PROREC nº 1, de 29 de março de 2019 - Procedimentos de Homologação de Projetos de Extensão, sobre a qual se discorrerá a seguir.

Até 2018, as ações de extensão da UTFPR eram registradas de forma híbrida pela internet, com preenchimento de um formulário e manual com a entrega destes aos DEPEXs dos *Campi*. A partir de 2019, foi desenvolvido um sistema próprio de registro e acompanhamento de projetos, denominado SAP - Sistema de Acompanhamento de Projetos, disponível para todos os servidores da UTFPR.

Nesse sentido, a PROREC publicou a Instrução Normativa (IN) 01/2019, que regulamentou os procedimentos para homologação e registro de projetos de extensão, utilizando o SAP. Nesta IN, definem-se inicialmente os conceitos de homologação e registro descrevendo que “homologação é o processo de análise, avaliação e aprovação de projetos de extensão” (UTFPR-IN 01, 2019, p.1) e o registro serve para documentar e legitimar a homologação dos projetos.

Do mesmo modo, definem-se ainda os procedimentos para solicitação de homologação de projetos, indicando que existem duas possibilidades: a primeira é realizada uma vez por ano, via edital da PROREC, cujos projetos concorrem, inclusive, a fomentos, por meio de bolsas, para o seu desenvolvimento; e outra em qualquer tempo, via fluxo contínuo. Neste último, o projeto é cadastrado no SAP, passa pela aprovação da chefia imediata do proponente, pela avaliação do DEPEX do *Campus* e de um membro do Comitê de Avaliação de Projetos de Extensão, cuja média das notas (DEPEX + Avaliador / 2) deverá ser igual ou superior a 4,0 para que o projeto consiga ser considerado homologado e possa ser registrado no SAP.

Figura 4 - Página inicial de cadastro de projetos de extensão

Fonte: UTFPR-SAP (2023)

A IN 01/2019 da UTFPR também traz em seus anexos as seguintes informações: os trâmites de homologação, o roteiro do projeto cadastrado no SAP, a ficha utilizada na avaliação do projeto e a caracterização de projeto de extensão, definindo que:

O projeto de extensão deve buscar solucionar problemas existentes, de interesse e necessidade dos diversos segmentos da sociedade, ampliando a interação dialógica e transformadora desta com a Universidade na construção de conhecimentos acadêmico-científicos e experiências vivenciais, envolvendo estudantes e visando ao progresso e ao bem-estar da população. O projeto deve apresentar ações que resultem em impacto na sociedade e/ou na geração de produtos e/ou processos e a repercussão socioeconômica, técnico-científica, ambiental e cultural enriquecendo o ensino e a pesquisa pela aplicação do conhecimento e aprendizado extramuros (UTFPR-IN 01, 2019, p. 5).

Na análise documental, evidenciou-se também a Instrução Normativa PROREC nº 01/2020, de 3 de setembro de 2020, que dispõe sobre a caracterização de atividades de extensão no âmbito da UTFPR e respectivo procedimento de registro. Esta IN, no seu Art. 1º, define que “São atividades de extensão aquelas cujo foco é voltado para as intervenções que envolvam diretamente a comunidade externa, nas modalidades de programa, projeto, prestação de serviços, eventos, cursos e oficinas [...]”. Destaca-se, no Parágrafo único, que as atividades de extensão deverão envolver “[...] a troca de experiências, o diálogo e a apropriação do conhecimento, podendo atuar em diversos âmbitos, tais como: cultural, político, socioeconômico, tecnológico e educacional” (UTFPR, 2020, art. 1º, p. 1).

A referida IN em seu Art. 3 define que os registros das ações de extensão envolvendo o público externo devem ser feitas em uma das modalidades descritas no Quadro abaixo:

Quadro 7 - Modalidades de ações de extensão da UTFPR

Modalidade	Definição
Projeto de Extensão	Ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico e prazo determinado (FORPROEX, 2007). Os projetos de extensão podem ser vinculados a um Programa de Extensão.
Programa de Extensão	Conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão (cursos, eventos, prestação de serviços), preferencialmente integrando as ações de extensão, pesquisa e ensino.
Atividades artístico-culturais	As atividades extensionistas de cunho artístico-cultural estão previstas no Plano de Cultura da UTFPR. Por apresentarem particularidades na sua execução, elas poderão ser desenvolvidas com a participação de estudantes, servidores e comunidade externa, seja como membros da equipe executora, seja como público-alvo das ações.
Ação Extensionista	Conforme contexto, pode se referir à (1) parte pontual de uma atividade extensionista ou (2) execução de uma atividade extensionista.
Curso de Extensão	Ação pedagógica de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, planejada e organizada de modo sistemático, com carga horária mínima de 8 horas e critérios de avaliação definidos (FORPROEX, 2007). Podem ser cursos de: Atualização, Qualificação e Aperfeiçoamento
Oficina de Extensão	Ação pedagógica, de caráter teórico e/ou prático, presencial e/ou remoto, com carga horária inferior a 8 horas
Evento de Extensão	Ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela Universidade (FORPROEX, 2007). Ex.: campanha de difusão cultural, campeonato, ciclo de estudos, circuito, colóquio, concerto, conclave, conferência, congresso, conselho, entre outros.
Prestação de Serviços	Realização do trabalho oferecido pela Instituição de Educação Superior ou contratado por terceiros (comunidade, empresa, órgão público etc.); a prestação de serviços se caracteriza por intangibilidade, inseparabilidade processo/produto e não resulta na posse de um bem (FORPROEX, 2007).

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em UTFPR (2020)

Das modalidades descritas acima, apenas os “Cursos de Extensão cadastrados no SAP não são gerenciados pelo DEPEX, mas, sim, pelo Departamento de Estágios e Cursos de Extensão (DEPEC) conforme estabelecido na Resolução nº 10/2019, de 31 de outubro de 2019” (SANTOS, 2021, p. 30). Esse Departamento avalia e emite os documentos comprobatórios aos envolvidos no curso, tanto aos/às coordenadores/as quanto aos ministrantes e participantes.

Em 2020, a PROREC/UTFPR instituiu, por meio da Portaria nº 801a, um grupo de trabalho para elaboração de um documento que servisse de orientação para os/as servidores/as que atuam em seus DEPEXs, a fim de padronizar os serviços desse Departamento nos Campi. Esse documento foi denominado “*Manual de Procedimentos, Trâmites e Operacionalizações das Atividades dos Departamentos de Extensão (DEPEXs) da Universidade Tecnológica*

Federal do Paraná (UTFPR)” e traz como conteúdo, além de normas, regulamentos e legislações da UTFPR, procedimentos operacionais da rotina dos DEPEXs²¹.

Nesta dissertação, optou-se por não detalhar o referido documento por se tratar de algo direcionado para organização de uma rotina interna institucional, porém, fez-se referência por entendê-lo como um instrumento de legitimação criado pela UTFPR para aprimorar sua atuação na extensão universitária.

A Resolução COGEP/UTFPR nº 167/2022 foi elaborada visando atender à exigência da Estratégia 12.7²², meta 12 do Plano Nacional de Educação do decênio 2014-2024, revogando totalmente a Resolução nº 69/2018 – COGEP, de 17 de setembro de 2018 retificada em 1º de outubro de 2018, que aprovava o regulamento de registro e de inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da UTFPR.

Desse modo, assim como foi feito em outras universidades brasileiras, a UTFPR, por meio de seu Conselho de Graduação e Educação Profissional, publicou em 4 de julho de 2022 a Resolução 167, que regulamenta as atividades acadêmicas de extensão (AAEs) dos cursos de graduação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Este regulamento institui a obrigatoriedade de os cursos de graduação da UTFPR dispensarem 10% (no mínimo) de sua carga horária total para a realização de atividades acadêmicas de extensão, definindo no Parágrafo único do Art. 1º que

Entende-se por total da carga horária curricular, a soma das horas das unidades curriculares e dos componentes curriculares, incluídos, quando houver, atividades complementares, Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), atividades de extensão, estágio curricular obrigatório e outros componentes, previstos no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) de graduação (UTFPR, 2022, Res. 167).

No mesmo regulamento, define-se que:

Art. 2º Entende-se por AAE, as atividades que são desenvolvidas envolvendo de forma ativa e direta as comunidades externas à Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), num processo de interação dialógica, com participação efetiva do discente.

§ 1º As AAEs devem ser alinhadas à formação dos discentes, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto

²¹ Esse manual está disponível apenas em formato on-line e pode ser acessado no link Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/relacoes-empresariais-e-comunitarias/dirext/manual-depex-versao-1-final.pdf/view>. Acesso em:

²² 12.7 - assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social.

Pedagógico Institucional (PPI) da UTFPR, de acordo com o perfil do egresso estabelecido nos PPCs e nas demais legislações vigentes.

§ 2º **As AAEs podem envolver: cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços, vinculados a projetos e/ou programas.**

§ 3º Podem ser consideradas AAEs, aquelas realizadas:

- a) em projetos vinculados a programas institucionais, que possuam normatização e comitês próprios de avaliação, e que atendam aos princípios extensionistas, como: Programa Licenciando, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Programa de Educação Tutorial (PET) e outros de mesma característica; ou
- b) em projetos de pesquisa que atendam aos princípios extensionistas e que estejam devidamente registrados ou aprovados por agências de fomento (UTFPR, 2022, *online*).

Destaca-se, nesta resolução, a figura do PRAExt, que é o professor responsável pelas atividades de extensão no curso. De acordo com a Resolução 167/2022 da UTFPR, esse docente, por sua vez, é quem tem o papel de validar as AAEs do discente, além de:

I - assessorar a coordenação de curso, o colegiado de curso de graduação da UTFPR e docentes quanto à pertinência, proposição, execução e creditação das AAEs no curso;

II - orientar os discentes a respeito das AAEs, das possibilidades de sua creditação e do registro de documentação comprobatória;

III - analisar, previamente, o alinhamento de AAEs que o discente deseja realizar em programas e/ou projetos de extensão da UTFPR e/ou de outras instituições de ensino superior, com o disposto no PPC;

IV - analisar a documentação comprobatória da realização de AAEs dos discentes, creditando a carga horária devida e registrando-a no sistema acadêmico da UTFPR;

V - orientar docentes responsáveis por unidades curriculares extensionistas quanto à gestão das AAEs; e

VI - analisar, junto ao colegiado de curso de graduação da UTFPR, as propostas de programas e/ou projetos de extensão quanto ao alinhamento com o PPC e aos princípios da extensão universitária. (UTFPR, 2022, *online*)

Espera-se que, com o cumprimento dessa exigência curricular nos PPCs dos cursos da UTFPR, haja um aumento da qualidade das ações de extensão já implementadas na Instituição, estreitando cada vez mais os laços da academia com a sociedade, formando cidadãos capazes de intervir significativamente no espaço territorial onde vivem, uma vez que “[...] o território é organizado pela sociedade, que transforma (*humaniza*) a natureza, controlando certas áreas e atividades política e economicamente” (SAQUET, 2007, p. 51, grifo no original).

Tabela 3 - Total de recursos recebidos pela UTFPR por meio do ProExt (MEC/SESu)

Ano	Quant. de Programas	Valor	Quant. de Projetos	Valor
2010	2	R\$ 182.496,90	4	R\$ 169.309,31
2011	2	R\$ 265.000,00	3	R\$ 142.405,05
2012/2013 ²³	2	R\$ 273.724,00	1	R\$ 47.710,96
2014	7	R\$ 953.058,40	7	R\$ 327.884,16
2015	1	R\$ 196.959,00	2	R\$ 199.552,48
2016 ²⁴	0	-	1	R\$ 100.000,00

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base nos resultados dos Editais ProExt publicados no Portal do MEC

Considerando-se que a UTFPR tem 13 *Campi*, os números de projetos e programas que receberam recursos do ProExt entre os anos de 2010 e 2016 (Tabela 3) parecem irrisórios. A pesquisa verificou que foram submetidas outras propostas de projetos e programas nesses editais, porém, a grande maioria foi desclassificada ou classificada sem direito a aporte financeiro. Não se tem elementos suficientes, e também não é o foco desta pesquisa, para identificar quais fatores contribuíram para a não aprovação de mais ações de extensão da UTFPR.

No âmbito da UTFPR, os fomentos para ações de extensão estão previstos nos Capítulos VIII e IX das Diretrizes para a Extensão, nos quais se define que:

Os recursos financeiros necessários ao custeio das ações de extensão serão oriundos do orçamento próprio, de projetos com instituições de fomento, de parcerias e/ou convênios com instituições públicas ou privadas, inclusive doações e patrocínios. Os recursos captados devem ser utilizados para:

- I - financiamento de despesas diretamente decorrentes da ação de extensão que os originou. O plano de aplicação de recursos deve integrar a proposta de atividade, elaborado pelo coordenador e aprovada por instâncias competentes;
- II - apoio a projetos e programas que não dispõem de fontes de financiamento;
- III - financiamento das despesas decorrentes da realização das ações de extensão em geral (UTFPR, 2011, cap. VIII).

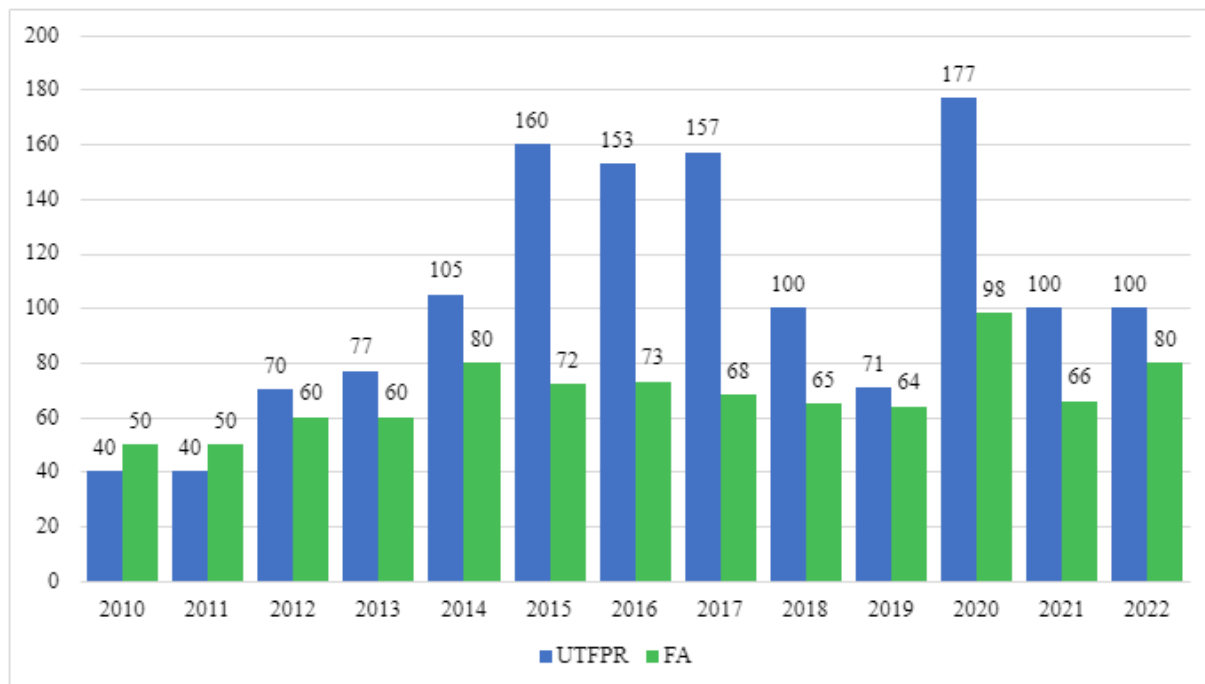
O Capítulo IX dispõe sobre o Programa Institucional de Apoio a Ações de Extensão, específico para concessão de bolsas de extensão, objetivando garantir a participação de alunos/as e servidores/as da UTFPR nos projetos de extensão. Atualmente, a concessão de

²³ Edital publicado em 2012, retificado pelo Edital N. 2 PROEXT 2013, ano de publicação do resultado final.

²⁴ Alguns programas da UTFPR foram classificados neste edital, mas não contemplados com recursos.

bolsas de extensão é regida por edital próprio de seleção, publicado anualmente pela UTFPR, com fomentos da própria UTFPR e da Fundação Araucária. A quantidade de bolsas concedidas por ano é variável e depende do orçamento específico para este fim.

Figura 5 - N° de bolsas destinadas a Projetos de extensão na UTFPR (2010-2022)



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base no Relatório de Gestão da UTFPR

A figura 5 evidencia uma importante variação nesse quantitativo, especialmente se for feita a comparação do ano com maior número de bolsas (275) com o último ano de 2022, que possui o montante de 180 bolsas, demonstrando uma diminuição em mais de 60% nesse número. Infere-se, portanto, que isso ocorreu devido à tentativa de desmonte das IES públicas deste país, indo na contramão da prerrogativa de expansão das atividades de extensão em âmbito nacional.

Além da concessão de bolsas, a UTFPR também fornece apoio financeiro para custeio dos projetos aprovados no mesmo edital de bolsa, seguindo a ordem de classificação destes. No Edital PROREC nº 03/2021, por exemplo, o valor destinado por projeto foi de R\$ 3.000,00, no entanto, esse valor não contempla todos os projetos classificados.

4.2 Extensão Universitária no *Campus* da UTFPR-CM

O *Campus* de Campo Mourão, como os demais *Campi* da UTFPR, conta em sua estrutura administrativa com um Departamento de extensão - DEPEX, cujas atribuições são:

Art. 77.

- I. prospectar mecanismos de fomento, visando ao incremento das atividades de extensão, no Câmpus;
- II. incentivar e apoiar a participação do pessoal do Câmpus, na submissão de projetos para editais de órgãos de fomento às ações de extensão universitária;
- III. representar a Instituição em eventos de extensão, realizados no âmbito do Câmpus, conforme as demandas;
- IV. emitir e encaminhar para registro, os certificados referentes à participação em ações comunitárias;
- V. elaborar os relatórios institucionais referentes às diversas atividades de extensão;
- VI. assegurar, dentro dos limites legais e orçamentários, a participação do Câmpus em atividades de extensão social;
- VII. aplicar a normatização dos processos de funcionamento das ações de extensão;
- VIII. aplicar as políticas de extensão universitária, viabilizando sua execução, no âmbito do Câmpus;
- IX. acompanhar e avaliar a execução das ações de extensão, implementando medidas que viabilizem o seu desenvolvimento;
- X. supervisionar, coordenar, acompanhar e avaliar as ações de extensão, no âmbito do Câmpus;
- XI. apoiar a política institucional inclusiva;
- XII. estimular e apoiar ações de extensão de interesse do Câmpus, junto à comunidade interna e externa, que visem à melhoria da qualidade de vida e ao seu desenvolvimento pessoal e social;
- XIII. acompanhar projetos de média e longa duração com Coordenadores destinados para esta finalidade;
- XIV. indicar um Coordenador para cada núcleo (UTFPR, 2009, p. 133-134).

Neste Departamento, todas as ações de extensão do *Campus* são registradas, até meados de 2019, estas eram registradas de forma híbrida, os coordenadores preenchiam um formulário eletronicamente, depois imprimiam, assinavam e o entregavam no DEPEX. A partir de setembro do mesmo ano, a UTFPR implantou um sistema moderno de registro e acompanhamento de projetos, denominado Sistema de Acompanhamento de Projetos (SAP), o que otimizou significativamente o registro, acompanhamento e sistematização das informações. O SAP “é um sistema criado para atender às necessidades de gestão das informações dos projetos e ações de extensão no âmbito da UTFPR” (SANTOS, 2021, p. 17).

Os/as servidores/as do *Campus* participam ativamente dos certames de extensão da UTFPR. Um levantamento feito nos editais para seleção de projetos de extensão, publicados no

período de 2010 a 2023, mostrou um número expressivo de projetos do *Campus* selecionados nesses editais, muitos deles contemplados com recebimento de recursos.

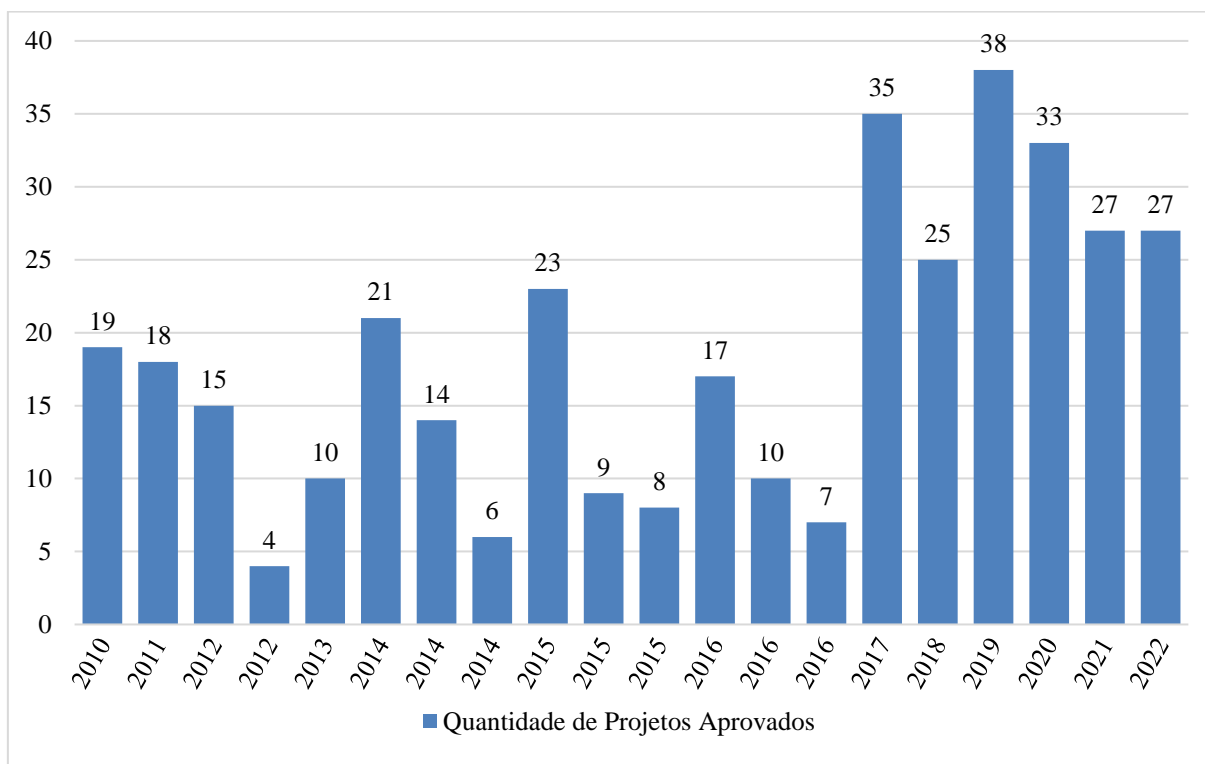
Quadro 8 - Projetos de extensão do *Campus* de Campo Mourão classificados em editais da UTFPR

Ano	Edital	Nº de Projetos classificados
2010	Edital PROREC nº 01/2010	19
2011	Edital PROREC nº 01/2011	18
2012	Edital PROREC/Fundação Araucária-Ações Afirmativas nº 02/2012	15
2012	Edital PROREC/UTFPR_EXTENSÃO nº 03/2012	4
2013	Edital PROREC /UTFPR_EXTENSÃO nº 02/2013	10
2014	Edital PROREC/UTFPR_EXTENSÃO nº 02_2014	21
2014	Edital PROREC/Fundação Araucária-Ações Afirmativas nº 04/2014_	14
2014	Edital PROREC _FA_PIBEX nº 05/2014	6
2015	Edital PROREC/UTFPR_EXTENSÃO nº 03/2015	23
2015	Edital PROREC/_FA_PIBEX nº 04/2015	9
2015	Edital PROREC FA_PIBIS nº 05/2015_	8
2016	Edital PROREC/UTFPR_EXTENSÃO nº 03/2016	17
2016	Edital PROREC _FA_PIBEX nº 05/2016	10
2016	Edital PROREC _FA_PIBIS nº 05/2016	7
2017	Edital PROREC_EXTENSÃO nº 01/2017	35
2018	Edital PROREC-EXTENSÃO nº 01/2018	25
2019	Edital PROREC-EXTENSÃO nº 01/2019	38
2020	Edital PROREC_EXTENSÃO nº 02/2020	33
2021	Edital PROREC/PROGRAD_EXTENSÃO nº 03/2021	27
2022	Edital Conjunto PROREC/PROGRAD_EXTENSÃO nº 01/2022	27
TOTAL DE PROJETO		366

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

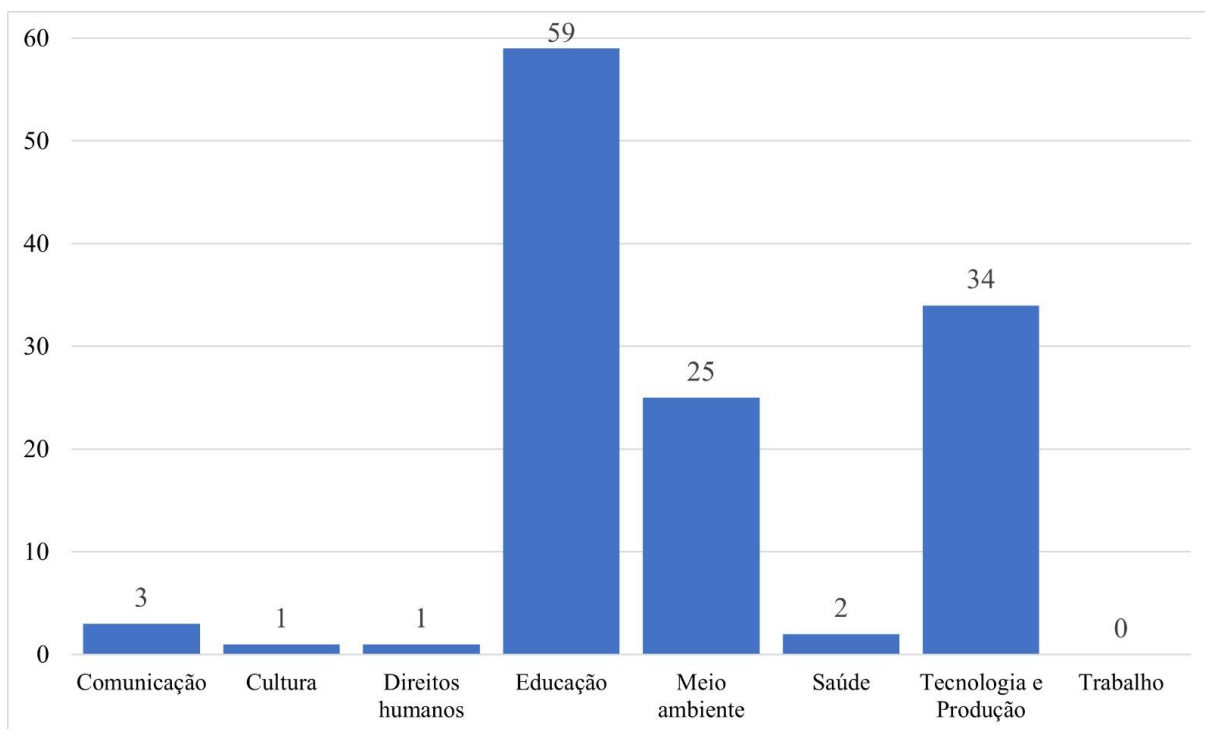
Em alguns anos eram publicados mais de um edital, com distribuição de bolsas de extensão, por exemplo, nos anos de 2012 (2 editais), 2014, 2015 e 2016 (3 editais), o que reflete na quantidade de projetos aprovados nos anos de 2014 e 2015 (Figura 6). Comparado ao ano de 2019, o levantamento indica uma leve queda do número de projetos em 2020, 2021 e 2022 e, certamente, não há um único fator responsável pela diminuição no número de projetos de extensão do *Campus*, pois acredita-se que fatores como baixa adesão dos professores aos editais, sobrecarga de atividades de ensino e maior incentivo à pesquisa podem ser apontados como elementos influenciadores desse resultado.

Geralmente, todos os projetos do *Campus* submetidos aos editais da UTFPR são classificados e recebem bolsas. Espera-se que, com a implementação da curricularização da extensão, estes números tenham um significativo aumento. Por exemplo, no Edital mais recente (2023), o *Campus* de Campo Mourão submeteu 42 projetos de extensão ao edital, destes, 39 foram classificados e 35 receberam bolsa para estudantes de graduação.

Figura 6 - Demonstrativo dos projetos de extensão da UTFPR-CM aprovados em Editais (2010-2022)

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Entre as áreas temáticas definidas no PNE e expressas nas Diretrizes da Extensão na UTFPR (Comunicação; Cultura; Direitos humanos e justiça; Educação; Meio ambiente; Saúde; Tecnologia e produção; e Trabalho), verificou-se que, nos últimos cinco anos, os projetos de extensão desenvolvidos em CM abrangeram, praticamente, todas elas, com exceção da área temática “trabalho”.

Figura 7 - Áreas temáticas delimitadas nos projetos de extensão da UTFPR-CM

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Em maior escala, observa-se que mais da metade dos projetos são voltados para área da educação; em segundo lugar, estão os projetos da temática do meio ambiente, desenvolvidos tanto em Campo Mourão como em alguns municípios da região. Nesse sentido, na seção 5, intitulada “A relação dos projetos de extensão da UTFPR-CM com os princípios da extensão e com o desenvolvimento territorial”, verificou-se a relação desses projetos com o desenvolvimento territorial por meio da pesquisa empírica, realizada com seis os/as coordenadores/as de projetos

Com a implementação da Resolução COGEP/UTFPR nº 167/2022, que regulamenta as Atividades Acadêmicas de Extensão (AAEs) dos cursos de graduação da UTFPR, em cumprimento à estratégia 12.7 do PNE, segundo a DIRGRAD, os cursos do *Campus* já estão com os PPCs adequados para cumprir a determinação de garantir no mínimo 10% do total de horas curriculares dos cursos para atividades de extensão.

5 A RELAÇÃO DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UTFPR-CM COM OS PRINCÍPIOS DA EXTENSÃO E COM O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Ao longo dos últimos anos foram publicados vários estudos que têm ampliado os conceitos tanto da extensão universitária quanto de desenvolvimento territorial, levando-nos a refletir sobre a relação desses temas com a melhoria da qualidade de vida e a participação das populações nos projetos de extensão desenvolvidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Desse modo, esta seção traz uma análise dos Editais da PROREC para seleção de projetos de extensão, publicados no período de 2019 a 2023, com o propósito de identificar alguma referência aos princípios da extensão universitária ou se de algum modo tais diretrizes orientam a utilização desses princípios para a elaboração dos projetos que concorrem aos editais. Em seguida, foi analisada uma amostra dos projetos do *Campus* Campo Mourão submetidos e aprovados nesses editais, bem como seus relatórios finais e, por fim, são apresentados elementos das entrevistas realizadas com alguns coordenadores de projetos, selecionados conforme critérios descritos na seção 2.

5.1 Análise das normativas da extensão da UTFPR-CM e dos relatórios dos projetos

A Política Nacional de Extensão Universitária publicada pelo FORPROEX em 2012 apresenta seis princípios norteadores da extensão que foram definidos em 1987 pelo próprio Fórum, já descritos anteriormente. No entanto, com base no Livro *Princípios da Extensão Universitária*: contribuições para uma discussão necessária, organizado pelas autoras Nadia Gonçalves e Gisele Quimeli e nos conceitos e diretrizes pesquisados serão denominados de princípios as diretrizes para as Ações de Extensão Universitária definidas na PNAE, que são: Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante, e Impacto e Transformação Social (Brasil, 2022).

A UTFPR, no documento “Diretrizes de Extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná”, com base nas Diretrizes Nacionais da Extensão, definiu os seguintes princípios que deveriam nortear a extensão na Universidade:

- I. Articulação entre as ações de extensão, ensino e pesquisa,
- II. Impacto na formação do estudante,
- III. Interdisciplinaridade,

- IV. Produção de conhecimento,
- V. Relação social de impacto e
- VI. Relação dialógica entre universidade e sociedade (UTFPR, 2017a, p. 2-3).

Nesse sentido, ao observar estes princípios, verifica-se que a UTFPR segue basicamente as Diretrizes da PNAE do FORPROEX, porém, acrescenta um princípio, o da “Produção de conhecimento”. Estes princípios, contudo, já foram detalhados na seção 3 desta pesquisa, portanto, aqui será feita apenas referência a eles.

No que tange aos editais de seleção de projetos de extensão da UTFPR, a pesquisa apontou que aqueles publicados no período de 2019 a 2021 traziam como anexo os critérios de avaliação que seriam considerados para homologação e classificação dos projetos de extensão, destacando-se a caracterização dos projetos de extensão, de forma idêntica nos três editais, afirmando que:

O projeto de extensão deve buscar solucionar problemas existentes, de interesse e necessidade dos diversos segmentos da sociedade, ampliando a interação dialógica e transformadora desta com a Universidade na construção de conhecimentos acadêmico-científicos e experiências vivenciais, visando ao progresso e ao bem-estar da população.

O projeto deve apresentar ações que resultem em impacto na sociedade e/ou na geração de produtos e/ou processos e a repercussão socioeconômica, técnico-científica, ambiental e cultural enriquecendo o ensino e a pesquisa pela aplicação do conhecimento e aprendizado extramuros (EDITAL PROREC nº 01/2019).

Os referidos editais também descreviam, neste mesmo item, as características da extensão universitária e indicavam o tempo e as atividades para projetos de extensão, em especial os de Extensão Tecnológica:

São características da Extensão Universitária:

- atender primordialmente à população externa, visando às questões prioritárias da sociedade;
- interação dialógica com a comunidade externa, trocando saberes que contribuirão com a comunidade atendida e com - promover impacto e transformação da realidade social;
- participação de estudantes de graduação, podendo agregar também estudantes da pós-graduação em trabalhos individuais;
- apresentar um conjunto de ações processuais contínuas de caráter educativo, cultural, científico e tecnológico.

Um projeto de Extensão, em particular de Extensão Tecnológica, pode necessitar de execução em até 36 meses, envolvendo as atividades abaixo:

- interação com a sociedade visando à identificação de um problema, caracterização deste problema, justificativa da relevância do problema e do impacto deste na sociedade. Caracterização da população afetada pelo problema em questão.

- concepção de uma solução para o problema e desenvolvimento desta solução; podendo incluir diversas atividades desde a prototipação da solução e de validação destes protótipos junto ao seus futuros usuários;
- implantação da solução na sociedade: inclui divulgação, treinamento, suporte, manutenção, multiplicação (EDITAL PROREC nº 01/2019).

Nos dois últimos anos (2022 e 2023), os editais da PROREC passaram a ser conjuntos com a PROGRAD. Além dessa alteração, também observou-se uma modificação na indicação de critérios para avaliação dos projetos de extensão, trazendo como itens de caracterização os cinco princípios da extensão universitária (Interação Dialógica, Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante, e Impacto e Transformação Social), inclusive, indicando como estes devem ser avaliados e comprovados nos projetos submetidos ao edital, conforme descrito no quadro a seguir.

Quadro 9 - Caracterização do Projeto de Extensão - Editais PROREC 2022 e 2023

Estes itens somam 45 pontos na avaliação do projeto		
Critério	Descrição	Forma de avaliação ou comprovação
Interação Dialógica	Orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. É necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão.	Coerência das informações apresentadas nos diversos campos do formulário de registro da proposta do projeto de extensão.
Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade	Busca superar a dicotomia generalização/especialização, combinando especializações e considerações da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holista pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias	Coerência das informações apresentadas nos diversos campos do formulário de registro da proposta do projeto de extensão.

	disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais.	
Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão	Reafirma a extensão universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa). Assim, no âmbito da relação entre pesquisa e ensino, essa diretriz estabelece que o estudante seja protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.	Coerência das informações apresentadas nos diversos campos do formulário de registro da proposta do projeto de extensão.
Impacto na Formação do Estudante	As atividades de extensão universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública Brasileira. Neste sentido, a participação do estudante nas ações de extensão universitária deve estar sustentada em iniciativas que viabilizem a flexibilização curricular e a integralização de créditos.	Coerência das informações apresentadas nos diversos campos do formulário de registro da proposta do projeto de extensão.
Impacto e Transformação Social	Reafirma a extensão universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas em prol da melhoria da qualidade de vida da sociedade demonstrando preocupação com o atendimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) das Organizações das Nações Unidas (ONU).	Coerência das informações apresentadas nos diversos campos do formulário de registro da proposta do projeto de extensão, além de verificar se a proposta demonstra como irá atender aos ODS indicados.

Com base nesses critérios descritos na seção 2, foram selecionados dezesseis projetos de extensão que participaram dos editais PROREC nos anos de 2019 a 2022²⁵. Para análise nesta pesquisa, estes foram nominados com as letras do alfabeto de “A” a “P”. Os projetos selecionados foram:

Quadro 10 - Projetos selecionados para análise na pesquisa

Ano	Título do Projeto	Área Temática	Abrangência
2019	Projeto Solidário 29 de abril - UTFPR/CM	Educação	Luiziana-PR, Peabiru-PR, Fênix-PR, Araruna-PR, Campo Mourão-PR, Goioerê-PR, Campina da Lagoa-PR, Terra Boa-PR, Mamborê-PR, Engenheiro Beltrão-PR, Quinta do Sol-PR e Ubitatã-PR
	Drenagem Urbana - Dados essenciais para um projeto seguro	Meio ambiente	Campo Mourão-PR
	Empório Rural - Apoio à Verticalização da Produção de Agricultores Familiares – Território da Cidadania Paraná Centro – Pitanga E Santa Maria do Oeste.	Tecnologia e Produção	Santa Maria do Oeste-PR e Pitanga-PR
2020	O Ensino da Língua Inglesa como meio de inclusão social - 2º Módulo	Comunicação	Campo Mourão-PR
	Cursinho Solidário Preparatório para o ENEM	Direitos humanos e justiça	Luiziana-PR, Peabiru-PR, Fênix-PR, Araruna-PR, Campo Mourão-PR, Goioerê-PR, Campina da Lagoa-PR, Terra Boa-PR, Mamborê-PR, Engenheiro Beltrão-PR, Quinta do Sol-PR e Ubitatã-PR
	A Coleta Seletiva Solidária da UTFPR Câmpus Campo Mourão: Um Instrumento de Sensibilização e Educação Ambiental	Meio ambiente	Paraná
	Epidemiologia no Mapa: Subsídios às Tomadas de Decisões da Secretaria Municipal de Saúde	Saúde	Campo Mourão-PR
	Implementação de uma planta piloto para fabricação e transferência de tecnologia relacionada a produtos saneantes domissanitários	Tecnologia e Produção	Paraná
	Formação Continuada de Professores de Ciências: uma Proposta para Educação, Divulgação e Popularização do Ensino de Astronomia	Educação	Paraná
	2021	Compartilhando Conhecimentos e Ações 3	Educação
Projeto Comendo-Bem Restaurantes e afins		Tecnologia e produção	Paraná
Produção e Aplicação de Compostos Microbicidas e Repelentes Através de Nebulização		Saúde	Paraná
Microbiologia do básico ao aplicado, do laboratório para as redes		Meio ambiente	

²⁵ Não incluímos nessa análise os projetos submetidos ao certame de 2023, pois até a elaboração final desta seção não havia sido publicado o resultado final da seleção dos projetos.

2022	Microrganismos na biodigestão: desenvolvimento de práticas pedagógicas como ferramenta para a educação	Educação	Paraná
	Ciência Cidadã: a biodiversidade ao meu redor	Meio ambiente	Paraná
	Comendo Bem - Embalagem e rotulagem	Tecnologia e Produção	Campo Mourão-PR e Goioerê- PR

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Dos dezesseis projetos analisados, verificou-se que nenhum deles traz explicitamente o termo “princípio” ou “diretriz” escrito na proposta classificada no edital, porém, dez desses projetos trazem alguns fragmentos textuais, em itens como: introdução, justificativa, conclusão, entre outros, que remetem ao entendimento desses princípios, conforme descrito no Quadro 11.

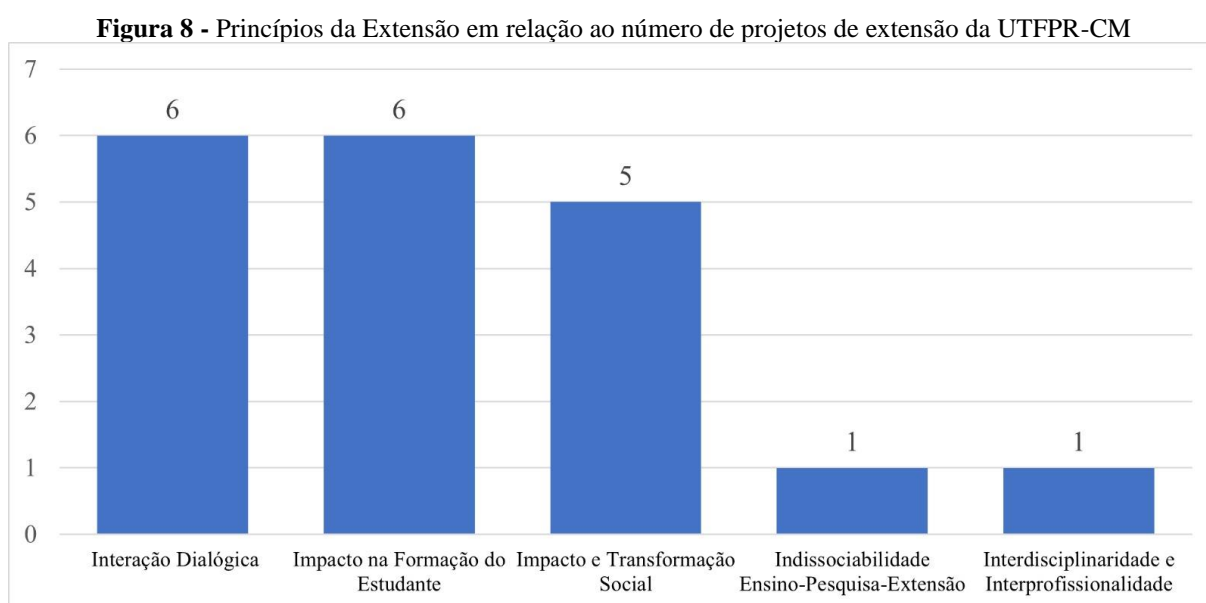
Quadro 11 - Análise dos Projetos de extensão da UTFPR-CM

Projeto	Fragmentos do texto	Ítem onde aparece no projeto	Princípio relacionado pela autora
B/2019	"o objeto do projeto é promover a transferência do conhecimento tecnológico da universidade na área de processamento de alimentos para a comunidade permitindo que este conhecimento contribua no progresso socioeconômico de uma região territorial que de fato exige a atuação dos atores sociais e governamentais, entre eles a universidade."	Introdução	(i) Interação Dialógica (ii) Impacto e Transformação Social
B/2019	"g) Materializar ações de extensão que permitam a UTFPR cumprir com seu papel social junto à comunidade regional; [...] i) permitir que os alunos identifiquem sua responsabilidade social junto à comunidade; j) permitir que os estudantes apliquem seus conhecimentos técnicos na busca de soluções viáveis para as problemáticas enfrentadas por esse tipo de empreendimento;"	Objetivos específicos	(i) Interação Dialógica (ii) Impacto na Formação do Estudante
C/2019	"Socializar comunidade, estudantes de graduação e professores da UTFPR"	Objetivos específicos	(i) Impacto e Transformação Social (ii) Impacto na Formação do Estudante
G/2020	"A extensão universitária é uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida, numa espécie de ponte permanente entre a universidade e os diversos setores da sociedade. Funciona como uma via de mão dupla, em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e dela recebe influxos positivos como retroalimentação tais como suas reais necessidades, seus anseios, aspirações e também aprendendo com o saber dessas comunidades. "	Introdução	(i) Interação Dialógica (ii) Impacto e Transformação Social
I/2020	"A execução do projeto [...] será uma via de mão dupla uma vez que contribuirá tanto com o desenvolvimento intelectual e social dos adolescentes carentes que frequentarão o curso, como com os acadêmicos que atuarão como monitores."	Métodos e procedimentos	(i) Interação Dialógica (ii) Impacto na Formação do Estudante
J/2021	"Oferecer aos discentes participantes do projeto uma formação cidadã, e um preparo em diversas áreas..."	Objetivos específicos	(i) Impacto na Formação do Estudante
K/2021	"[...] a extensão possui um caráter de inclusão social, na medida em que pode proporcionar às camadas sociais excluídas, condições para que se incorporem às camadas sociais que usufruem de recursos materiais, educacionais e culturais. Dessa forma, a extensão assume também um papel de tornar mais acessível às pessoas, a aquisição de conhecimento sobre a ciência, para melhor compreensão do meio em que vivem."	Introdução	(i) Interação Dialógica (i) Impacto e Transformação Social

Projeto	Fragmentos do texto	Ítem onde aparece no projeto	Princípio relacionado pela autora
N/2022	"O projeto de extensão possibilita a utilização do conhecimento adquirido e dos dados levantados na realidade das escolas e a troca de experiências para divulgar a importância do método e dos processos científicos, diminuindo a distância entre o conhecimento gerado na universidade e a realidade da sociedade."	Justificativa	(i) Interação Dialógica (ii) Impacto e Transformação Social
O/2022	"Este projeto visa a inserção dos estudantes em contexto real pela vivência e trocas de experiências na rotina das empresas participantes, impactando de forma positiva na formação do estudante."	Justificativa	(i) Impacto na Formação do Estudante
P/2022	"Os projetos de extensão permitem aos acadêmicos a aplicação orientada de trabalhos em prol de seu desenvolvimento pessoal e da comunidade. A relação entre essas três esferas ensino, pesquisa e extensão, quando bem articuladas, conduzem a mudanças significativas nos processos de ensino e de aprendizagem, fundamentando didática e pedagogicamente, a formação profissional, sendo que acadêmicos e professores constituem-se, efetivamente, em sujeitos do ato de aprender, de ensinar e de formar profissionais e cidadãos (Gonzaga, 2014)".	Justificativa	(i) Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão (ii) Impacto na Formação do Estudante (iii) Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Analisando o quadro acima observa-se que dentre os princípios levantados: Interação Dialógica; Impacto na Formação do Estudante; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade e; Impacto e Transformação Social, os dois primeiros se sobressaem em relação aos demais princípios²⁶, conforme apresentado na figura 8, o que suscita a reflexão a respeito do por que os projetos de extensão não explicitam a relação com o ensino e a pesquisa, tão pouco discorrem sobre a Interdisciplinaridade e interprofissionalidade.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Ainda relacionado a esses princípios, além de analisar os 16 projetos de extensão, também foram analisados seus relatórios que, assim como os projetos, não fazem menção direta aos princípios da extensão. Apenas o Projeto M/2021 em suas conclusões afirma que “As atividades desenvolvidas neste projeto são de grande importância e valorosas, pois proporcionaram aos membros do projeto de extensão o contato com problemas reais encontrados na área profissional.”, o que remete a uma relação com os princípios “Impacto na Formação do Estudante e interação dialógica”.

5.2 Análise das entrevistas

Durante a pesquisa, com base nos seis critérios apresentados na seção dois “percurso teórico-metodológico: o caminho trilhado na pesquisa”, dos projetos elegidos, seis

²⁶ Ressalta-se que essa análise, foi feita de forma subjetiva uma vez que os coordenadores não expressam claramente os princípios em seus projetos.

coordenadores foram selecionados para participar das entrevistas. Os/as entrevistados/as foram identificados pelos números de 1 a 6, resguardando a identidade do(a) Coordenador(a) entrevistado(a).

Na primeira pergunta feita aos entrevistados, buscou-se saber: “Qual a finalidade e relevância do projeto?” Entre as respostas apresentadas, apareceram objetivos de gerar renda, levar conhecimento, integrar os alunos, conscientizar o público-alvo, entregar produtos, entre outras, cujas principais respostas constam no Quadro abaixo:

Quadro 12 - Destaques da pergunta 1 da entrevista

Entrevistado/a	Finalidade e relevância do projeto
Entrevista nº 1 - E1 ²⁷	“gerar renda para essas pessoas (público alvo) e integrar o potencial dos nossos alunos e da Universidade nessa tarefa.”
Entrevista nº 2 - E2 ²⁸	“Levar conhecimento à população, preferencialmente mais carente, de forma que com essa informação nós possamos ajudar a melhoria da qualidade de vida e se possível gerar renda.”
Entrevista nº 3 - E3 ²⁹	“Trabalhar com essa conscientização a respeito da biodiversidade e a importância que ela tem nas nossas vidas.”
Entrevista nº 4 - E4 ³⁰	“Finalidade de oportunizar aos adolescentes carentes que não têm condições de pagar um curso particular de inglês. Principalmente porque o Inglês hoje é uma língua universal.”
Entrevista nº 5 - E5 ³¹	“Usar uma ferramenta para abordar outros pontos importantes para a comunidade.”
Entrevista nº 6 - E6 ³²	“Surgiu no contexto do início da pandemia [...] Era um período em que os produtos domissanitários estavam sendo muito utilizados com o intuito de diminuir a incidência do vírus nos variados locais e nesse mesmo período a aquisição desse produto estava difícil pelos órgãos públicos, era um produto que o aumento de consumo foi muito rápido [...] O setor público estava sofrendo, as escolas estavam sofrendo por falta desse produto relativamente simples [...] e a parcela da população em vulnerabilidade também estava sofrendo com a falta desses produtos.”

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Quando questionados sobre “Qual foi o critério definido para escolher público-alvo e o local de aplicação do projeto?”, os seis entrevistados mostraram clareza na escolha desse público, afirmando, inclusive, ter sido estabelecido um contato prévio com os beneficiários do projeto, mostrando que houve uma relação dialógica entre os envolvidos nos projetos. O Entrevistado E1 e o E6 procuraram vários parceiros e só atenderam os que, de fato, se mostraram interessados em participar do projeto, como afirmaram na entrevista, “foi feita reunião com os municípios ouvindo o que o Município queria da Universidade, dentro da

²⁷ Entrevista de pesquisa concedida em 24 de julho de 2023, na cidade de Campo Mourão.

²⁸ Entrevista de pesquisa concedida em 25 de julho de 2023, na cidade de Campo Mourão.

²⁹ Entrevista de pesquisa concedida em 27 de julho de 2023, na cidade de Campo Mourão.

³⁰ Entrevista de pesquisa concedida em 1º de agosto de 2023, na cidade de Campo Mourão.

³¹ Entrevista de pesquisa concedida em 2 de agosto de 2023, na cidade de Campo Mourão.

³² Entrevista de pesquisa concedida em 8 de agosto de 2023, na cidade de Campo Mourão.

proposta do Projeto” (E1, 2023)³³. O E6 afirmou que antes de contactar o Município, levou em consideração alguns índices, entre eles o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), uma vez que esse projeto se iniciou no período de pandemia e vários municípios demonstraram-se interessados.

Um dos princípios da extensão universitária é Impacto e Transformação Social. Para Deus (2016), “[...] o papel transformador da extensão é complexo e multidimensional”, ocorrendo em “vários aspectos e dimensões diferentes” (Deus, 2016, p 95), muitas vezes não percebido, nem mensurado pelos(as) coordenadores(as) de projetos de extensão e pela própria Instituição.

Outrossim, para a referida autora, a interação com a sociedade é uma das missões mais preciosas designadas às universidades, sendo considerada por ela uma dimensão direta e imediata que beneficia a todos os envolvidos, afirmando que:

Não há lado forte nessa relação, todos transformam-se mutuamente no processo: cidadãos, sociedade, alunos, instituição, e até mesmo o próprio processo. [...] Em relações vivas e orgânicas, como as estabelecidas por meio da Extensão Universitária, a transformação é inerente à própria existência. (DEUS, 2016, p. 95-96).

Nesse contexto, foi perguntado aos/as entrevistados/as “De que forma seu projeto impactou na transformação social do público diretamente e indiretamente envolvido? A essa pergunta, os/as entrevistados/as E1, E2, E3 e E6 responderam que houve impacto, principalmente na melhoria da qualidade de vida dos participantes, seja pela ampliação dos conhecimentos, seja pela geração de renda. Os/as entrevistados/as E4 e E5 disseram não ter como afirmar se de fato houve impacto na transformação social, mas acreditam que de algum modo pode ter havido, talvez numa pequena escala.

Quando questionados se “Seu projeto contribuiu para a formação dos discentes da UTFPR envolvidos diretamente no projeto? Como?”, todos os seis entrevistados foram unânimes em afirmar que houve contribuição, uma vez que os alunos interagiram diretamente com o público protagonizando uma verdadeira troca de conhecimentos, conforme fala dos entrevistados/as.

³³ Entrevista de pesquisa concedida em 24 de julho de 2023, na cidade de Campo Mourão.

Quadro 13 - Destaques da pergunta 4 da entrevista

Entrevistado/a	Contribuição do projeto para a formação dos discentes
E1	“Não somos donos do conhecimento, nós somos apenas parceiros, então já que eles conhecem muito bem a gente fala, olha vamos adicionar alguns elementos diferentes para dar valor nutricional maior para que a merenda pague melhor também e que vocês consigam melhor mercado.”
E2	“Por exemplo, os alunos do curso de química. Puderam levar os conhecimentos adquiridos para a comunidade. Os alunos de alimentos levaram a teoria dos alimentos e aprenderam a fazer na prática.”
E3	“Essa é intenção do professor! Que as nossas atividades, as atividades que eles participam contribuam pra formação deles. Eu acredito que sim né! que toda essa percepção ambiental, faz parte da formação deles. Educação ambiental é um ramo bastante importante dentro da Engenharia Ambiental, independente de onde eles vão trabalhar esse processo de educação ambiental é importante pra eles.”
E4	“Porque quando o aluno sai pra comunidade externa e conhece outro público externo. É interessante perceber como eles mudam a visão de mundo. Especialmente se é um público mais carente. E isso gera empatia, altruísmo, a valorizar o que eles têm. Porque não é só o conhecimento técnico, o conhecimento humano é muito importante.”
E5	“Pro aluno foi mais proveitoso em termos globais de entender o projeto como um todo [...]. Aluno de química teve que buscar conhecimento de informática, por exemplo.”
E6	“Contribuiu muito! Contribuiu pra pôr em prática todo esse conhecimento. Teve toda uma questão de pesquisa e muito desse lado humano. Não era um simples projeto de extensão, era um projeto de extensão que era realmente necessário naquele período. Enquanto muitas pessoas estavam em casa, nós estávamos ali trabalhando”

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

As respostas acima corroboram com Souza (2007), quando expressa que docentes e discentes, ao retornarem para as universidades, trazem um aprendizado que, em contato com a teoria, amplia o conhecimento que já tinham (SOUZA, p. 114). Assim, para a autora:

[...] a universidade abre as portas para que a comunidade externa possa participar do seu fazer específico, ao mesmo tempo que firma seu compromisso com a mudança das condições de vida de uns e da consciência de outros, construindo um novo saber ligado aos interesses e necessidades de ambos os lados. As ações desenvolvidas envolvem de certa forma relações pessoais, que podem gerar conhecimentos, saberes, acadêmicos ou não, e os profissionais da universidade, ao entrarem em contato com a cultura popular e com diferentes visões de mundo, podem enriquecer sua formação cidadã (SOUZA, 2007, p. 114-115).

Esta perspectiva explicita a importância dos projetos de extensão para o desenvolvimento pessoal e profissional tanto dos/as alunos/as quanto dos/as servidores/as

envolvidos na execução destes, desde que se proponham a sair do espaço interno das universidades e vivenciar experiências extramuros, estando abertos a uma aprendizagem prática, numa clara via de mão dupla, ensinando e aprendendo, simultaneamente.

Na sequência, quando questionados sobre “qual a relação do seu projeto com o ensino e a pesquisa”, todos/as os entrevistados/as responderam que essa relação é inevitável, pois antes de implementarem os projetos, os alunos fazem pesquisas e colocam na prática muito do que foi aprendido em sala de aula. Os/as entrevistados/as destacaram que:

Quadro 14 - Destaques da pergunta 7 da entrevista

Entrevistado/a	Relação do projeto com o ensino e a pesquisa
E1	“Eu falo sempre que entre a teoria e a prática há um vazio, não que o que ensinamos na teoria esteja errado, mas quando você chega lá no dia a dia você percebe que precisa fazer alguns ajustes, não pra descumprir as normas, mas alguns ajustes a realidade que está naquele momento, naquele local.” Por exemplo: Você precisa usar água potável, mas ele não tem, como que eu vou fazer, eu preciso resolver o problema de água potável pra ele.”
E2	“Acho que andam juntas, porque assim, para nós desenvolvermos uma atividade, desde uma palestra, uma oficina, um curso dentro de uma outra instituição. Primeiro nós vamos fazer uma discussão com os membros do projeto pra ver que grupo que pode atender e depois vamos pesquisar a respeito.”
E3	“Sim! há uma relação. Com o ensino os alunos tem várias disciplinas voltadas pra questão ambiental. Com a pesquisa, a parte da ciência cidadã, por definição é a participação da população dentro dos processos de levantamentos de dados.”
E4	“Com o ensino especialmente, o de línguas. Foi um curso com o objetivo de ensinar. E pesquisa do que aprendi no mestrado, relação com a minha pesquisa de mestrado.”
E5	“Com o ensino, vale a questão do aluno desenvolver isso. Ele sendo um aluno da licenciatura, então ele aprende de como passar isso pro outro. Na pesquisa, a importância da unidade qual é a fundamentação científica para que isso aconteça. Usou uma pesquisa já conhecida para desenvolver a ação.”
E6	“O projeto envolveu as três vertentes, o ensino a pesquisa e a extensão. Com certeza envolveu a parte de ensino porque para produzir esses materiais, esses produtos, é... existia todo um conhecimento em química (...) contribuiu para pôr em prática esse conhecimento que muitas vezes eles já estudaram em disciplinas anteriores, mas também pra promover a pesquisa.”

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A fala do entrevistado E1 remete ao que Paulo Freire apresenta em seu livro *Extensão ou comunicação*, quando afirma que “O homem é homem e o mundo é histórico cultural na medida em que, ambos inacabados, se encontram numa relação permanente, na qual o homem transformando o mundo, sofre os efeitos da sua própria transformação” (FREIRE, 2021, p. 101). Aí, portanto, reside a verdadeira riqueza dessa interação da universidade com a sociedade, essa

capacidade de, ao levar conhecimento, aprender muito mais, numa troca que só é possível na convivência com o/a outro/a.

Na pergunta “Seu projeto contou com a participação de docentes e alunos(as) de outros cursos? dos seis entrevistados, quatro afirmaram que seus projetos contaram com a participação tanto de professores quanto de alunos de outros cursos, dois apenas com alunos de outros cursos, um afirmou contar com docentes de outras instituições e um com docente de outro *Campus* da UTFPR. Na maioria dos casos, a interação se deu por meio de reuniões presenciais e via *google meet*.

A pergunta seguinte foi sobre os princípios da extensão definidos na Política Nacional de Extensão Universitária, primeiramente perguntou-se se eles conheciam esses princípios e depois se o projeto atendeu a esses princípios. A essas perguntas, todos afirmaram já terem visto esses princípios, tendo em vista que estão presentes no edital que eles participaram, conforme apresentado acima. Dois afirmaram que os levam em conta no momento da escrita do projeto, um afirmou que não se atentou na escrita, mas que tem essa preocupação no projeto e três, após a apresentação dos princípios pela entrevistadora, afirmaram que atendem aos princípios. Veja no Quadro abaixo a resposta dos/as entrevistados/as.

Quadro 15 – Destaques da pergunta 9 da entrevista

Entrevistado/a	Projeto atendeu os Princípios da Extensão Universitária
E1	“De modo geral não me atentei, mas a preocupação básica do projeto era focada em duas coisas 1- Que os alunos conseguissem se integrar e entender sua responsabilidade social e a outra retribuir à sociedade de algum modo em relação ao desenvolvimento social, sustentável e economicamente responsável.”
E2	“Atende sim! Levamos o aluno da sala de aula para a Comunidade [...]. O professor leva seu conhecimento para a comunidade. Ajuda na transformação social e na melhoria da qualidade de vida.”
E3	“Quando eu escrevo os projetos, normalmente eu procuro colocar no texto do projeto essas questões de comunicação entre o meio acadêmico e a população ao redor, ao desenvolvimento do aluno, a percepção, ao convívio do aluno com ambiente externo da universidade.”
E4	“Porque a extensão universitária [...] O objetivo da extensão é que a universidade possa dar esse respaldo pra comunidade externa de alguma forma.”
E5	“Eu acho que a questão da relação da pesquisa-ensino, a questão social, levar isso pra sociedade. [...]. A formação dele. Tem essa questão de mostrar não só pro aluno que desenvolveu o projeto, mas para os outros alunos.”
E6	“Sempre quando a gente escreve um projeto, a gente criou um hábito de ao escrever um projeto de extensão a gente fazer um treino para verificar se a gente está atendendo os princípios da extensão.”

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Considerando que o roteiro da entrevista foi estruturado para que ao longo dela os/as entrevistados/as fossem dialogando sobre os princípios, constatou-se na fala destes(as), de

forma clara e precisa, os princípios e a forma de atendê-los em seus projetos, intrinsecamente ligados às ações de extensão, pois alguns princípios são indispensáveis, quase inevitáveis quando se fala em fazer extensão como uma ação dialógica e interativa, e isso ficou evidente nas respostas dadas nas entrevistas.

Na última pergunta da entrevista, buscou-se saber se “os projetos de extensão contribuíram para o desenvolvimento territorial e de que forma”. Antes de fazer tal questionamento, foram apresentados aos/as entrevistados/as o conceito de território e as seis dimensões do patrimônio territorial: Dimensões produtiva, natural, humana e intelectual, cultural, social e institucional. Após estes esclarecimentos, os entrevistados afirmaram que:

Quadro 16 – Destaque da pergunta 10 da entrevista

Entrevistado/A	Contribuição dos Projetos de Extensão para o Desenvolvimento Territorial
E1	“Contribuiu sim tanto na questão social, econômica e ambiental. As pessoas terminaram enxergando os direitos que elas tinham [...]. Ninguém está me fazendo um favor. Não estou aqui pra ajudar o coitadinho.”
E2	“Sim! mostrar pra pessoa menos favorecida que ela pode melhorar sua qualidade de vida, gerar renda. As ações maiores, aplicamos questionários e sabemos que impactam positivamente. Inclusive os vídeos publicados no youtube, pelo número de acessos.”
E3	“Sim! Talvez não seja uma coisa mensurável e que seja visível de imediato, mas a gente que trabalha com educação, tem a esperança pelo menos que esse aumento de conscientização possa ter algum resultado futuro.”
E4	“Acredito que vários alunos tiveram um desenvolvimento social e vários conseguiram aprender a língua. De alguma forma contribuiu, alguns deles foram buscar um vestibular, fazer um curso universitário. Porque quando o aluno vai pra Universidade ele vai arrumar um trabalho, melhora a qualidade de vida.”
E5	“Foi muito pequeno! Pois a experiência não foi divulgada. Em termos regionais foi muito pequeno, não conseguiu atingir uma região, mas não é insignificante.”
E6	“Sim! Talvez 3 delas, a parte social e econômica, a própria escolha dos municípios já foi por essa questão socioeconômica. O natural, porque um dos principais produtos que foi feito foi o sabão líquido que usa como principal produto o óleo de cozinha. O Município fazia a coleta dos óleos de cozinha que deixavam de serem jogados no meio ambiente. O Cultural, o sabão em barra era uma cultura dos antigos, foi feito um resgate de receitas dos avós.”

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

As respostas dos/as entrevistados/as mostraram que mesmo que estes não tenham elaborado seus projetos pensando nas dimensões do patrimônio territorial e no próprio conceito de desenvolvimento territorial, de modo geral, na execução do projeto isso foi naturalmente

acontecendo, talvez se essa temática fosse abordada de forma clara e direta nos editais, os coordenadores se atentariam mais para o seu papel de protagonistas dentro do território onde estão inseridos/as, visto que o território é o resultado de uma ação conduzida por um ator/agente sintagmático que “manifesta com precisão, a ideia de processos e de articulações sucessivas no interior do processo”.

Desse modo, a universidade é um ator, que articula momentos diversos em sua atuação integrando diversas variáveis imbricadas num “complexo jogo relacional” (RAFFESTIN, 1993, p. 40-41). Nesse contexto, destaca-se que para Saquet (2007), o território deve ser visto como um cenário de processos de desenvolvimento; uma relação entre sociedade e natureza, expressa de maneira específica em diferentes lugares. Ainda segundo o autor, nas condições de desenvolvimento territorial deve-se considerar as múltiplas dimensões, cultural, política, econômica, natural, articuladas entre si.

Nesse sentido, as entrevistas e os relatórios dos projetos expuseram que muitos destes contribuem para o desenvolvimento territorial, porém, não de forma consciente, planejada e pensada. Imagina-se que o resultado seria imensamente maior e mensurável se os/as coordenadores tomassem isso como uma meta a ser cumprida, usando todo o potencial dos discentes através dos conhecimentos adquiridos e de uma escuta ativa em relação à comunidade externa.

Desse modo, acredita-se que a pesquisa empírica e textual deste trabalho tem uma relação direta com o que o professor Valdir Roque Dallabrida sintetizou sobre regiões inteligentes, territórios inovadores e regiões engenhosas, quando afirma:

- (i) que a criatividade continua a exercer um papel central no estímulo à revitalização do crescimento econômico e/ou desenvolvimento de países, territórios ou regiões;
- (ii) que regiões inteligentes resultam, em especial, das práticas sistemáticas dos diversos atores (indivíduos e coletivo) de comunidades territoriais específicas;
- (iii) o reforço a importância das políticas de base territorial;
- (iv) o papel fundamental de empresas enraizadas territorialmente na sua contribuição para o desenvolvimento;
- (v) de que o território inovador é aquele que possui ou desenvolve a capacidade de gerar e incorporar conhecimentos para dar respostas criativas aos problemas do presente;**
- (vi) de que os vários tipos de capital formam as condições que moldam o crescimento e /ou o desenvolvimento de territórios e regiões, considerando suas condições de tecnologia, capital social e humano, recursos e ativos;
- (vii) que o segredo do sucesso, em tudo o que foi ressaltado, está na utilização destas opções ou oportunidades (*inputs*), mediante uma gestão inteligente, um processo impulsionado por uma percepção mental clara**

dos elementos necessários à resolução dos problemas e decisões hábeis
(DALLABRIDA, 2017, p. 102, grifo nosso).

Esses preceitos descritos acima dizem muito sobre o papel das IES no desenvolvimento territorial e os princípios da extensão universitária, que, em suma, mostram o quão importante é a relação dialógica das universidades e sociedade e seu potencial impacto transformador e o quão produtivo e enriquecedor seria esse processo se fosse feita uma gestão inteligente de todos os recursos disponíveis no território, resultando certamente em um impacto ainda mais significativo na transformação da sociedade e em uma troca efetiva de conhecimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo sobre a relação das ações de extensão da UTFPR-CM, com o desenvolvimento territorial, procurou responder se as ações de extensão desenvolvidas pelo *Campus* estão de fato contribuindo para o desenvolvimento do território onde estão inseridas. Desse modo, para atingir os objetivos da pesquisa e responder à questão acima, além da pesquisa bibliográfica, da leitura dos projetos de extensão, análise de editais e relatórios também foram ouvidos/as alguns/as coordenadores/as, fato que deu ainda mais consistência à pesquisa.

Do estudo realizado, foi possível observar que os projetos de extensão analisados contribuíram, de algum modo, para o desenvolvimento territorial, pois devolveram à sociedade seus conhecimentos científicos, houve interação, levaram discentes para fora dos muros da universidade e ajudaram o público-alvo a pensar e desenvolver ações reconhecendo-se como atores capazes de transformar o lugar onde vivem.

Todavia, a pesquisa mostrou que esta contribuição não se deu de forma consciente, uma vez que os projetos não possuem essa finalidade clara em suas propostas, posição que se confirma na fala de uma das entrevistadas *“Talvez o seu mestrado auxilie nisso, pra mostrar o quanto os projetos são importantes no desenvolvimento territorial. Eu gosto de trabalhar com a extensão, mas acho que falta esse dialogo entre os professores e a Universidade e abrir, assim, pro professor que ele pode fazer mais”* (E4, 2023)³⁴.

Nesse sentido, percebeu-se que existe sim um reconhecimento por parte dos coordenadores da importância de se elaborar e executar os projetos de extensão com um foco mais direcionado à melhoria da qualidade de vida da população. Do mesmo modo, observou-se que a UTFPR-CM tem potencial para isso, pois tem um corpo docente com formação qualificada e diversificada, no entanto, dos 157 docentes lotados no *Campus*, apenas uma média de 19% (Dados do SAP) coordena projetos de extensão atualmente, baixo número se comparado ao número de professores que atuam na pesquisa, que soma 43,6 % (Dados SISPEC), mais do que o dobro de docentes na extensão.

Espera-se que este número aumente significativamente nos próximos anos, especialmente pela obrigatoriedade imposta pela Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201 (PNE-2014-2024), que pressupõe em seu Art. 4º que *“As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do*

³⁴ Entrevista de pesquisa concedida em 1º de agosto de 2023, na cidade de Campo Mourão.

total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (BRASIL, 2018).

Porém, sabe-se que não basta apenas exigir a obrigatoriedade da extensão nos currículos, é necessário considerar todas as suas facetas, criar políticas públicas, fazer investimentos que levem em conta que o Brasil é um país divergente geograficamente, socialmente e historicamente marcado por uma predileção pelo ensino e pela pesquisa nas IES.

Fazer extensão exige comprometimento de todos os envolvidos no processo, quer seja dos que estão dentro das IES (docentes, discentes, pessoal administrativo, entre outros) quanto da comunidade externa, que é partícipe das ações de extensão, bem como dos governantes que devem implementar políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento de ações extensionistas. Sem o comprometimento e a clareza do objetivo da extensão, corre-se o risco de torná-la, novamente, apenas mais uma atividade de cunho assistencialista, que, na prática, não desempenhará o papel proposto para esta modalidade, que é o de interagir com outros setores da sociedade numa relação dialógica que resulte num ganho real para ambas as partes, reforçando o compromisso social das IES.

A sociedade precisa saber o que a universidade oferece e a universidade precisa saber o que a sociedade anseia. Nessa relação, é necessário que haja abertura e interesse de todos os envolvidos, num processo de mão dupla, no qual a sociedade também precisa adentrar os muros da universidade, conhecer o que ali é produzido e de alguma forma se apropriar desse conhecimento, afinal, o conhecimento deve ser compartilhado, uma vez que nesse movimento todos ganham.

Nesse sentido, é preciso reconhecer cada vez mais a importância da extensão, pensá-la de fato como um segmento que faz diferença na formação do educando tanto no que diz respeito ao conteúdo quanto na formação cidadã. Desse modo, é salutar sugerir que a UTFPR-CM faça primeiramente encontros com os docentes, informando sobre as diretrizes da extensão seguidas pela Universidade, refletindo sobre a importância dessa modalidade para toda a comunidade interna e externa, relacionando o conceito de extensão e seus princípios com os objetivos e metas dos projetos de extensão.

Atualmente, quando o professor vai cadastrar/registrar uma ação de extensão no SAP, ele precisa indicar quais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) vai atender e como o fará. Neste contexto, sugere-se, a partir desta pesquisa, que se acrescente neste formulário também os princípios da extensão para que o coordenador, ao elaborar seu projeto, identifique qual/s princípio/s direcionará às atividades do projeto, pois acreditamos que assim a extensão fará ainda mais sentido para todos os envolvidos.

Apesar dos avanços da extensão universitária da UTFPR-CM nos últimos seis anos, é importante que se façam eventos, como feiras, seminários, rodas de conversa, entre outros, para apresentar para a comunidade interna e externa os projetos em andamento e as possibilidades de novas ações de extensão, procurando ouvir o que a comunidade tem a dizer a respeito.

Considerando-se que nos relatórios dos projetos analisados não foram encontrados dados que confirmassem o alcance real destes, sugere-se que ao final das atividades seja feita uma avaliação com o público-alvo, fazendo-se levantamentos de dados e informações que demonstrem o que deu certo e o que precisa ser melhorado e se há alguma sugestão para futuras ações.

Por fim, conclui-se que é inegável a relação direta entre os projetos desenvolvidos pelas universidades, sejam eles ensino, pesquisa ou extensão, com o desenvolvimento econômico, social, cultural da população beneficiada por esses projetos, e que ainda há um longo caminho a percorrer, visto que, ainda que a obrigatoriedade da extensão esteja disposta nos PPCs dos cursos de graduação das IES, sem um planejamento claro e exequível com definição de estratégias e o apoio institucional, muito pouco se avançará.

REFERÊNCIAS

ANDRADE VIANA, A. *et al.* Abordagem Territorial do Desenvolvimento e sua Dimensão Social: Proposta metodológica para mensuração. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, nº 59, p. e14532, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14532. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14532>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ANDRADE VIANA A.; SALVADORI, D.; MASSOQUIN, N.º O papel da extensão universitária no desenvolvimento territorial: As experiências no Programa Universidade sem Fronteira na UNESPAR/FECILCAM. *In*: SAQUET, M. A.; DANSERO, E.; CANDIOTO, L. (org.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial**: experiências brasileiras de italianas. São Paulo: Outras expressões, 2012. p 147-172.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967**. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei nº 53, de 18 de novembro de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 31 de jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 31 de janº 2023.

BRASIL. **Lei nº 7732, de 14 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre a extinção de autarquias e fundações públicas federais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7732.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 20 fev. 2023

BRASIL. **Lei nº 11.184, de 7 de outubro de 2005**. Dispõe sobre a transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111184.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Trabalho da Extensão Universitária**. Brasília, DF: MEC, 1975. Disponível em: [file:///C:/Users/canto/Downloads/politicas%20de%20extens%C3%A3o%20universit%C3%A1ria%20brasileira%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/canto/Downloads/politicas%20de%20extens%C3%A3o%20universit%C3%A1ria%20brasileira%20(2).pdf). Acesso em: 30 jan. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE), 2011-2020**. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/sites/default/files/IFRJ/PROEX/curricularizacao_lei_13.005-2014.pdf. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASILIA (Distrito Federal). **Edital nº 1/2022**. Processo seletivo das instituições de ensino superior (ies) para participação nas operações de julho 2023 – operação guaicurus e operação sentinelas avançadas do Projeto Rondonº Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/projeto-rondon/acompanhe/noticias/confira-todas-as-atividades-previstas-para-2022/SEI_MD5947113EditalOPERAESJULHO2023ULTIMAVERSAO.pdf. Acesso em: 21 fev. 2023.

BÜTTENBENDER, P. L. *et al.* Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão produtiva e seus componentes. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, nº 59, p. e14525, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14525. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14525>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CARNIELLO, M. F.; DOS SANTOS, M. J.; MÁXIMO PIMENTA, C. A. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão cultural e seus componentes. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, nº 59, p. e14521, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14521. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14521>. Acesso em: 2 ago. 2023.

CINTRA, I. M. **Investimentos na Educação regridem 15,3% ao não no Governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://www.portalcomunicare.com.br/investimentos-na-educacao-regridem-153-ao-ano-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CURITIBA (PR). **Edital PROREC nº 02/2020**. Seleção de Projetos de Extensão. Publicado em 17 fev. 2020. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/editais/relacoes-empresariais-e-comunitarias/reitoria/extensao/edital-prorec-extensao-1>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CURITIBA (PR). **Edital PROREC nº 03/2021**. Seleção de Projetos de Extensão. Publicado em 14 abr. 2021. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/editais/relacoes-empresariais-e-comunitarias/reitoria/selecao-de-projetos-de-extensao>. Acesso em: 15 de ago. 2023.

CURITIBA (PR). **Edital conjunto PROREC/PROGRAD nº 01/2022**. Seleção de Projetos de Extensão. Publicado em 8 abr. 2022. Disponível em: <https://www.utfpr.edu.br/editais/relacoes-empresariais-e-comunitarias/reitoria/edital-conjunto-prorec-prograd-selecao-de-projetos-de-extensao>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CURITIBA (PR). **Edital conjunto PROREC/PROGRAD nº 03/2023**. Seleção de Projetos de Extensão. Publicado em 24 abr. 2023. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/editais/relacoes-empresariais-e-comunitarias/reitoria/edital-conjunto-prorec-prograd-3>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CURITIBA (PR). **Edital PROREC nº 01/2019**. Seleção de Projetos de Extensão. Publicado em 23 janº 2019. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/editais/relacoes-empresariais-e-comunitarias/reitoria/extensao/edital-prorec-extensao>. Acesso em: 15 ago. 2023.

DALLABRIDA, V. R. Gestão Social dos Territórios nos Processos de Desenvolvimento territorial: Uma Aproximação Conceitual. **Sociedade, Contabilidade e gestão**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 2, 2007.

DALLABRIDA, V. R. Patrimônio Territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, nº 52, p. 12-32, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/10533> . Acesso em 20 set. 2023.

DALLABRIDA, V. R. **Teorias do Desenvolvimento**: Aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países. Curitiba: CRV, 2017.

DALLABRIDA, V. R. **Território, Governança e Desenvolvimento Territorial**: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como Referência. São Paulo: LibertArs, 2016.

DALLABRIDA, V. R. *et al.* Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos. **Guaju**, v. 7, nº 1, p. 8-80, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80437>. Acesso em: 18 set. 2023.

DALLABRIDA, V. R. *et al.* Proposta Epistêmico-Teórico-Metodológica referenciada no Patrimônio Territorial: Apresentação do dossiê. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, nº 59, p. e14866, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14866. Disponível em:

<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14866>. Acesso em: 2 ago. 2023.

DALLABRIDA, V. R. *et al.* Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: Uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, nº 59, p. e14586, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14586. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14586>. Acesso em: 2 ago. 2023.

DENARDIN, V. F. *et al.* Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão natural e seus componentes. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, nº 59, p. e14548, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14548. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14548>. Acesso em: 2 ago. 2023.

DE PAULA, J. A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, nº 1, p. 5-23, 2013. Disponível em: João Antônio de Paula (ufscar.br). Acesso em: 19 fev. 2023.

DEUS, S. de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

EXTENSÃO. **Dicionário.org**. Disponível em: <https://www.meudicionario.org/>. Acesso em: 2 jan 2023.

FAGUNDES, J. **Universidade e Compromisso Social: Extensão, Limites e perspectivas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1986.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras**. 1997. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Regimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Regimento-Forproex-aprovado-26 nov. 2010.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Encontro Nacional do Fórum De Pró-Reitoras e Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 50. **Carta de Salvador**. Salvador, BA: FORPROEX, 2022. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/Carta_de_Salvador_FORPROEX.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em:

http://www.proexc.ufu.br/sites/proexc.ufu.br/files/media/document//Politica_Nacional_de_Extencao_Universitaria_-FORPROEX-_2012.pdf. Acesso em: 25 fev. 2023.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 23. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2021.
GADOTTI, M. **Extensão Universitária: Para quê?** Disponível em: https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em: 17 out. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, A. de S. (org.). **Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária**. Curitiba: CRV, 2016.

GONÇALVES GUMIERO, R. *et al.* Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão institucional e os seus componentes. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, n° 59, p. e14567, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14567. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14567>. Acesso em: 2 ago. 2023.

INCROCCI, L. M. de M. C.; ANDRADE, T. H. N° de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Sociedade e Estado**, v. 33, p. 187-212, 2018.

LEONILDO, L. **História do Fórum de Pró-reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras–FORPROEX (1987-2012)**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

LIEVORE, C.; PILATTI, L. A. Entre o Tecnológico e o Clássico: O Modelo de Universidade da UTFPR. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 27, n° 1, p. 135–159, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9725>. Acesso em: 18 mar. 2023.

LISBÔA FILHO, F. F. **Extensão universitária: gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/23643>. Acesso em: 1 fev. 2023.

MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percursos**, p. 149-171, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/d85db4c1-65d1-42ef-828b-fa03fe746527/content>. Acesso em: 2023.

MARINHO, C. M. *et al.* Porque ainda falar e buscar fazer extensão universitária? **EXTRAMUROS-Revista de Extensão da UNIVASF**, v. 7, n° 1, p. 121-140, 2019. Disponível em: <https://periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/942/690>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Acesso em: jan° 2023.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Cadernos de saúde pública**, v. 9, p. 237-248, 1993. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v9n3/02.pdf. Acesso em: janº 2023.

MUELLER, A. A. *et al.* Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: A dimensão humana e intelectual e seus componentes. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, nº 59, p. e14578, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14578. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14578>. Acesso em: 2 ago. 2023.

NOGUEIRA, M. das D. P. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**, [S. l.], v. 1, nº 1, p. 35-47, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/18932>. Acesso em: 25 fev. 2023.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira: 1975- 1999**. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/37970>. Acesso em: 25 fev. 2023.

OLIVEIRA, F.; GOULART, P. M. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Revista Ciência em Extensão**, v. 11, nº 3, p. 8-27, 2015. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/1225/1165. Acesso em: 25 fev. 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A., 1993.

RODRIGUES, N° **Projeto Rondon** Disponível em <https://www.infoescola.com/historia/projeto-rondon/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

RODRIGUES, V. M. *et al.* **O programa de extensão universitária Proext no contexto das políticas educacionais no período de 2003 a 2012: uma análise a partir da experiência da Universidade Federal de Uberlândia**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13999>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SANTOS, E. A. M. dos. **Extensão universitária: uma proposta de capacitação para servidores da UTFPR promoverem a extensão**. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/26345>. Acesso em: 2 mar. 2023.

SAQUET, M. A. Abordagens e Concepções de Território e Territorialidade. **Revista Geográfica De América Central**, v. 2, nº 47E, 2011. Disponível em <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/1795>. Acesso em: 18 set. 2023.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2000. 138 p.

SOUZA, C. C. M. R. de; SILVA, G. **A reinvenção globalizada dos territórios criativos: do contexto global ao nacional**. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2022-5314>. Acesso em: 18 jun. 2023.

SOUZA, D. G. de; MIRANDA, J. C.; SOUZA, F. dos S. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 5, 12 mar. 2019. Disponível em <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SOUZA, R. R. de. **Pétalas e Espinhos: a extensão universitária no Brasil**. São Paulo. Livro Pronto, 2007.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Documentos Institucionais**, v. I, s/a.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Normativa PROREC nº 01/2020**. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=1769639&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 9 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Instrução Normativa PROREC nº 1, de 29 de março de 2019**. Disponível em: <https://cloud.utfpr.edu.br/index.php/s/agHafYiLMk8AoCl>. Acesso em: 9 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Lei de Criação, Estatutos e Regimentos**. EDUTFPR. 2018. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/y2EPBRd2Ht0T88n>. Acesso em: 2 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Manual dos DEPEXs**. Curitiba: UTFPR, 2020. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/relacoes-empresariais-e-comunitarias/dirext/manual-depex-versao-1-final.pdf/view>. Acesso em: 2 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI - 2004-2008**. Curitiba: UTFPR, 2003. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi-2004-2008/view>. Acesso em: 7 abril 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI - 2009-2013**. Curitiba: UTFPR, 2008. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi-2009-2013/view>. Acesso em: 7 abril 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PDI - 2013-2017**. Curitiba, UTFPR, 2013. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/pdi/pdi_2013-2017/view. Acesso em: 7 abril 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL-PDI 2018-2022**. CURITIBA, UTFPR, 2017. Disponível em: <https://cloud.utfpr.edu.br/index.php/s/15P0OcMLMdt9Rv7>. Acesso em: 7 abril. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2010**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2010-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2011**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2011-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2012**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2012-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2013**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2013-relatorio-de-gestao-1/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2014**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2014-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2015**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/transparencia/auditoria/cgu/2015-relatorio-de-avaliacao-dos-resultados-da-gestao-no-201501022.pdf/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2016**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2016-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2017**. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/rg-2017-utfpr-versao-final-utfpr.pdf/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2018**. Disponível em: <https://portal.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2018-relatorio-de-gestao/view>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2019**. Disponível em: <https://nuvem.utfpr.edu.br/index.php/s/gh91pF7sgM9t8eq>. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2020**. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/rg_2020_final_jun21.pdf/view. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2021**. Disponível em: http://www.utfpr.edu.br/documentos/reitoria/documentos-institucionais/prestacao-de-contas/2021-relatorio-de-gestao/relatorio_de_gestao___2021__1_.pdf/view. Acesso em: 18 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Relatório de Gestão 2022**. Aprovado na reunião do Conselho Universitário (Couni) da UTFPR, realizada no dia 29 de março de 2023, ainda não publicado.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução COGEP/UTFPR nº 167**. Regulamenta as atividades acadêmicas de extensão (AAEs) dos cursos de graduação da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Disponível em: https://sei.utfpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=3080123&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 10 mar. 2023.

UTFPR - UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Res. nº 03/12 – COEMP** - Diretrizes de Extensão da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba: UTFPR, 2011. Disponível em: <http://portal.utfpr.edu.br/documentos/relacoes-empresariais-e-comunitarias/dirext/regulamentos/diretrizes-da-extensao-na-utfpr/view>. Acesso em: 2 mar. 2023.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Res. nº 03/12 – COEMP**- Regulamento de Programas e Projetos de Extensão da UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. Curitiba: UTFPR, 2011. Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/documentos/relacoes-empresariais-e-comunitarias/dirext/regulamentos/regulamento-para-programas-e-projetos-de-extensao/view>. Acesso em: 2 mar. 2023.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos [recurso eletrônico]. Tradução: Cristhian Matheus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES**APÊNDICE A – Roteiro da Entrevista****COORDENADORES(AS) DOS PROJETOS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE
TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ- CAMPUS CAMPO MOURÃO- UTFPR-
CM**

ENTREVISTA Nº _____ DATA ____/____/2023.

NOME (OPCIONAL) _____

TÍTULO DO PROJETO DE EXTENSÃO DESENVOLVIDO: _____

ANO DO PROJETO: _____

- 1- Seu projeto atendeu princípios da extensão definidos na Política Nacional de Extensão Universitária?
- 2- Cite qual(s) princípio(s).
- 3- Qual era a finalidade e relevância desse projeto?
- 4- Qual foi o critério definido para escolher o público alvo e o local de aplicação do projeto?
- 5- De que forma seu projeto impactou na transformação social do público diretamente e indiretamente envolvido?
- 6- Seu projeto contribuiu para a formação dos discentes da UTFPR envolvidos diretamente no projeto? Como?
- 7- Qual a relação do seu projeto com o ensino e a pesquisa?
- 8- Seu projeto contou com a participação de docentes e alunos(as) de outros cursos?
- 9- Como se deu a interação entre o(a) senhor(a) e os outros(as) docentes, houve interdisciplinaridade?
- 10- Seu projeto de extensão contribuiu para o desenvolvimento territorial? De que forma?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Nome da Pesquisa: A relação das ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Campo Mourão (UTFPR-CM) com o desenvolvimento territorial (2019-2022)

Pesquisadoras: Aurea Andrade Viana de Andrade e Edivana de Albuquerque Canto Volante

Objetivo geral da Pesquisa: Analisar como as ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - *Campus* Campo Mourão (UTFPR-CM) contribuem para o desenvolvimento territorial.

Prezado(a) participante da pesquisa.

Você foi escolhido para participar desta pesquisa de dissertação de Mestrado, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campo Mourão), pela sua atuação como coordenador(a) ou público alvo dos Projetos de Extensão da UTFPR-CM, desenvolvidos no período de 2019 a 2022. Se você for coordenador(a), será entrevistado(a) pelas pesquisadoras, de forma individual e sigilosa, sendo que a entrevista será gravada para garantir a integridade das informações repassadas, protegendo também o seu anonimato.

Caso você esteja participando na categoria público alvo dos projetos de extensão, questionários poderão ser respondidos presencialmente ou *on line* por meio da Plataforma *Google Forms*. Lembramos que sua participação é voluntária, e você tem a liberdade de não querer participar, e pode desistir, em qualquer momento, mesmo após ter iniciado a pesquisa sem nenhum prejuízo.

Riscos e desconfortos: Poderão ocorrer riscos/desconfortos, como o tempo dispensado para responder ao questionário e as entrevistas, que serão contornados dando flexibilidade ao(a) participante para escolha de um melhor horário para participação do estudo, e o(a) informando que a participação é voluntária, podendo o(a) participante(a) recusar-se a responder, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Benefícios: Acredita-se que o resultado desta pesquisa agregará informações aos(as) coordenadores(as) de projetos de extensão e, ainda contribuirá para a percepção do papel social desenvolvido pela Universidade pública, destacando um dos tripés indissociáveis da Educação Superior, que é a extensão.

Confiabilidade: Todas as informações coletadas serão utilizadas somente para esta pesquisa. Os dados e respostas ficarão em sigilo e o nome do(a) participante não aparecerá em documentos da pesquisa e na apresentação dos resultados.

Esclarecimentos: Caso haja alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados da mesma, pode procurar a qualquer momento as pesquisadoras responsáveis:

Professora Dra. Áurea Andrade Viana de Andrade - e-mail: aureavgeo@yahoo.com.br
telefone: (44) 99818-4705 e Edivana de Albuquerque Canto Volante -e-mail:

edivana.volante@gmail.com) telefone: (93) 99129-2629. **Endereço:** Av. Comendador Norberto Marcondes, 733 - Centro, Campo Mourão - PR, sala do PPGSeD.

Horário: Segunda à sexta-feira das 8h às 17h.

Caso desejar obter informações sobre seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual do Paraná – Unespar, *Campus* Paranavaí.

Avenida Gabriel Esperidião, S/N – Sala 20, Jardim Morumbi, Paranavaí/PR – CEP: 87.703-000.

Telefone: (44) 3424-0100 / E-mail: cep@unespar.edu.br

Ressarcimento das despesas: Caso o(a) Sr(a). aceite participar da pesquisa, não receberá nenhuma compensação financeira.

Concordância na participação: Se o(a) Sr(a). estiver de acordo em participar, deverá preencher e assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e receberá uma cópia do mesmo.

Pelo presente instrumento, declaro que, após a leitura do TCLE, fui satisfatoriamente esclarecido(a) _____ pela(o) _____ pesquisador(a), _____ em relação à participação no projeto de pesquisa intitulada “A relação das ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Campo Mourão (UTFPR-CM) com o desenvolvimento territorial (2010-2022)” cujo objetivo é analisar como as ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - *Campus* Campo Mourão (UTFPR-CM) contribuem para o desenvolvimento territorial.

A participação implica em responder algumas perguntas que eu, Sr(a). _____ declaro estar ciente, autorizo a realização dos procedimentos aos quais serão submetidas as informações e a utilização dos dados originados destes procedimentos para fins científicos e de divulgação em revistas científicas brasileiras ou estrangeiras, desde que mantidas em sigilo meus dados, informações relacionadas à minha privacidade, bem como garantido meu direito de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento de dúvidas acerca dos procedimentos, riscos e benefícios relacionados à pesquisa, além de que se cumpra a legislação em caso de dano. É possível retirar o meu consentimento a qualquer hora e deixar de participar do estudo sem que isso traga qualquer prejuízo à minha pessoa.

Desta forma, concordo voluntariamente e dou meu consentimento, sem ter sido submetido a qualquer tipo de pressão ou coação.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Campo Mourão, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) participante

ANEXOS

ANEXO A - Parecer Consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A relação das ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Campo Mourão (UTFPR-CM) com o desenvolvimento territorial (2010-2022)

Pesquisador: AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 65467322.8.0000.9247

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.804.811

Apresentação do Projeto:

Foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2052340, de 25/11/2022): RESUMO, HIPÓTESE (SE HOUVER), METODOLOGIA, CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO.

Esta pesquisa objetiva analisar como as ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Campo Mourão contribuem para este desenvolvimento. Visa também identificar os impactos políticos e econômicos nessas ações. A pesquisa será quali- quantitativa, com revisão bibliográfica baseada principalmente em autores que estudam as temáticas de desenvolvimento territorial e extensão universitária, bem como o levantamento de dados no acervo da UTFPR-CM, entrevistas com os coordenadores dos principais projetos de extensão executados em cada quinquênio delimitados no período de 2010 a 2022 e, por fim, realizar-se-á o tratamento e a análise detalhada dos dados coletados, por meio de uma sistematização geral e interpretação das informações, com formulação de tabelas, gráficos e mapeamento.

Hipótese:

Os projetos de extensão da UTFPR-CM contribuem de fato, para o desenvolvimento territorial, melhorando a qualidade de vida dos participantes desses projetos.

Endereço: Av. Gabriel Esperidião s/n sala 20

Bairro: Jardim Morumbi

CEP: 87.703-000

UF: PR

Município: PARANAVAI

Telefone: (44)99973-4064

Fax: (44)3141-4319

E-mail: cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 5.804.811

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar como as ações de extensão da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Campo Mourão (UTFPR-CM) contribuem para o desenvolvimento territorial.

Objetivo Secundário:

- Abordar a extensão universitária no Brasil e a sua evolução a partir da criação do FORPROEXT;
- Compreender como as políticas econômicas impactaram nos projetos de extensão universitária desenvolvidos na UTFPR e no Campus de Campo Mourão;
- Avaliar a relação dos projetos de extensão da UTFPR-CM com os princípios da extensão universitária;
- Analisar de que maneira os projetos de extensão da UTFPR-CM contribuem para o desenvolvimento territorial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Poderão ocorrer riscos/desconfortos, como o tempo dispensado para responder ao questionário e as entrevistas, que serão contornados dando flexibilidade ao(a) participante para escolha de um melhor horário para participação do estudo, e o(a) informando que a participação é voluntária, podendo o(a) participante(a) recusar-se a responder, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Benefícios:

Acredita-se que o resultado desta pesquisa agregará informações aos(as) coordenadores(as) de projetos de extensão e, ainda contribuirá para a percepção do papel social desenvolvido pela Universidade pública, destacando um dos tripés indissociáveis da Educação Superior, que é a extensão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa que contará com a participação de 50 indivíduos, entre coordenadores de projetos de extensão e público-alvo. A coleta de dados será feita por meio de entrevistas com os coordenadores dos projetos de extensão e por questionários a serem respondidos pelos participantes da amostra do público-alvo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

TCLE: Contém todas as informações necessária para garantir ao participante o devido

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20
Bairro: Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000
UF: PR **Município:** PARANAVAI
Telefone: (44)99973-4064 **Fax:** (44)3141-4319 **E-mail:** cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 5.804.811

esclarecimento a respeito da pesquisa.

Folha de Rosto: Contém as assinaturas e o carimbo do responsável pela instituição.

Recomendações:

1. O cronograma que consta no projeto está diferente do preenchido na Plataforma Brasil. É necessário que os cronogramas sejam idênticos.
2. É necessário incluir no cronograma a previsão de envio do relatório final do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisas da UNESPAR.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foi encontrado nenhum óbice ético.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Resolução CNS nº 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS nº 510/16, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2052340.pdf	25/11/2022 10:06:57		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetoinvestigador.pdf	17/11/2022 15:40:55	AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE	Aceito
Outros	ENTREVISTAEQUESTIONARIO.pdf	17/11/2022 15:37:39	AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/11/2022 15:34:05	AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Termodecompromisso.pdf	17/11/2022 15:32:57	AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE	Aceito
Declaração de concordância	Termodeconcordancia.pdf	17/11/2022 15:32:01	AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE	Aceito
Brochura Pesquisa	Pesquisa.pdf	17/11/2022	AUREA ANDRADE	Aceito

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20
Bairro: Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000
UF: PR **Município:** PARANAÍVAI
Telefone: (44)99973-4064 **Fax:** (44)3141-4319 **E-mail:** cep@unespar.edu.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ - UNESPAR



Continuação do Parecer: 5.804.811

Brochura Pesquisa	Pesquisa.pdf	15:30:04	VIANA DE ANDRADE	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	17/11/2022 15:29:49	AUREA ANDRADE VIANA DE ANDRADE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PARANAÍ, 09 de Dezembro de 2022

Assinado por:
Willian Augusto de Melo
(Coordenador(a))

Endereço: Av:Gabriel Esperidião s/n sala 20
Bairro: Jardim Morumbi **CEP:** 87.703-000
UF: PR **Município:** PARANAÍ
Telefone: (44)99973-4064 **Fax:** (44)3141-4319 **E-mail:** cep@unespar.edu.br

ANEXO B - Pesquisa na plataforma SciELO Brasil

a) Extensão Universitária

The screenshot shows the SciELO search interface. The search bar contains the query `(ti:(("Extensão Universitária")))`. The search results are displayed on page 1 of 1. The number of results is 7, highlighted in a yellow circle. The filters selected are: Coleções: Brasil, Ano de publicação: 2022, 2020, 2021, and 2019. The first result is titled "Da geotecnia para a gestão participativa: uma análise crítica de projetos de extensão universitária com foco na redução de risco de desastre" by Sulaiman, Samia Nascimento, Moura, Rodolfo Baesso, and Nogueira, Fernando Rocha. The second result is titled "Extensão Universitária como Prática Educativa na Promoção da Saúde".

b) Desenvolvimento territorial

The screenshot shows the SciELO search interface. The search bar contains the query `(ti:(("desenvolvimento territorial")))`. The search results are displayed on page 1 of 1. The number of results is 5, highlighted in a yellow circle. The filters selected are: Coleções: Brasil, Ano de publicação: 2022, 2020, 2021, and 2019. The first result is titled "Análise da integração da gestão de risco de desastres à política de desenvolvimento territorial local" by Jansen, Giane Roberta and Vieira, Rafaela. The second result is titled "Desarrollo territorial con enfoque en la agrobiodiversidad de sistemas alimentarios".

c) Extensão universitária and desenvolvimento territorial

The screenshot shows the SciELO search interface. The search bar contains the query `"extensão universitária" and "desenvolvimento territorial"`. The search results are displayed on page 1 of 1. The number of results is 0, highlighted in a yellow circle. The filters selected are: Coleções: Brasil, Ano de publicação: 2022, 2020, 2021, and 2019. A message below the search bar states: "Não foram encontrados documentos para sua pesquisa".

ANEXO C - Pesquisa na plataforma da BDTD

a) Extensão Universitária

The screenshot shows the BDTD search interface. The search query is "extensão universitária". The results section displays "A mostrar 1 - 20 resultados de 67 para a busca 'extensão universitária', tempo de busca: 0.20s". A yellow circle highlights the number "67". Below the search bar, there is a "Refinar a Busca" section with a filter for "Ano de Defesa: 2019-2022". A single result is visible: "1 Extensão Universitária & Saúde Ambiental".

b) Desenvolvimento territorial

The screenshot shows the BDTD search interface. The search query is "desenvolvimento territorial". The results section displays "A mostrar 1 - 20 resultados de 41 para a busca 'desenvolvimento territorial', tempo de busca: 0.23s". A yellow circle highlights the number "41". Below the search bar, there is a "Refinar a Busca" section with a filter for "Ano de Defesa: 2019-2022".

c) Extensão universitária *and* desenvolvimento territorial

The screenshot shows the BDTD search interface. The search query is "extensão universitária" and "desenvolvimento territorial". The results section displays "A sua busca - 'extensão universitária' and 'desenvolvimento territorial' - não corresponde a nenhum registro." A yellow circle highlights the text "Nenhum registro encontrado!".